

NAIARA LONGHI MAIA

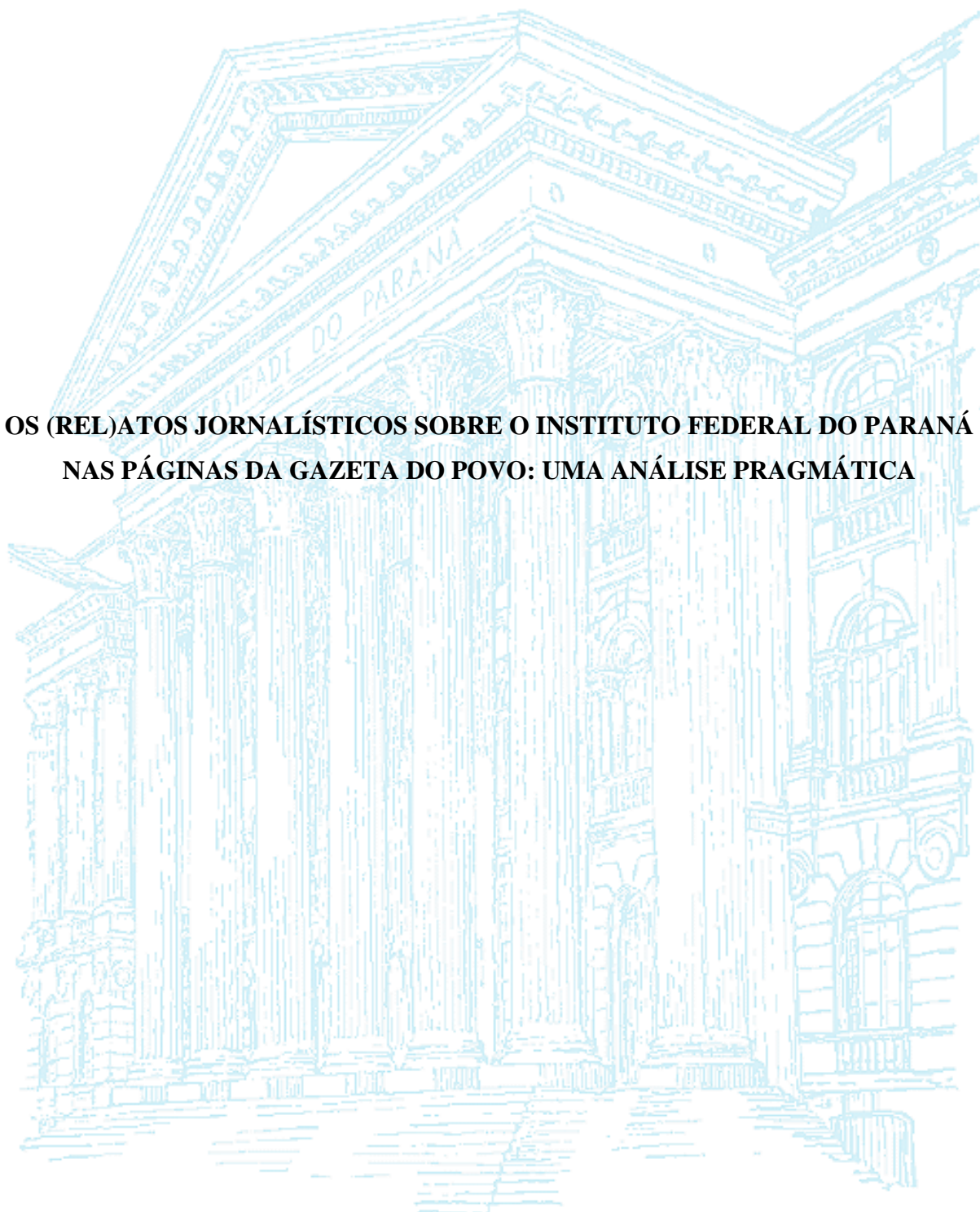
**OS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO
FEDERAL DO PARANÁ NAS PÁGINAS DA GAZETA DO
POVO: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA**

**UFPR
CURITIBA
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIARA LONGHI MAIA

**OS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA**



CURITIBA

2016

NAIARA LONGHI MAIA

**OS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação e Sociedade, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jair Antônio de Oliveira

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca do Campus Cabral

Maia, Naiara Longhi

Os (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná nas páginas da Gazeta do Povo: uma análise pragmática / Naiara Longhi Maia – Curitiba, 2016.

132 f.

Orientador: Prof. Dr. Jair Antônio de Oliveira

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Jornalismo - Linguagem editorial 2. Instituto Federal do Paraná - Cobertura jornalística 3. Pragmática social I.Título.

CDD 302.2

FOLHA DE APROVAÇÃO



NAIARA LONGHI MAIA

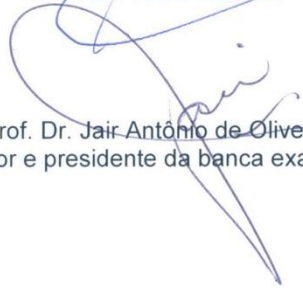
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **NAIARA LONGHI MAIA**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado **“OS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA”**, é de parecer favorável à Aprovação com distinção da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Educação e Formações Socioculturais” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 30 de março de 2016.


Prof. Dr. Manuel Carlos da Conceição Chaparro


Prof. Dr. Fábio Hansen


Prof. Dr. Jair Antônio de Oliveira
Orientador e presidente da banca examinadora

Ao amor da minha vida, André
Aos meus pais, Vilmar e Leonilce

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de crescimento acadêmico, profissional e pessoal que o curso de mestrado proporcionou e por guiar meus passos e minhas escolhas nesta trajetória.

Ao meu marido, André, por todo amor e apoio neste período. Obrigada pelo carinho e cuidado nestes dois anos e pelo auxílio que me deu, sempre que precisei.

Aos meus pais, Vilmar e Leonilce, por ainda vibrarem com as minhas conquistas. Agradeço os bons exemplos de persistência e dedicação e por me fazerem entender a importância de continuar a estudar e de lutar sempre pelos meus objetivos.

À minha irmã Débora, pela companhia imprescindível. Obrigada pelas palavras de incentivo e por ser a leveza dos meus momentos de descanso. Sem você esta jornada teria sido muito mais difícil. À minha irmã Letícia, pela torcida e pelo carinho.

À Francieli Aparecida Traesel, pela amizade e pela parceria. Muito obrigada por dividir comigo o conhecimento sobre a pragmática, pelas palavras sábias e otimistas nos momentos de dificuldade e pela companhia agradável e alegre de todos os dias.

Aos colegas de trabalho do IFPR, em especial os da Coordenadoria-Geral de Comunicação, pela compreensão e suporte quando precisei me ausentar das minhas atividades profissionais para cumprir com as obrigações do mestrado. Às chefias e também à instituição, por autorizarem e concederem a licença para capacitação de dois meses, para finalização deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jair Antônio de Oliveira, por me apresentar a pragmática social e por me auxiliar nos caminhos teóricos desta pesquisa. Agradeço por todo o aprendizado que você possibilitou.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Manuel Carlos Chaparro e Prof. Dr. Fábio Hansen, pela disponibilidade em participar das bancas de qualificação e defesa e pelas contribuições valiosas para os encaminhamentos deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa apresentada nesta dissertação faz uma análise pragmática dos usos de linguagem realizados pelo jornal Gazeta do Povo na construção das notas, notícias e reportagens que compõem a cobertura jornalística do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Por meio desta investigação, buscamos responder à seguinte pergunta: quais são as crenças e valores que perpassam os relatos jornalísticos sobre o IFPR produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014? Nosso objetivo é compreender as ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizam nos relatos jornalísticos e as intenções, propósitos e o tom assumido pelo texto que estas ações revelam. A fundamentação teórica desta pesquisa encontra-se nos trabalhos dos estudiosos que tratam da pragmática social e do caráter performativo da linguagem (AUSTIN, 1990; LOXLEY, 2007; MEY, 1993, 2000, 2001; OLIVEIRA, 1993, 2002, 2010; 2012; OTTONI, 1998; RAJAGOPALAN, 2010, 2014) e também nas reflexões dos pesquisadores que se dedicaram a observar o relato jornalístico como um ato de fala, e, consequentemente, uma ação (CHAPARRO, 2007; OLIVEIRA, 1999, 2002, 2010 e 2012). Para a realização deste estudo, foram analisadas 13 matérias jornalísticas publicadas entre os anos 2008 e 2014 – período que compreende a publicação da lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e a conclusão da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Partimos da compreensão de que os usos linguísticos são uma ação e uma prática social, fortemente marcados pelo contexto em que foram realizados. Assim, na análise pragmática dos relatos jornalísticos que realizamos, buscamos compreender, em cada situação de uso, por meio do contexto da enunciação, as ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, bem como o tom, as crenças e valores que expressam. É um estudo de caráter descritivo e interpretativo, em que o pesquisador possui papel ativo no processo de leitura e exame das enunciações contidas em um texto. Nossa análise parte da identificação das ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação e das forças ilocucionárias que elas carregam, utilizando-se, para tanto, as reflexões sobre classes de verbos ilocucionários desenvolvidas por Austin (1990). As classes de força ilocucionária aparecem em nossa análise como uma ferramenta, que nos auxilia a entender o objeto empírico de nossa pesquisa sem nos limitar, no entanto, à mera descrição e classificação dessas ações. É a partir da identificação destas forças que realizamos a interpretação das ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, bem como o tom, as crenças e os valores que o texto carrega. A análise dos relatos jornalísticos nos permitiu concluir que a cobertura jornalística do IFPR pelo jornal Gazeta do Povo no período analisado foi dependente do discurso institucional, carente de contextualização e superficial no que toca à abordagem e às informações divulgadas sobre a instituição e seus fatos.

Palavras-chave: Pragmática Social. Jornalismo. Instituto Federal do Paraná. Forças Ilocucionárias. Atos de Fala.

ABSTRACT

The research presented in this dissertation conducts a pragmatic analysis of the use of language in notes, news and reports making up the news coverage of the Federal Institute of Paraná (IFPR) and published by the newspaper *Gazeta do Povo*. By means of this investigation, we tried to answer the following question: what are the beliefs and values that go beyond the newspaper reports on the IFPR written and published by *Gazeta do Povo* between the years of 2008 and 2014? We aim to understand the actions carried out by the voices of journalists and information sources in those news reports, as well as the intentions, purposes and tone taken up by the text such actions bring to life. The theoretical framework of this research lies in the works of scholars who deal with the social pragmatics and the performative character of language (AUSTIN, 1990; LOXLEY, 2007; MEY, 1993, 2000, 2001; OLIVEIRA, 1993, 2002, 2010; 2012; OTTONI, 1998; RAJAGOPALAN, 2010, 2014), and it also lies in the considerations of researchers who have devoted themselves to looking at newspaper reports as an act of speech, and, consequently, as an action (CHAPARRO, 2007; OLIVEIRA, 1999, 2002, 2010 e 2012). For the conduction of this study, we analyzed 13 news reports published between the years of 2008 and 2014 – period of time comprising the enactment of the law creating the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF), and the conclusion of the third stage to expand the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. We began from the understanding that the use of language is both an action and a social practice strongly marked by the context in which it is placed. Therefore, in our pragmatic analysis of news reports, in every situation where such language is used, we tried to understand, through the context of enunciation, the actions carried out by the voices of journalists and information sources, as well as the tone, beliefs and values expressed by them. This is a descriptive and interpretative study in which the researcher takes on an active role in the process of reading and analyzing enunciations included in a text. Our analysis starts from the identification of actions carried out by the voices of journalists and information sources, as well as the illocutionary forces they carry, by using the considerations on the classes of illocutionary verbs developed by Austin (1990). The classes of illocutionary forces are part of our analysis as a tool that helps us understand the empirical object of our research while not being restricted to the mere description and classification of actions. It is from the identification of those forces that we interpret the actions carried out by the voices of journalists and information sources, as well as the tone, beliefs and values included in the text. The analysis of the news reports have allowed us to conclude that the IFPR news coverage performed by the newspaper *Gazeta do Povo* in the period of time studied was dependent upon the institutional speech, lacked contextualization and was shallow with regards to the approach and information published on the institution and its facts.

Keywords: Social Pragmatics. Journalism. Federal Institute of Paraná. Illocutionary Forces. Speech Acts.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CONCENTRAÇÃO DE MATÉRIAS E EIXOS TEMÁTICOS POR ANO ANALISADO	78
GRÁFICO 2 - GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTES EM CADA EIXO TEMÁTICO	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOS DE INFELICIDADE QUE ACOMETEM OS PERFORMATIVOS ...	32
QUADRO 2 - ATOS LOCUCIONÁRIOS, ILOCUCIONÁRIOS E PERLOCUCIONÁRIOS	37
QUADRO 3 - APÓS A QUEDA DA DISTINÇÃO ENTRE CONSTATATIVOS E PERFORMATIVOS	44
QUADRO 4 - CLASSES GERAIS DE VERBOS	45
QUADRO 5 - “DE SEIS ESCOLAS PREVISTAS, QUATRO SÓ OFERTARÃO AULAS EM 2010”	81
QUADRO 6 - INSTITUTO FEDERAL TERÁ CAMPUS EM SETE CIDADES PARANAENSES	85
QUADRO 7 - ATRASO NAS AULAS ATRAPALHA ALUNOS	89
QUADRO 8 - CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS	94
QUADRO 9 - CURSOS TÉCNICOS E DIVERTIDOS, PARA TODOS OS GOSTOS	96
QUADRO 10 - IFPR LANÇA 2 CONCURSOS PARA 305 VAGAS	102
QUADRO 11 - TRÊS MIL VAGAS PARA SECRETARIADO E ADMINISTRAÇÃO	104
QUADRO 12 - IFPR TEM MAIS DE 18 MIL INSCRITOS	105
QUADRO 13 - INSCRIÇÕES PARA CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES DO IFPR VÃO ATÉ DOMINGO	107
QUADRO 14 - IFPR CONTRATA PROFESSORES E TÉCNICOS EM MAIOR CONCURSO DA HISTÓRIA	108
QUADRO 15 - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ EMPOSSA AMANHÃ NOVO REITOR.....	110
QUADRO 16 - IFPR FORMA APENAS METADE DOS ALUNOS.....	111
QUADRO 17 - MOSTRA DE CURSOS COMEÇA NA SEXTA	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA	12
1.2 UM PONTO CEGO NOS ESTUDOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO	14
1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	21
1.3.1 O processo de coleta de dados.....	21
1.3.2 Matérias que têm o IFPR como assunto principal.....	23
1.3.3 Matérias em que agente do IFPR é fonte ou personagem	23
1.3.4 Matérias em que o IFPR é assunto secundário.....	23
1.3.5 Delimitação do universo e do <i>corpus</i> da pesquisa	24
2 A TEORIA DOS ATOS DE FALA E A PRAGMÁTICA SOCIAL	26
2.1 POR DENTRO DA OBRA “QUANDO DIZER É FAZER” DE JOHN L. AUSTIN ...	26
2.1.1 Performativos e constativos: uma dualidade inexistente.....	30
2.1.2 Felicidade e infelicidade dos performativos.....	31
2.1.3 Uma tentativa de categorização: performativos implícitos e explícitos.....	34
2.1.4 As três dimensões do uso da linguagem.....	35
2.1.4.1 Atos ilocucionários e perlocucionários	37
2.2 CLASSES DE FORÇA ILOCUCIONÁRIA	39
2.2.1 Da distinção entre constativos e performativos para uma teoria dos atos de fala .	40
2.2.2 Uma tentativa de sistematização das classes de força ilocucionária	45
2.3 A PRAGMÁTICA SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DOS USOS LINGÜÍSTICOS	47
2.3.1 A vertente social da pragmática	49
3 O CONTEXTO E AS CONVENÇÕES QUE ENVOLVEM A CONSTRUÇÃO DO (REL)ATO JORNALÍSTICO	52
3.1 SABERES, FAZERES, VALORES E LINGUAGEM	52
3.2 O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS	56
3.3 JORNALISMO, AÇÃO E INTENCIONALIDADE.....	62
4 OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS.....	66
4.1 A ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS	67
4.1.1 O contexto e o pesquisador-leitor.....	69

4.2 VOZES E PERSONAGENS QUE CONSTITUEM O CAMPO E O TEXTO JORNALÍSTICOS	70
4.3 AS CLASSES DE VERBOS E FORÇAS ILOCUCIONÁRIAS DE AUSTIN E O (REL)ATO JORNALÍSTICO	72
4.3.1 Atos de fala com força ilocucionária veriditiva	73
4.3.2 Atos de fala com forças ilocucionárias exercitivas	74
4.3.3 Atos de fala com forças ilocucionárias comissivas	74
4.3.4 Atos de fala com forças ilocucionárias comportamentais	75
4.3.5 Atos de fala com forças ilocucionárias expositivas	75
5 ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	77
5.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O IFPR.....	77
5.2 A HISTÓRIA DO IFPR NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO	80
5.3 A IRRELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	94
5.4 A ATRAÇÃO PELOS NÚMEROS E A DEPENDÊNCIA DO DISCURSO INSTITUCIONAL	101
5.5 CRISES INSTITUCIONAIS E ELEIÇÕES DE DIRIGENTES	110
5.6 A INEXPRESSIVIDADE DOS EVENTOS INSTITUCIONAIS	118
6 CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE 1 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS EM QUE O IFPR É O PRINCIPAL ASSUNTO RETRATADO.....	127

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar os aspectos relacionados à cobertura jornalística dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) é anterior ao ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estimulado pelo cotidiano profissional na Assessoria de Comunicação do Campus Videira¹ do Instituto Federal Catarinense (IFC) e, mais recentemente, na Coordenadoria-Geral de Comunicação do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Nestas instituições de ensino, a pesquisadora ocupa² o cargo de Jornalista desde fevereiro de 2010, onde começou a buscar entender o que falam – e como falam – os meios de comunicação sobre as instituições públicas de ensino em geral e sobre os Institutos Federais em específico³.

Com o ingresso no curso de mestrado e os primeiros contatos com a pragmática social⁴, fez-se necessário o ajuste da lente teórica pela qual passamos a analisar o fenômeno objeto deste estudo – como examinar a cobertura jornalística dos Institutos Federais a partir do olhar da pragmática? Segundo esta perspectiva, o uso da língua é um ato de fala, uma ação e tem o poder de promover alterações na realidade em que os falantes estão inseridos. Os estudos preliminares que levaram ao desenvolvimento deste trabalho foram realizados durante os dois primeiros semestres letivos do curso de mestrado, em diferentes frentes. Uma delas foi a participação nos encontros semanais do Grupo de Pesquisa Mídia, Linguagem e Educação (MEDUC), nos quais realizamos o estudo de textos basilares da área da pragmática, que auxiliaram na construção do corpo teórico desta pesquisa e também na definição e recorte do objeto empírico – as reportagens que compõem a cobertura noticiosa do jornal Gazeta do Povo sobre o IFPR, publicadas no período compreendido entre os anos de 2008 a 2014, que corresponde ao tempo

¹ Por orientação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a grafia da palavra *campus*, quando utilizada para a designação das unidades que compõem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deverá ser grafada sem itálico.

² Neste primeiro parágrafo, optamos por adotar a 3ª pessoa do singular, por tratarmos das experiências pessoais e profissionais da pesquisadora, que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa. A partir do segundo parágrafo da Introdução – e por todo o trabalho – adotaremos a 1ª pessoa do plural.

³ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados no dia 28 de dezembro de 2008, por força da Lei nº 11892/08, que instituiu a atual conformação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

⁴ A pragmática social ou sociopragmática é a vertente da pragmática que observa os usos linguísticos dentro do contexto social em que são realizados. É um “modo político autoconsciente de fazer pragmática” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 43), ou, então, a “pragmática voltada para o estudo da língua em contextos reais cotidianos, [...] da língua incrustada na totalidade da vida social e política” (MEY, 2001, p. 7).

decorrido desde a criação da instituição até o encerramento da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

A escolha do veículo de comunicação em questão justifica-se por dois motivos. Primeiramente, diz respeito à abrangência do Instituto Federal do Paraná. Como todos os estados do país possuem seus Institutos Federais⁵, é certo que os fatos e eventos ligados ao IFPR e suas unidades vão interessar à imprensa estadual ou local, o que nos levou a descartar os veículos de abrangência nacional. Isto posto, optamos pela Gazeta do Povo, que, por ser o maior jornal em circulação no estado⁶, tem o poder de dar grande visibilidade aos assuntos que retrata. Desta forma, faz-se necessária a reflexão sobre o tom que assume a cobertura jornalística que o veículo dá ao IFPR, a fim de entender quais são as crenças e valores que projeta, legitima e perpetua sobre a instituição na sociedade paranaense.

Oliveira (2002) afirma que nunca os termos comunicação e educação tiveram tanta ênfase quanto na atualidade. A importância e a necessidade destes processos são reforçadas de forma exaustiva em diferentes setores e instituições, inclusive pelos meios de comunicação, que, entre editoriais e notícias, artigos de opinião e reportagens, cadernos especializados e entrevistas, buscam dar espaço à temática da educação por meio de um processo comunicativo. “Por um lado, estas reiteraões reforçam a ideia de ‘objetivo comum’ para os indivíduos nos mais diferentes contextos. De outro, revelam as contradições inerentes a estas práticas, expondo as dificuldades e diferenças epistêmicas e operacionais” (OLIVEIRA, 2002, p. 7). Para o autor, quaisquer que sejam os problemas, objetivos e conceitos das ações comunicacionais e educacionais, as reflexões a respeito devem partir dos usos linguísticos dos indivíduos envolvidos. “Investigar o universo dos usuários da linguagem implica observar o que se faz e o que se diz em nome da “comunicação” e da “educação”. Para isso, é necessário o aporte da pragmática” (OLIVEIRA, 2010, p. 8).

Neste estudo, o relato jornalístico é tomado como um ato de fala, uma ação plena de força ilocucionária e reveladora das intenções e propósitos que possui o falante ao realizar determinada enunciação. Neste (rel)ato⁷, jornalistas e fontes de informação são personagens de

⁵ Ao todo, são 38 Institutos Federais no país. Alguns estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possuem mais de um Instituto Federal. São cinco, três e dois, respectivamente. O Paraná possui um único Instituto Federal, o IFPR, com 25 unidades – os *campi* e *campi* avançados – localizadas na capital e no interior do Estado. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

⁶ Segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) (2016), a Gazeta do Povo é o maior jornal em circulação do estado, com 40.525 exemplares por dia.

⁷ Buscamos enfatizar o caráter de ação dos relatos jornalísticos por meio da grafia “(rel)ato”, que aparecerá no título principal, títulos de capítulo e subcapítulos deste trabalho e nos momentos em que julgamos necessário destacar este aspecto no corpo do texto. Não utilizaremos em todo o texto para não cansarmos o leitor.

uma narrativa e realizam ações por meio do que falam, por intermédio de suas vozes, nos textos jornalísticos. Desta forma, o problema que buscamos responder com esta pesquisa, aqui formulado como uma pergunta, é: quais são as crenças e valores que perpassam os (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014?

Assim, este trabalho tem como objetivo geral compreender as ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizam nos relatos jornalísticos e as intenções, propósitos e o tom assumido pelo texto que estas ações revelam. Para tanto, temos como objetivos específicos: a) identificar os eixos temáticos aos quais se relacionam as matérias em que o Instituto Federal do Paraná é o principal assunto retratado e b) desvendar as forças ilocucionárias presentes nos atos de fala realizados por jornalistas e fontes de informações nas matérias jornalísticas analisadas.

1.1 MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica inicia-se em 1909, com a criação de 19 “Escolas de Aprendizes e Artífices”, destinadas ao ensino profissionalizante. O seu público era composto, prioritariamente, pelos cidadãos mais pobres, em sua maioria órfãos e descendentes de escravos. O caráter assistencialista perdurou até próximo aos anos 70, quando as mudanças no cenário econômico e tecnológico no país exigiram transformações tanto no setor produtivo quanto na formação de mão de obra especializada. Em 1942, as escolas de aprendizes e artífices transformaram-se em escolas industriais e técnicas, passando a oferecer também a educação profissional em nível secundário. Em 1978, foram criados três Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com cursos de graduação e pós-graduação. No dia 28 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, é estabelecida a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta por 38 recém-criados⁸ Institutos Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)⁹, pelos Cefets de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e por outras 25 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais. Atualmente, ela é formada por 562 unidades de ensino (entre *campi* de IF e da UTFPR, unidades

⁸ Por criação de 38 Institutos Federais, entenda-se transformação, na maioria dos casos, de instituições já existentes (como as Escolas Agrotécnicas, hoje extintas) em Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

⁹ Originária do extinto CEFET do Paraná.

de Escolas Técnicas e dos Cefets e o Colégio Pedro II), distribuídas em todos os estados do território nacional.

O Instituto Federal do Paraná originou-se da extinta Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), transformada em Instituto Federal com a publicação da Lei nº 11.892/2008. Originalmente, possuía sete *campi*, nas cidades de Curitiba (onde também se localiza a reitoria da instituição), Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama. Hoje, a instituição conta com 25 unidades, entre *campi* e *campi* avançados, nas quais oferece 86 cursos técnicos e 31 cursos superiores presenciais. Apenas nesta modalidade de ensino, são mais de 11 mil os estudantes atendidos em todo o estado (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2016).

Apesar de pertencerem a uma rede centenária, os Institutos Federais são relativamente recentes em sua atual estrutura e denominação. Além disso, representam uma inovação em relação à finalidade de outras instituições de ensino: não são apenas uma instituição de Educação Básica, tampouco uma universidade. Nasceram com o objetivo de ofertar vagas em cursos que vão do nível fundamental à pós-graduação, com caráter profissionalizante, científico e tecnológico. Em muitos momentos, a imprensa não sabe como lidar com esta instituição, que extrapola o enquadramento das editoriais e cadernos destinados à temática da educação. Some-se a isso o preconceito que ainda existe em relação aos cursos técnicos de nível médio, vistos como de menor importância em relação aos cursos universitários, e podemos ter uma medida do espaço que a imprensa dispensa às instituições que oferecem esta forma de ensino e também a forma como estas instituições e seus fatos são enquadrados.

Encontramos, então, a primeira justificativa, de ordem teórico-prática, para realização desta pesquisa: a compreensão de um fenômeno – a cobertura noticiosa dos institutos federais – ainda nos seus primeiros anos de ocorrência. Como relataremos com mais detalhes adiante, não encontramos, nas bases de dados e repositórios científicos pesquisados, trabalhos que se dedicassem a observar este objeto empírico, sendo que esta pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento das investigações sobre a cobertura noticiosa dos Institutos Federais em diferentes campos como os da Comunicação, da Educação, da Ética e da Sociologia.

Do ponto de vista do referencial teórico a ser adotado, este trabalho contribuirá para fortalecer os estudos que buscam analisar o fazer jornalístico a partir do referencial teórico da pragmática social. No país, existem poucas linhas de pesquisa que se dedicam ao estudo da pragmática, dentre as quais são abundantes os estudos de cunho lógico ou cognitivista. Sendo assim, esta linha social, bastante nova, encontra ampla gama de possibilidades de novos estudos que podem ser explorados em seu escopo.

A segunda justificativa, uma decorrência da primeira, é de ordem social, já que a análise pragmática sobre a cobertura noticiosa dos Institutos Federais abre espaço para a reflexão sobre as dimensões éticas e políticas que permeiam a produção de notícias sobre a educação e a necessidade de os meios colocarem o tema em pauta, em especial os aspectos relacionados à educação profissional e tecnológica. Nesta justificativa reside o ponto de contato do nosso trabalho com a linha de pesquisa à qual estamos ligados: Comunicação, Educação e Formações Socioculturais.

1.2 UM PONTO CEGO NOS ESTUDOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizamos uma pesquisa exploratória, com a finalidade de identificar outros estudos que também tratassem dos aspectos da cobertura jornalística da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das instituições que a oferecem. Com isso, buscamos nos certificar de que este trabalho de fato exploraria um novo aspecto frente aos estudos já realizados sobre a cobertura noticiosa da educação, tornando-se relevante para as áreas de conhecimento em que esta pesquisa se insere. Além disso, também buscamos encontrar trabalhos que pudessem embasar nossa problematização e análise, como detalharemos adiante.

Foram realizadas buscas¹⁰ cruzando-se as palavras-chave¹¹: pragmática, cobertura jornalística, discurso jornalístico, educação, educação profissional e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Quando estes termos foram cruzados, resultaram em poucos registros de trabalhos, sendo que as pesquisas que envolveram os termos “pragmática” ou “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” foram as que apresentaram o menor número de resultados. Os trabalhos mais abundantes concentram-se na área de estudos do discurso jornalístico sobre educação, e a maior parte deles faz uso das teorias e metodologias que se destinam à análise de sentidos dos textos, como a semiótica, a análise do discurso ou então a análise de conteúdo. Não há um único trabalho publicado nas bases de dados consultadas que avalie a cobertura jornalística dos Institutos Federais, independentemente de

¹⁰ As buscas foram realizadas nas principais bases de dados do país - a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal de Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); nos repositórios dos programas de pós-graduação que são referência nos estudos de pragmática, como o Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Campinas (Unicamp); e também na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC). A pesquisa exploratória foi realizada no mês de novembro de 2014 e mais duas vezes em 2015, para fins de redação da versão final do trabalho.

¹¹ É preciso lembrar que o sistema de busca de cada uma das bases de dados citadas possui um número máximo de palavras-chave que podem ser pesquisadas, variando entre 1 (BOCC) e 3 (Portal de Periódicos da CAPES).

qual seja o referencial teórico utilizado, o que nos permite afirmar que existe um ponto cego nos estudos sobre a cobertura jornalística de certos níveis de ensino, geralmente aqueles ligados à Educação Básica, como a Educação Profissional.

O fato de não existirem trabalhos que olhem para a cobertura da Educação Profissional nos levou a buscar estudos que observassem a cobertura jornalística da educação de uma forma geral nos principais periódicos do país. Desta forma, construímos um ponto de partida para observação das matérias que tratam especificamente do IFPR na Gazeta do Povo: delineamos um panorama sobre como se constitui a cobertura da educação em diferentes aspectos, para então traçar hipóteses e tentar compreender como esta cobertura se desenrola quando trata especificamente das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apresentamos, agora, algumas considerações sobre os trabalhos mais significativos para nossa pesquisa.

A primeira reflexão com a qual entramos em contato foi o estudo desenvolvido por Val (2011), que traça um mapeamento crítico das “racionalidades e das tensões ético-políticas” presentes nas reportagens sobre educação veiculadas entre dezembro de 1996 a novembro de 2006 no jornal Folha de S. Paulo. A análise dos textos foi realizada a partir de operadores teórico-metodológicos oferecidos por Michel Foucault, e permitiu concluir que a imprensa escrita “arregimenta, de modo reiterativo e circular, concepções reparatórias ou reformistas das práticas escolares contemporâneas, em consonância com as produções acadêmicas, os saberes dos especialistas e as injunções econômicas e políticas” (VAL & AQUINO, 2013, p. 93). Segundo os autores, o discurso jornalístico sobre a educação se constitui como um “recurso de governamentalização” dos valores e das atitudes partilhados pela sociedade sobre a natureza e o raio de ação do trabalho educativo em nossos tempos. Outro objetivo da análise foi evidenciar a disputa que existe entre a “autorização discursiva autoconferida pelo jornalismo” (VAL & AQUINO, 2013, p. 95) e a dos protagonistas do campo da educação citados nas reportagens – professores, estudantes, gestores, especialistas, entre outros –, que sugerem ações específicas e modelos gerais, formulados pelo próprio jornal, mais eficientes e produtivos para o enfrentamento dos problemas vivenciados no ambiente educacional cotidianamente. “[...] as matérias analisadas parecem portar a aspiração incontestada de instruir o público leitor acerca dos requisitos necessários para atingir a dita educação de qualidade, conforme, claro está, os parâmetros eleitos pela linha editorial do jornal em questão” (VAL & AQUINO, 2013, p. 95).

Segundo os autores, é no ímpeto de instruir dos veículos de imprensa que reside um dos pontos de confluência entre o jornalismo e a educação: são “práticas sociais pedagogizantes”,

sendo que o jornalismo encontra na opinião pública – e dentro deste grande grupo os próprios educadores – o seu destinatário.

Disso decorre que a mídia impressa [...] projeta-se como um lócus discursivo no interior do qual a questão educacional ultrapassa o status de temática de destaque, convertendo-se propriamente num solo empírico para a jurisdição e, num limite, a ingerência jornalística. [...] A maioria dos textos por nós analisados parece pretender ensinar à escola como ela deveria operar, ofertando a seus protagonistas modos mais adequados ou atualizados de educar e, com isso, professando um ideal de sujeito a ser formado, bem como um modelo de sociedade a ser concretizado (VAL & AQUINO, 2013, p. 95).

Os pesquisadores explicam que este quadro ético-político evidencia o papel que o jornalismo desempenha no domínio público por meio da imposição de um “horizonte social pedagogizado”: os periódicos apresentam um mundo baseado nos modos pelos quais ele deveria ser vivido. “Trata-se de um *modus operandi* que finda por lhe cancelar uma posição estratégica na produção e difusão de certos discursos, bem como no arrefecimento ou, no limite, rarefação de outros discursos possíveis” (VAL & AQUINO, 2013, p. 95).

Um ponto que merece ser destacado é o volume de matérias coletadas no período analisado: um total de 3267 notícias e reportagens que faziam menção à temática da educação, o que mostra que o assunto esteve presente quase que diariamente nas páginas do jornal. Destas, foram selecionadas 449, que traziam o tema como mote principal ou exclusivo da notícia ou reportagem analisada.

A educação desponta [...] como um vetor temático que se mescla a outras pautas diárias, sendo atravessado por conteúdos diversos e, ao mesmo tempo, permeando um vasto contingente de assuntos. [...] devido à porosidade e à versatilidade que lhe são conferidas, materializa-se como um dos nichos temáticos privilegiados na abordagem jornalística (VAL & AQUINO, 2013, p. 104).

Apesar de classificar as diferentes temáticas¹² abordadas pelo jornal quando fala sobre educação, o estudo não se preocupou em identificar quais foram os níveis, etapas ou modalidades de ensino retratados nas matérias analisadas.

O estudo também se dedica a verificar quais são as vozes presentes no texto e o papel que é atribuído a elas pelo repórter. De acordo com a classificação desenvolvida por Val (2011), estas vozes dividem-se em três grandes grupos: os protagonistas diretos, os especialistas e os

¹² Os textos analisados foram divididos em seis temáticas: 1) a educação como solução para os problemas do país e para o bem-estar da população; 2) a formação do professor; 3) a questão da avaliação; 4) o problema da qualidade; 5) a violência e 6) a dicotomia entre a educação pública e privada.

formadores de opinião. Aos primeiros, grupo formado pelos membros da comunidade escolar – estudantes, professores, demais colaboradores da instituição educacional e pais – cabe um papel testemunhal, de descrever e legitimar os fatos que o repórter traz para a reportagem. Aos especialistas e formadores de opinião – pesquisadores, membros de universidades, institutos de pesquisa e organizações internacionais, profissionais de outras áreas, como a saúde e a psicologia, personalidades, políticos e empresários, entre outros – é reservado o papel de avaliação das práticas escolares, em que “buscam assegurar uma espécie de salvação de um mundo escolar desprovido de eficiência e serventia” (VAL & AQUINO, 2013, p. 107). Apesar de múltiplas, estas vozes não são nunca dissonantes. “[...] compõe-se um jogo de bases implícitas, contrapondo ideias que se podem confrontar na forma, mas que resultam cativas de fundamentos semelhantes, quando não idênticos” (VAL & AQUINO, 2013, p. 108).

A análise realizada por Val (2011) mostra que o discurso jornalístico sobre a Educação se constitui como uma rede complexa de enunciados sobre a educação escolar, em que são propagados

modos de organização do mundo e da vida, por meio de convocações constantes para se alcançar uma existência plena, autônoma e responsável. A civilidade, a produtividade e a racionalidade estão em pauta quando se elege um ideal de educação, assim como quando se deprecia a realidade educacional narrada [...] (VAL & AQUINO, 2013, p. 108-109).

Outra característica apontada é que os textos jornalísticos analisados operam em consonância com as produções acadêmicas, as análises dos especialistas e as imposições econômicas e políticas. “A carência e a obsolescência afiguram-se como os principais argumentos das matérias analisadas [...] a escola é definida a partir de suas deficiências ou desajustes flagrantes em relação a certa concepção idealizada de educação” (VAL & AQUINO, 2013, p. 109). Sobre as significações sobre a escola, são três as regularidades argumentativas que se destacam: o seu caráter indispensável, o alarido pela qualidade e a instigação de seu anacronismo.

Outro estudo que tomou as reportagens da Folha de S. Paulo como objeto de pesquisa foi o desenvolvido por Cripa (2007), com o objetivo de compreender o comportamento do jornal na cobertura da educação em dois períodos: em 1973, quando o periódico implantou uma editoria específica para cobertura da área, e em 2002, ocasião na qual as matérias eram publicadas no caderno Cotidiano. A hipótese que guia o desenvolvimento da pesquisa é a de que o jornal Folha de S. Paulo faz a defesa do tema educação em seus editoriais, “apontando a área educacional como a principal saída para a solução dos graves problemas sociais

brasileiros” (CRIPA, 2007, p. 128), mas não traduz esta preocupação em reportagens que retratem a realidade do setor. A hipótese é corroborada ao final da pesquisa, já que é possível comprovar, graças aos dados obtidos a partir da análise quantitativa e qualitativa das reportagens, que houve uma diminuição do volume de matérias sobre educação publicadas pela Folha de S. Paulo se comparados os anos de 1973 e 2002. A interpretação dos resultados quantitativos da pesquisa teve como suporte as informações coletadas em entrevistas realizadas com os repórteres, editores e chefes de redação que lidaram diretamente com as matérias sobre educação nos anos de 1973 e 2002. De acordo com o autor, estas entrevistas tiveram como objetivo “identificar a massa crítica dos envolvidos na produção de matérias sobre educação” (CRIPA, 2007, p. 24). Demais informações sobre a história do Projeto Folha, sobre o contexto histórico no qual as matérias analisadas foram produzidas e o papel fundamental do jornalista Perseu Abramo na implementação de uma editoria específica para a área de educação nos anos 70 contribuíram para a interpretação dos dados quantitativos coletados.

De acordo com Cripa (2007), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira elegeu o tema educacional como prioritário, especialmente entre o período de 1989 e 1996, quando foi aprovada a atual versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país. “A nova constituição, portanto, alavancou a discussão acerca do tema, mas não só a imprensa ou os políticos se apropriaram do discurso de que a solução para todos os males da sociedade estaria na educação” (CRIPA, 2007, p. 15). A sociedade, de uma forma ampla, passou também a reproduzi-lo. Para justificar a escolha do objeto empírico do estudo e também a formulação da hipótese que guia a investigação, o autor busca respaldo em pesquisas¹³ que apontam que o tema é abordado pelos maiores e mais importantes jornais brasileiros, sendo que a Folha de S. Paulo é o primeiro em volume de matérias publicadas. No entanto, em todos os periódicos pesquisados, é tratado de forma deficiente. “Um dos principais desafios da mídia impressa é conseguir problematizar o tema simultaneamente a outras discussões da agenda pública” (CRIPA, 2007, p. 16).

O corpus da pesquisa é composto por 438 textos, retirados de 62 edições do jornal, 31 de cada um dos anos analisados¹⁴. A análise dos dados coletados permite concluir que a cobertura da temática educação diminuiu entre os anos de 1973 e 2002 no jornal Folha de S. Paulo. A redução pode ser confirmada por meio da comparação do número de matérias

¹³ Cripa (2007) cita as pesquisas *Mídia e Educação – Perspectivas para a qualidade da informação* (2000) e *A educação na imprensa brasileira – Responsabilidade e qualidade da informação* (2005), ambas realizadas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

¹⁴ O *corpus* da pesquisa realizada por Cripa (2007) foi selecionado utilizando-se a técnica do mês composto.

publicadas em cada um dos períodos, da área ocupada por elas na página do jornal e também pelo número de matérias de capa registradas. “No que diz respeito ao número de matérias veiculadas, a diminuição foi de 83,63%; no número de chamadas de primeira página houve queda de 88,89%; e no espaço físico de publicação de matéria foi registrada redução de 77,91%” (CRIPA, 2007, p. 127). Muitas são as causas identificadas para esta redução:

[...] vários foram os fatores que motivaram a *FPS* a reduzir a sua cobertura de educação: foram citados a questão econômica, as mudanças gráficas e editoriais, notadamente após a implantação do Projeto Folha, e ainda a falta de “trepidação jornalística”, como admitiu seu diretor de Redação, Frias Filho. Mas identificamos um quarto: a migração de temas antes editados em educação, no ano de 1973, e que em 2002 poderiam ser encontrados em outras editorias da *Folha*, a exemplo de Ciências e Mundo (CRIPA, 2007, p. 107, grifo do autor).

O estudo da origem das matérias e das fontes de informação que são chamadas a contribuir com os textos em cada um dos períodos também é reveladora das mudanças pelas quais passou a cobertura jornalística do tema educação no jornal. O que se percebe é que, em 2002, a cobertura está muito mais focada nos grandes centros urbanos e de poder – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – em detrimento de outras capitais brasileiras ou então cidades do interior. Não se nega que estes fossem os locais prioritários de origem das matérias também em 1973, mas, neste período, dava-se maior espaço aos acontecimentos oriundos fora do eixo São Paulo/Brasília/Rio de Janeiro. Isso acaba por se refletir no tipo de cobertura que é realizada pelo jornal nos anos 2000. “A concentração da cobertura de educação da *Folha* em três grandes centros de poder [...] remete à reflexão de que ela pode conter caráter oficial e ser produzida com informações básicas do MEC e das secretarias estaduais de Educação” (CRIPA, 2007, p. 114). De fato, a análise das Fichas de Pesquisa, em que foram registrados dados como a data, página de publicação, editoria, tamanho do texto, entre outros, permite verificar que as participações de fontes de informação nas reportagens constituem-se, prioritariamente, por “[...] falas do presidente da República, do ministro da Educação, de prefeitos e de secretários estaduais e municipais. Professores de escolas, públicas ou particulares, aparecem somente de forma secundária” (CRIPA, 2007, p. 114).

Por meio da análise quantitativa dos dados, apoiada sempre nas informações coletadas nas entrevistas realizadas, Cripa (2007) mostra que a cobertura foi diminuída e comprova sua hipótese de que a preocupação com o tema demonstrada nos editoriais do jornal não se reflete na cobertura realizada. “Os reduzidos espaços destinados à educação em 2002 ganharam contornos burocráticos, onde foram ouvidas, na maioria das vezes, fontes oficiais” (CRIPA, 2007, p. 128). O autor afirma, baseado na bibliografia consultada, que a situação é resultado do

modelo de mercado implantado pelo Projeto Folha, que, mais que leitores, busca atrair consumidores e anunciantes.

Como a educação na *Folha* não é mais coberta por uma editoria específica, o que possibilitaria o debate contínuo de uma área estratégica, e que o tema, normalmente, não promove agitação, motim, desordem ou perturbação, a produção de matérias neste campo fica relegada, digamos, a uma cobertura menor, se comparada a outras áreas do próprio jornal. Quem perde seguramente é o leitor, que não espera saber do jornal apenas o que acontece no dia-a-dia. Ele pretende, acreditamos nós, situar-se dentro dos acontecimentos (CRIPA, 2007, p. 131).

O terceiro trabalho consultado foi o realizado por Fonseca (2008) que, em sua dissertação de mestrado, utilizou-se do referencial teórico e metodológico da semiótica discursiva para analisar a construção da educação pela revista *Veja*, no período compreendido entre os anos de 1964 e 2006. A pesquisadora examinou todas as reportagens de capa que versaram sobre o assunto, dividindo-as em três eixos temáticos: a) escolarização; b) família: como educar os filhos; e c) cérebro/inteligência. A análise concentrou-se no exame das construções discursivas e das estratégias de produção de sentido adotadas pela revista. É interessante notar que, na categoria escolarização, que concentra o maior número de reportagens analisadas e que trata da educação em todos os seus níveis, não há uma única reportagem que retrate a Educação Profissional em mais de 40 anos de análise. É interessante notar, também, que esta categoria possui uma subcategoria chamada “Problemas na universidade”, que reúne reportagens que apontam todas as dificuldades pelas quais as universidades – com ênfase nas públicas – passaram pelo longo período analisado. O trabalho traz reflexões importantes sobre as imbricações da mídia e da educação e sobre a presença dos temas relacionados à educação nos meios de comunicação.

Apesar de apresentarem bases teóricas e metodológicas diversas das que utilizamos em nosso estudo, algumas das conclusões a que os autores chegam são um importante ponto de partida para construir nossa análise. As pesquisas que descrevemos mostram que não é possível afirmar que não existe uma cobertura sobre a educação nos periódicos de referência no país. Ela existe e é farta, ao menos nos periódicos de referência abordados nos estudos aqui relatados. As pesquisas nos mostram, no entanto, que essa cobertura tende a enfatizar as mazelas que atingem o cenário educacional brasileiro como um todo, levando o jornal a agir, muitas vezes, como uma instância propositora de um modelo ideal de educação e de fórmulas de como alcançá-lo (VAL & AQUINO, 2011) ou, então, assumindo um tom oficialismo e burocrático, que carece de melhor contextualização por parte do jornal (CRIPA, 2007). Neste ínterim, as fontes oficiais ligadas aos centros de poder, os especialistas ou então as personalidades

socialmente reconhecidas como autoridades em suas áreas de competência possuem preferência dentro do discurso jornalístico, ficando os protagonistas do cotidiano escolar como personagens secundários nos relatos jornalísticos que tratam do seu próprio campo de atuação.

1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A fundamentação teórica desta pesquisa encontra-se nos trabalhos dos estudiosos que tratam da pragmática social e do caráter performativo da linguagem (AUSTIN, 1990; LOXLEY, 2007; MEY, 1993, 2000, 2001; OLIVEIRA, 1993, 2002, 2010; 2012; OTTONI, 1998; RAJAGOPALAN, 1996, 2010, 2014) e também dos pesquisadores que se dedicaram a observar o relato jornalístico como um ato de fala, e, conseqüentemente, uma ação (CHAPARRO, 2007; OLIVEIRA, 1999, 2002, 2010 e 2012). Partimos dos conceitos de performativo, atos ilocucionários e atos de fala, cunhados pelo filósofo John L. Austin (1955) para a análise dos usos de linguagem realizados pelo jornal Gazeta do Povo na construção das notícias e reportagens que compõem a cobertura jornalística do IFPR.

A metodologia a ser utilizada em uma análise pragmática consiste na interpretação pessoal das “restrições e transgressões que integram o universo social do uso da linguagem de acordo com o nosso conhecimento dos usuários e suas crenças e das expectativas que decorrem deste conhecimento” (OLIVEIRA, 2010, p. 55). Não há, na pragmática, regras estritas para a leitura dos discursos. A disciplina está interessada na forma como os indivíduos usam as práticas cotidianas para criar a linguagem e estabelecer relações políticas, refutando a ideia de que a linguagem é um “sistema autônomo e pré-existente ao uso” (OLIVEIRA, 2010, p. 65). Para a pragmática, a resposta para todos os questionamentos acerca dos usos linguísticos está na dimensão política e na avaliação dos efeitos que estes usos têm sobre os falantes e a realidade em que estão inseridos. Desta forma, cabe ao pesquisador identificar o tipo de metodologia e técnicas de análise que melhor se adequam ao objeto de estudo e às finalidades da pesquisa. O detalhamento sobre as opções metodológicas desta pesquisa será realizado no capítulo quatro.

1.3.1 O processo de coleta de dados

As reportagens que constituem o *corpus* desta pesquisa foram coletadas nos dias 6, 7, 8 e 9 de agosto de 2015 no site do jornal Gazeta do Povo¹⁵, por meio do sistema de busca

¹⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/>

disponível aos visitantes¹⁶. O sistema permite a busca de um termo específico dentro de um espaço de tempo a ser determinado pelo pesquisador e ordena os resultados por data, sendo que são elencadas todas as reportagens, notas, colunas, entrevistas e demais conteúdos do jornal que contenham o termo no período em questão. A escolha por utilizar o sistema de busca do site do jornal em detrimento da pesquisa em arquivo físico se deu por dois motivos. Primeiramente, nos certificamos de que todo o conteúdo publicado na edição impressa é também disponibilizado *online*¹⁷, o que não comprometeria a fidedignidade desta pesquisa. O segundo motivo é a facilidade que um sistema de busca informatizado oferece, visto que trabalhamos com um recorte temporal longo e que não é possível prever uma periodicidade de publicação das notícias sobre o Instituto Federal do Paraná (IFPR), o que nos obrigaria a revisar todas as edições do jornal durante sete anos e inviabilizaria esta pesquisa.

Buscamos a ocorrência dos termos “Instituto Federal do Paraná”, “IFPR” e “Ifet”¹⁸ nos anos de 2008 (em que se deu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no mês de dezembro), 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Nosso objetivo foi o de encontrar todas as notas, notícias e reportagens publicadas pelo jornal Gazeta do Povo no período pesquisado. Foram excluídos os registros de artigos, editoriais, entrevistas, colunas e conteúdos de serviços, sendo que foram selecionados apenas os textos no formato de notas, notícias e reportagens. No total, foram selecionadas 159 matérias jornalísticas, que foram divididas preliminarmente em três grandes grupos: Grupo 1) notas, notícias ou reportagens em que o IFPR é o principal assunto abordado; Grupo 2) notas, notícias ou reportagens em que agentes do IFPR (dirigentes, professores ou estudantes) são fontes de informação ou personagens de matérias jornalísticas que não têm o IFPR como assunto principal; e Grupo 3) notas, notícias ou reportagens em que o IFPR é assunto secundário ou apenas citado. Após coletadas, estas matérias foram tabeladas, destacando-se a data de publicação, o título principal, a editoria ou caderno e o eixo temático¹⁹ a que pertencem.

¹⁶ <http://www.gazetadopovo.com.br/edicao-do-dia/anteriores/>

¹⁷ Todo o texto, conteúdo de boxes e infográficos e imagens da matéria jornalística publicada na edição impressa são disponibilizados online. O conteúdo, no entanto, é adaptado à página do site, perdendo a diagramação original que ganha nas páginas do jornal. A disposição gráfica do texto e seus demais elementos, no entanto, não é relevante em nossa análise, sendo que para nós os dados disponibilizados no site do jornal Gazeta do Povo são suficientes.

¹⁸ Primeira sigla utilizada pelo Ministério da Educação para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É recorrente nos textos publicados nos anos de 2008 e 2009.

¹⁹ Os eixos temáticos foram definidos pela pesquisadora após análise preliminar da totalidade do material coletado. São onze os eixos temáticos identificados no universo compreendido pelas 159 matérias selecionadas: 1 – Expansão da Rede Federal de EPT; 2 – Ensino Médio, Técnico e Profissional; 3 – Ensino Superior; 4 – Economia

1.3.2 Matérias que têm o IFPR como assunto principal

O primeiro grupo de matérias é composto por 51 notas, notícias e reportagens nas quais o IFPR é o principal assunto retratado. Elas estão inseridas dentro de cinco dos onze grupos temáticos definidos nesta pesquisa: 1) Expansão; 2) Ensino Médio, Técnico e Profissional; 6) Processos de Seleção e Concursos Públicos; 7) Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; e 10) Eventos Institucionais. Dos três grupos, este é o que apresentou a menor diversidade de temas. É, também, o que apresentou o maior número de textos no formato de notas e notícias, e as primeiras, em geral, não são assinadas por um repórter específico, sendo informado que o texto é proveniente “Da Redação” ou de agências de notícias.

1.3.3 Matérias em que agente do IFPR é fonte ou personagem

Neste grupo de matérias, foram reunidas todas as notas, notícias e reportagens que têm agentes ligados ao IFPR como fonte de informação ou personagem. Este grupo é formado por 42 matérias, que versam sobre nove eixos temáticos: 1) Expansão; 2) Ensino Médio, Técnico e Profissional; 3) Ensino Superior; 4) Economia e Mercado de Trabalho; 5) Desenvolvimento Estadual e Regional; 6) Processos de Seleção e Concursos Públicos; 8) Cultura e Geral; 9) Política; e 10) Pesquisa e Extensão. Além de maior variedade de temas, neste grupo nota-se também uma maior incidência de matérias em formato de reportagem.

1.3.4 Matérias em que o IFPR é assunto secundário

O terceiro grupo de matérias coletadas para esta pesquisa é o mais numeroso, isso porque em muitas delas o IFPR é citado como referência para o principal assunto abordado, como, por exemplo, fonte de informação para o box que explica a diferença entre as formas de oferta integrado, concomitante e subsequente dos cursos técnicos ou, então, como a instituição que “herdou” os cursos da Escola Técnica da UFPR quando esta é o assunto principal da reportagem. Este grupo é formado por 66 notas, notícias e reportagens, divididas em nove eixos

e Mercado de Trabalho; 5 – Desenvolvimento Regional e Estadual; 6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos; 7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; 8 – Cultura e Geral; 9 – Política; 10 – Eventos Institucionais; e 11 – Pesquisa e Extensão.

temáticos: 1) Expansão; 2) Ensino Médio, Técnico e Profissional; 3) Ensino Superior; 5) Desenvolvimento Regional e Estadual; 6) Processos de Seleção e Concursos Públicos; 7) Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; 8) Cultura e Geral; 9) Política; e 11) Pesquisa e Extensão. Mais uma vez, nota-se uma maior incidência de reportagens, bem como uma gama maior de temas abordados pelas matérias jornalísticas se compararmos ao Grupo 1.

1.3.5 Delimitação do universo e do *corpus* da pesquisa

Como o interesse deste estudo volta-se para as matérias jornalísticas que versam sobre o Instituto Federal do Paraná, decidimos por eliminar os Grupos 2 e 3, que concentram as notas, notícias e reportagens que trazem agentes do IFPR na condição de fontes de informação ou personagens ou então que apresentam a instituição como um assunto secundário, ou apenas a citam, sem que seja ela o principal tema abordado. Desta forma, o universo desta pesquisa é composto por 51 matérias jornalísticas que têm o IFPR como assunto principal (Apêndice 1), publicadas entre os anos de 2008 e 2014 pelo jornal Gazeta do Povo.

Já que procuramos realizar um estudo qualitativo, de cunho descritivo e interpretativo, dos atos de fala realizados por jornalistas e fontes de informação nas reportagens sobre o Instituto Federal do Paraná, optamos por delimitar um *corpus* para análise que trouxesse as reportagens mais relevantes e que fossem mais representativas do universo estudado. A amostragem desta pesquisa foi composta pela técnica conhecida como “por tipicidade ou intencional”, que consiste em “selecionar um subgrupo da população que, com base em informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2014, p. 94). O autor alerta, no entanto, que a composição deste tipo de amostragem requer do pesquisador um conhecimento considerável do universo estudado. Acreditamos preencher este requisito, já que a seleção das reportagens se apoia no conhecimento prévio da pesquisadora sobre o objeto empírico de estudo, permitido pela atuação como jornalista na Coordenadoria-Geral de Comunicação do IFPR desde setembro de 2011, e também pelo conhecimento da população desta pesquisa que a tabulação dos dados – e a consequente leitura e pré-análise de todas as reportagens, notícias e notas que constituem a população – permitiu.

Foram escolhidas as matérias jornalísticas mais representativas de cada eixo temático, levando-se em conta o assunto ou período da história da instituição que abordavam, buscando-se respeitar, também, características como as proporções de gêneros jornalísticos e ano de publicação das matérias em cada subgrupo. No eixo temático Expansão, foram selecionados três textos: o primeiro registro de matéria jornalística que tratava do IFPR no período analisado

(Quadro 5), a notícia que anunciou a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Quadro 6) e outra reportagem, que abordava a entrada em funcionamento de novas unidades do IFPR (Quadro 7) no ano de 2010. No eixo temático Ensino Médio, Técnico e Profissional, foram dois os textos selecionados: uma nota que tratava do início das inscrições em um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Cuidador de Idosos e Crianças (Quadro 8) e uma reportagem que abordava os cursos técnicos “menos tradicionais” oferecidos pelo IFPR (Quadro 9). No eixo temático Processos de Seleção e Concursos Públicos, foram selecionados cinco textos, cada qual se referindo a um tipo de processo de escolha dos novos servidores ou estudantes da instituição: a primeira notícia que anunciou um concurso público do IFPR no período analisado (Quadro 10), em 2009; uma nota que tratava do processo seletivo para os cursos técnicos na modalidade a distância oferecidos pelo IFPR em 2010 (Quadro 11); o primeiro texto, uma nota, que tratou de um dos muitos aspectos do processo seletivo para cursos técnicos – o número de inscritos – do IFPR (Quadro 12), em 2011; a primeira nota que tratou do período de inscrições para os cursos técnicos e superiores do IFPR (Quadro 13) e a notícia que tratou do último concurso público promovido pela instituição (Quadro 14) dentro do recorte temporal estudado, no ano de 2014. No eixo temático Crises Institucionais e Eleições de Dirigentes, foram selecionados dois textos: uma nota que trata da posse do primeiro reitor eleito do IFPR (Quadro 15) e uma reportagem que trata da evasão nos cursos técnicos da instituição. Sobre este eixo temático, vale um alerta: optamos por não selecionar as matérias jornalísticas que tratavam das ações da Operação Sinapse, investigação da Polícia Federal sobre irregularidades nas ações da Diretoria de Educação a Distância do IFPR, e também dos textos que trataram da ação judicial movida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (Sindiedutec), que questionava a duração do mandato do reitor do IFPR à época. Essa decisão teve como motivação o número de matérias referentes aos assuntos – um total de sete – que significariam um aumento significativo do *corpus*. No eixo temático Eventos Institucionais, o menor dentro do universo analisado, com apenas três matérias, todas notas, selecionamos apenas uma, que tratava da realização da Mostra dos Cursos do IFPR. Desta forma, o *corpus* desta pesquisa é composto por 13 notas, notícias e reportagens. No capítulo 5 deste trabalho, são apresentadas mais informações sobre o universo estudado, que auxiliam o entendimento do leitor sobre a amostragem escolhida para nosso estudo.

2 A TEORIA DOS ATOS DE FALA E A PRAGMÁTICA SOCIAL

Faz algum sentido, alguém poderia perguntar, conceber a pragmática em quaisquer outros termos que não o social? Por sua vez, não é pleonástico falar dos aspectos sociais da pragmática uma vez que, seja qual for a definição do campo de pesquisa chamado pragmática linguística, a dimensão social da linguagem acabará sendo [...] um aspecto constitutivo da mesma? (RAJAGOPALAN, 2010, p. 31-32).

Neste capítulo, vamos apresentar os conceitos de performativo, atos ilocucionários e atos de fala, desenvolvidos pelo filósofo J. L Austin na obra *How to do things with words*. Vamos, também, mostrar como este pensamento, desenvolvido por quase três décadas no âmbito da Filosofia da Linguagem Ordinária da Universidade de Oxford, influenciou o desenvolvimento da pragmática social, vertente da pragmática que se dedica a estudar os usos linguísticos dentro do contexto social em que se realizam.

Além de expor as correntes de pensamento sobre as quais se alicerçam esta pesquisa, este capítulo apresenta um forte caráter histórico. Sobre isto, esclarecemos: acreditamos ser esta a melhor forma de construir uma narrativa sobre os performativos e a Teoria dos Atos de Fala porque, como mostraremos em seguida, este conceito e teoria permaneceram em constante desenvolvimento, influenciando-se mutuamente e evoluindo conforme avançavam as reflexões de Austin sobre a linguagem ordinária. É um pensamento em processo, cujo movimento tentamos registrar neste capítulo, que ganha contornos de relato histórico.

2.1 POR DENTRO DA OBRA “QUANDO DIZER É FAZER” DE JOHN L. AUSTIN

No ano de 1955, o filósofo inglês John Langshaw Austin proferiu uma série de 12 conferências na *Willian James Lectures*, em Harvard, onde apresentou os conceitos revolucionários de performativo e força ilocucionária, que viriam a se tornar os expoentes da sua obra. As anotações de Austin resultaram no livro “*How to do things with words*”²⁰, publicado postumamente em 1962. O acesso de uma audiência mais ampla às ideias do filósofo gerou grande interesse pela teoria dos atos de fala, em especial pelos performativos, e inevitavelmente geraram importantes releituras (SEARLE, 1979, 1977; FISH, 1980; DERRIDA, 1977; 1988)²¹.

²⁰ Traduzida para o português em 1990 por Danilo Marcondes de Souza Filho, sob o título “Quando dizer é fazer - palavras e ação”, versão que utilizamos como referencial teórico deste trabalho.

²¹ Para o linguista brasileiro Paulo Roberto Ottoni (1998), os principais conceitos de Austin – os atos de fala, o performativo e o ato ilocucionário – foram apropriados por diferentes teóricos e tendências de pensamento “como se fossem de domínio comum: [...] podemos dizer que esta aparente flexibilidade dos conceitos, por um lado,

Austin questionou as correntes que observavam a linguagem a partir do positivismo lógico, como uma instância de produção de afirmações sobre a realidade, que poderiam ser julgadas de acordo com a sua veracidade ou falsidade do ponto de vista gramático ou lógico. “Este ponto de vista da linguagem é denominado ‘a falácia descritiva’: a suposição equivocada de que o uso da linguagem é essencialmente constativo, visando à produção de declarações verdadeiras ou falsas” (LOXLEY, 2007, p. 7, tradução nossa). Na realidade, Austin jogou luz sobre a reflexão que já vinha sendo feita por outros estudiosos da linguagem e da filosofia, como seus próprios colegas, ligados à Filosofia Analítica da Escola de Oxford, e o filósofo alemão Ludwig Wittgenstein: a linguagem também poderia ser utilizada para outras funções – perguntar, fazer exclamações ou até mesmo dar ordens – que não apenas fazer afirmações e relatos sobre o mundo. Para Austin, estas exceções às regras da lógica apresentavam características próprias, já que não se limitavam a descrever ou reportar a realidade, mas, sim, constituíam-se como uma “expressão linguística que não consiste, ou não consiste, apenas, em dizer algo, mas em fazer algo, não sendo um relato verdadeiro ou falso sobre alguma coisa” (AUSTIN, 1990, p. 38). A esta característica o filósofo deu o nome de performativo.

Paulo Ottoni (1998) explica que as reflexões de Austin sobre a linguagem humana partem de uma visão performativa da linguagem, que permeia toda a obra do filósofo inglês e que evolui conforme avança seu trabalho. De fato, esta característica de pensamento em construção e em constante processo de análise pode ser percebida na obra “Quando dizer é fazer – palavras e ações”, em que todo o esforço para distinguir performativos e constativos é abandonado, ao final da conferência de número 7, quando o estudioso percebe que é inútil diferenciar os dois tipos de enunciação, já que toda enunciação é performativa. Para Ottoni (1998), a visão performativa é o lugar de conflito no qual se rompem as fronteiras entre o que é linguístico e o que é filosófico.

Procuro pensar o Austin da visão performativa que funde os seus procedimentos filosóficos e suas técnicas de análise da linguagem ordinária. Esta fusão se reflete

mostra a riqueza que cada um deles carrega em si, o que dificultaria, então, analisá-los conjuntamente; por outro lado, corrobora a ideia de que há uma relação de interdependência muito específica entre eles” (OTTONI, 1998, p. 73). A argumentação de Austin constitui-se de uma série de questões surgidas simultaneamente, e tem o poder de criticar as posições e teorias já existentes sobre a linguagem, produzindo novas reflexões. “Qualquer discussão de Austin deve, deste modo, levar em conta este seu ‘momento retórico’, sem o que teremos sempre dificuldades para interpretá-lo” (OTTONI, 1998, p. 73). Já, Rajagopalan (2010) é mais incisivo ao afirmar que Austin foi vítima de verdadeiras “tentativas de sequestro”, com a finalidade de fazê-lo caber nos moldes da linguística tradicional. O exemplo mais claro disto é o que fez o filósofo norte-americano John Rogers Searle (1979; 1977), “ao descontextualizar o ato de fala individual [...] a fim de considerá-lo isoladamente como uma unidade investida de certo potencial comunicativo (ilocucionário), Searle tornou possível ao conceito ser facilmente absorvido pelo modelo da sintaxe que estava sendo proposto pelos defensores da ‘semântica gerativa’” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 42).

nesta visão performativa em que subjaz uma nova concepção da linguagem, concepção incompatível com uma abordagem formalista, estritamente empiricista e cientificista da linguagem em que há uma cisão entre o sujeito e o objeto. Parto do princípio que faz parte desta visão a integração dos conceitos de *performativo*, *ilocucionário* e *ato de fala* na argumentação de Austin. Essa integração é o lugar do confronto e do questionamento dos procedimentos filosóficos e das técnicas de análise da linguagem ordinária, desfazendo assim a dicotomia sujeito e objeto e possibilitando emergir a ‘visão performativa da linguagem’ (OTTONI, 1998, p. 11-12).

Se levarmos em conta apenas o período histórico em que estas reflexões foram desenvolvidas – as décadas de 40 e 50, marcadas pelo contexto pós-guerra – podemos classificá-las como pós-modernas. Ottoni, no entanto, destaca que o enquadramento adequado do pensamento de Austin extrapola a simples localização temporal, sendo que o caráter de promoção da desconstrução da filosofia e da linguística tradicional prevalece.

[...] a visão performativa da linguagem, por um lado, pode ser identificada com a pós-modernidade e por outro, enquanto visão pós-moderna, desorganiza a ciência linguística estabelecida, provocando e propondo uma nova maneira de encarar o saber contemporâneo sobre a linguagem; pode-se dizer que Austin, ao analisar o fenômeno da performatividade, também, até certo ponto, desconstruiu uma filosofia e uma linguística tradicional de maneira próxima àquela desenvolvida hoje por esta corrente de pensamento (OTTONI, 1998, p. 12-13).

Outra característica importante do pensamento austiniano é o que Ottoni identifica como a insolubilidade entre o sujeito e o objeto da linguagem.

O sujeito e objeto, para Austin, o eu e o não-eu, se fundem, passando ambos a fazer parte da significação. Ou seja, na visão performativa, o sujeito falante empírico se constitui como sujeito através do *uptake*, que, sendo o lugar do deslocamento da intencionalidade, subverte o papel centralizador e consciente deste sujeito (OTTONI, 1998, p. 13).

Com esta nova perspectiva, Austin questiona e interrompe a supremacia do positivismo lógico nos estudos de linguagem, fortalecendo o estudo da linguagem ordinária e introduzindo os conceitos de performativo, ilocucionário e atos de fala.

Um dos pontos que mais chama a atenção na obra de Austin é a difícil distinção entre seus “procedimentos filosóficos” e “procedimentos metodológicos”.

Suas ‘técnicas’ são construídas juntamente com suas descobertas teóricas; quero dizer que o modo de enfrentar, discutir o funcionamento da linguagem é de tal forma ‘descompromissado’ com qualquer teoria que o seu procedimento filosófico, até certo ponto comprometido com suas técnicas, vai obrigá-lo a retomar e a produzir gradativamente uma nova visão de linguagem, a que ele próprio está analisando (OTTONI, 1998, p. 28).

Austin não utilizava a palavra metodologia para falar do seu trabalho. Diz ele: “quando me perguntam por que faço o que faço, eu fico irritado. Tudo o que posso dizer, da maneira mais insistente, é que a palavra ‘*método*’ me desagrade. Prefiro muito mais a palavra ‘*técnica*’, no plural, de preferência: técnicas” (AUSTIN, 1990 apud OTTONI, 1998, p. 28). O procedimento filosófico de Austin consiste em criar uma tensão, a partir da discussão destes três conceitos, na filosofia e na linguística. “Esta tensão [...] cria uma polarização entre a filosofia analítica de Oxford e uma filosofia construtivista que propõe a subordinação da linguagem ordinária, dominando-a em favor dos seus interesses teóricos” (OTTONI, 1998, p. 23). No caso da linguística, esta tensão divide os linguistas entre aqueles que consideram a disciplina uma ciência autônoma nos moldes de uma ciência exata, e os que fazem o caminho inverso e vão em direção a uma “linguística filosófica” (OTTONI, 1998, p. 23).

Na obra de Austin, o conceito de performativo leva ao desenvolvimento de outro conceito, que possui tanto o caráter de desdobramento quanto o de complementação do primeiro: o conceito de ato de fala. Este é desmembrado em três partes, que se dão na forma de três atos simultâneos: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. O ato locucionário refere-se aos aspectos físicos da enunciação – a produção de um sentido por meio da articulação de certos sons, na forma de palavras organizadas em sentenças – e é o “lugar em que se dá a significação em sentido tradicional” (OTTONI, 1998, p. 35); o ato ilocucionário é o ato que se refere à realização da ação, através da enunciação, “sendo o *ato ilocucionário* o que possibilita fazer a distinção entre o dizer e o dito e sendo convencional por definição” (OTTONI, 1998, p. 35); e o ato perlocucionário, que produz um efeito, uma consequência sobre o interlocutor. Esta diferenciação de níveis dentro de um mesmo ato de fala permite perceber que há um deslocamento da referência quando se trata de definir o significado de uma ação: a referência já não se dá em uma relação direta com as coisas do mundo, podendo ser comprovada em termos de verdade ou falsidade, mas sim com base no contexto da enunciação e no caráter convencional que os performativos apresentam:

a questão da referência é tratada de modo bastante diferente da noção mais tradicional que produz uma relação biunívoca entre linguagem e mundo [...] não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade (OTTONI, 1998, p. 36).

Nas páginas seguintes, apresentaremos as principais ideias discutidas por Austin nas conferências que deram origem ao livro “Quando dizer é fazer – palavras e ações”, na ordem em que foram apresentadas pelo autor aos participantes da palestra. Nossa intenção é

demonstrar a evolução da argumentação, o desenvolvimento do próprio conceito de performativo e seus desdobramentos e também os momentos em que o autor abandona posicionamentos que vinha tentando defender em nome de uma performatividade presente em todas as enunciações – a visão performativa da linguagem.

2.1.1 Performativos e constativos: uma dualidade inexistente

O primeiro conceito desenvolvido por Austin na conferência de número um do livro “Quando dizer é fazer – palavras e ação” é o de performativo²², apresentado como um contraste ao conceito de constativo. De acordo com Loxley (2007), ao fazer esta distinção, o filósofo nos apresenta duas visões contraditórias de linguagem: aquela calcada no positivismo lógico, em que a maior preocupação do falante ao utilizar a linguagem é produzir afirmações sobre a realidade²³; e a nova visão que Austin tenta desvendar, em que as enunciações são entendidas como ações, ou parte da realização de uma ação:

Já se reconhece que muitas palavras que causam notória perplexidade quando inseridas em declarações aparentemente descritivas não se destinam a indicar algum aspecto adicional particularmente extraordinário da realidade relatada, mas são usadas para indicar (e não para relatar) as circunstâncias em que a declaração foi feita, às restrições às quais está sujeita ou a maneira como deve ser recebida (AUSTIN, 1990, p. 22-23).

Nesta primeira conferência, Austin tenta definir uma estrutura padrão²⁴ e ideal para um performativo. Desta forma, eles se apresentariam como declarações:

- a) Que não apresentam falta de sentido ou “expressões perigosas” (tais como bom, todo, alguns verbos auxiliares);
- b) Compostas por verbos na primeira pessoa da voz ativa;
- c) Que não descrevem, relatam, constata, nem são verdadeiras ou falsas;
- d) Cujo proferimento da sentença realiza uma ação.

²² Em inglês, “*performative*” – nome que se origina do verbo inglês “*to perform*”, relacionado à ação.

²³ Sendo que estas afirmações podem ser verificadas em termos de verdade ou falsidade, de correspondência ou falta de correspondência aos fatos de uma dada situação (LOXLEY, 2007).

²⁴ Embora saibamos que nas conferências subsequentes Austin assume que os performativos podem se apresentar de diferentes formas – até mesmo como uma única palavra – e que toda a enunciação é um performativo, escolhemos apresentar, nesta parte do trabalho, a argumentação desenvolvida pelo autor de forma linear, incluindo aí todas as etapas de pensamento que levam a estas conclusões, até mesmo as posições que ele acaba descartando a partir da conferência de número 8.

“Aceito essa mulher como minha legítima esposa”, “batizo esse navio como Rainha Elizabeth” e “lego a meu irmão esse relógio” são exemplos dados pelo filósofo destas ações realizadas por meio do uso da linguagem. No entanto, o simples proferimento da sentença muitas vezes não é o suficiente para que o ato de enunciar seja considerado uma ação.

Geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou de qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a única coisa necessária para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras foram proferidas sejam, de algum modo, apropriadas (AUSTIN, 1990, p. 26).

Loxley (2007) afirma que a separação entre performativos e constativos tem consequências imediatas: a primeira delas refere-se aos critérios de validação destas enunciações, em termos de verdade ou falsidade, que já não se aplicam aos performativos.

[...] os critérios de validade ou justificação aos quais os enunciados constativos estão sujeitos, em que a verdade é considerada como a correspondência de uma declaração aos fatos de uma situação específica, não podem ser aplicados exatamente da mesma maneira aos performativos, porque esses enunciados já são uma parte, e talvez a parte mais importante, dos fatos [...] (LOXLEY, 2007, p. 8, tradução nossa).

Outra diz respeito a não separação da enunciação dos fatos a que ela está relacionada. “A enunciação não descreve uma situação, um evento ou uma ação: ela é um evento ou uma ação” (LOXLEY, 2007, p. 8). De acordo com Austin, é o caráter convencional do performativo que permite a sua distinção do constativo, e o entendimento desse performativo vai se dar não apenas pelo sentido das palavras proferidas por um falante, mas também pelo contexto da enunciação.

2.1.2 Felicidade e infelicidade dos performativos

Como não podem ser julgados em termos de verdade e falsidade, Austin propõe uma nova forma de verificar a adequação dos performativos. Como são ações praticadas por meio da linguagem, devem ser julgados em termos de felicidade ou de infelicidade, o que diz respeito aos aspectos formais, convencionais ou à completude com que estes atos são realizados.

Declarações podem ser válidas por serem verdadeiras ou inválidas por serem falsas, e isso parece ser tudo o que se pode dizer sobre o assunto; com os proferimentos performativos, por outro lado, existem diferentes eixos por meio dos quais sua

validade pode ser avaliada. Se todas essas condições se encontram, um performativo pode ser considerado exitoso ou [...] feliz (LOXLEY, 2007, p. 10, tradução nossa).

Austin relaciona dois tipos de infelicidades, os desacertos (*misfires*) e abusos (*abuses*), que se subdividem em seis eixos, conforme mostramos no quadro abaixo.

QUADRO 1 - TIPOS DE INFELICIDADE QUE ACOMETEM OS PERFORMATIVOS

Desacertos
A1 – Deve existir um procedimento condicionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas e em certas circunstâncias.
A2 – As pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
B1 – O procedimento tem de ser executado por todos os participantes de modo correto e
B2 – completo.
Abusos
Γ1 – Aquele que participa do procedimento e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
Γ2 – devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.

FONTE: Adaptado de AUSTIN (1990)

A primeira situação que pode levar um ato de fala à infelicidade é o que Austin chamou de desacertos, quando as regras A1, A2, B1 e B2 são quebradas. Nestes casos, existe um problema de caráter formal, que pode estar relacionado com os procedimentos necessários para a realização de um ato convencional, em que se dá a enunciação de um performativo, ou com as pessoas envolvidas neste procedimento. “Não se consegue levar a cabo o ato para cuja realização, ou em cuja realização, é indispensável a forma verbal correspondente” (AUSTIN, 1990, p. 31-32). Dessa forma, o procedimento é esvaziado de sua autoridade e o ato é nulo ou sem efeito, ficando apenas intencionado, tentado.

Austin explica que nos casos de A1 há uma **má invocação** do procedimento, ou seja, há um problema de aspecto formal, convencional, já que o procedimento em que se dá o proferimento performativo é realizado de forma equivocada. Como exemplos, o autor citou os casos em que o procedimento não é aceito pelas convenções – a realização de um divórcio em um país em que isso não é aceito ou regulamentado²⁵ – ou então pelos interlocutores – escolher um parceiro de jogo que já tenha deixado claro que não pretendia jogar naquela ocasião. As

²⁵ O exemplo dado por Austin no livro é “um divórcio em um país cristão”. Apesar de hoje nos parecer um fato anacrônico, lembremo-nos que as conferências foram ministradas nos anos 50 e que muitos países, à época, ainda possuíam suas leis intimamente ligadas aos preceitos cristãos, sendo que o casamento seria uma instituição indissolúvel. De fato, no Brasil, a dissolução de um casamento só foi regulamentada em 1977, com a Lei do Divórcio.

transgressões de tipo A2 são chamadas de **más aplicações**, pois tratam da falta de adequação das circunstâncias e pessoas às situações invocadas – como, por exemplo, alguém que não seja a pessoa mais indicada (um padre, um pastor ou outra pessoa que tenha esta incumbência) realizar um batismo.

Nos casos de B1 e B2, há uma **má execução** no procedimento. A primeira diz respeito às falhas que podem acontecer em qualquer momento de um ato convencional em que a enunciação do performativo é realizada. “Aqui, o procedimento é adequado às pessoas e às circunstâncias, mas é executado incorretamente” (AUSTIN, 1990, p. 45). No caso das infelicidades de tipo B2, há o que Austin chama de tropeço: uma das partes não realiza as ações que devem ser realizadas²⁶.

A segunda forma de infelicidade são os abusos, que se dão quando as regras $\Gamma 1$ e $\Gamma 2$ são quebradas. “A lacuna entre um estado de espírito interior e uma performance verbal externa, amplamente negada quando o modelo da linguagem constativa caracterizava todos os proferimentos, volta à cena” (LOXLEY, 2007, p. 11, tradução nossa). A ação é concretizada, no entanto o ato é vazio, já que não há uma intenção interna de concretização da ação por parte da pessoa que profere a enunciação. Podem ser classificadas em três tipos:

- a) Insinceridades: ato de expressar sentimentos sem que seja de forma sincera.
- b) Infrações: ato de expressar uma ideia ou estado sem que se pense igual ao que se expressa.
- c) Casos de não cumprimento: ato de dizer algo quando não se tem a pretensão de fazer o que se está prometendo.

Loxley (2007) aponta que mesmo definindo estas seis formas de infelicidades, as reflexões de Austin vão mais fundo e ampliam a gama das causas que podem levar um performativo à infelicidade. Ele afirma que a maioria das falhas que acometem um performativo não têm origem na estrutura do proferimento em questão, mas se aplicam a ele porque este, para existir, faz uso de elementos pertencentes ao contexto ou à sua natureza de ação.

Em primeiro lugar, os enunciados performativos são expostos a problemas, porque eles são performances convencionais - rituais, cerimoniais. Nem todo ritual precisa envolver o pronunciamento de palavras; mas na medida em que tais declarações invocam um procedimento convencional, correm o risco de sofrer os tipos de desacertos ou abusos aos quais os procedimentos convencionais são vulneráveis. Em segundo lugar, na medida em que performativos são ações, elas estão sujeitas a certas

²⁶ Neste momento de sua argumentação, quando trata da completude das ações, Austin se pergunta: “até que ponto pode um ato ser considerado terminado, ou o que levar em conta para considerá-lo completo?” (AUSTIN, 1990, p. 46). Esta pergunta leva em consideração o fato de que os casos de tipo B1 e B2 dizem respeito às formalidades no campo do Direito, já que a vida cotidiana permite algumas concessões. Ao mundo jurídico também pertencem as referências imprecisas.

dimensões inteiras de insatisfação que afligem as ações em geral, tanto verbais quanto de outra forma (LOXLEY, 2007, p. 12, tradução nossa).

Já na segunda conferência, Austin deixa antever o caminho que a sua argumentação seguiria nas próximas: a de dissolver as barreiras que separam os performativos dos constativos. Sobre o alcance da felicidade dos atos de fala, Austin afirma:

[...] até aqui mostramos a infelicidade como um traço característico do proferimento performativo, que foi definido (se assim podemos dizer) basicamente em oposição à “declaração” já tida como supostamente conhecida [...]. E quanto mais consideramos uma declaração, não como uma sentença ou proposição, mas como um ato de fala (a partir do qual os demais são construções lógicas), tanto mais estamos considerando a coisa toda como um ato (AUSTIN, 1990, p. 35).

Ou seja, não é conveniente estabelecer uma distinção entre declarações e performativos, já que são todos atos de fala, e estão todos sujeitos a felicidades ou infelicidades. E vai mais longe, creditando aos elementos do contexto a responsabilidade para que ambos sejam compreendidos no momento de sua enunciação

Para explicar o que pode dar errado com as declarações, não devemos restringir a nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um e outro podem dar errado (AUSTIN, 1990, p. 56).

2.1.3 Uma tentativa de categorização: performativos implícitos e explícitos

Nas conferências de número 5, 6 e 7, Austin concentra seus esforços em definir critérios que permitam a qualquer um identificar um performativo. Como já falamos anteriormente, todo este esforço será deixado de lado ao final da conferência de número 7, juntamente com outro, o de separar constativos de performativos. Algumas de suas reflexões, no entanto, são mantidas quando o filósofo passa a observar o fenômeno da performatividade por meio do conceito de força ilocucionária: os conceitos de felicidade e infelicidade dos atos de fala e também a aceitação – após longo debate – de que não é possível definir uma estrutura padrão para os performativos.

Na conferência de número 3, Austin discorre sobre a possibilidade de nem todo proferimento performativo se apresentar na forma de uma frase contendo um sujeito e um verbo na primeira pessoa do singular, a exemplo do que mostramos nas páginas anteriores. Alguns performativos podem se apresentar de formas variadas, constituindo o que o autor chamou de

um “performativo implícito”. “Assim, ‘Há um touro no campo’ pode ser ou não uma advertência de perigo, pois posso estar simplesmente descrevendo uma cena” (AUSTIN, 1990, p. 43). Os performativos implícitos são também descritos pelo autor como “performativos primitivos”, o que denota, de certa forma, uma característica de ser esta uma forma menor, menos desenvolvida, de um performativo. De acordo com Austin, este proferimento implícito pode ser assimilado a um desempenho defeituoso ou incompleto, ou então um mal-entendido de tipo especial, “dizendo respeito à força do proferimento, e não ao seu significado” (AUSTIN, 1990, p. 43). Conforme o autor, podem não existir sinais nas circunstâncias dadas que permitam entender se um proferimento é ou não um performativo. Nas palavras de Austin (1990, p. 43): “De qualquer forma, em dada situação sempre é possível considerá-lo uma coisa ou outra. Mesmo que fosse uma fórmula performativa, o procedimento em questão pode não ter sido invocado de forma suficientemente explícita”.

2.1.4 As três dimensões do uso da linguagem

Para Ottoni (1998), a superação da distinção entre o performativo e o constativo promovida por Austin cria uma nova visão de linguagem. “Esta visão produz, como já foi dito, uma virada brutal na questão da referência; ou seja, *verdade e falsidade* são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário nesta nova abordagem da linguagem [...]” (OTTONI, 1998, p. 37, grifo do autor). Segundo o autor, é a partir deste momento que se pode falar em uma visão performativa, em que o sujeito não se desvincula do seu objeto de fala. As enunciações passam a ser vistas como atos de fala – que podem ser divididos em três dimensões: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário – e surge um novo conceito, que se opõe ou, ao menos, traz novas considerações ao conceito de significado: o de força ilocucionária.

Mas onde se localiza esta força, capaz de produzir ação por meio do uso da língua e de garantir que esta “fala-ação” (OTTONI, 1998, p. 36) seja compreendida por aqueles que interagem em uma situação de comunicação? Austin explica que o ato de dizer, enunciar, “proferir determinada sentença com determinado sentido e referência” (AUSTIN, 1990, p. 95) é um ato locucionário. Estas locuções são tomadas como unidades completas de discurso, que podem ser subdivididas em três tipos de atos, que acontecem de forma concomitante, durante uma enunciação: o ato fonético: que diz respeito à emissão de certos ruídos; o ato fático: que diz respeito ao proferimento de certos vocábulos ou palavras, em uma estrutura adequada à uma língua ou contexto de enunciação; e o ato rético: que diz respeito à realização do ato de utilizar tais vocábulos, com um certo sentido e referência mais ou menos definidos.

Austin defende que quando realizamos um ato locucionário, acabamos por realizar, também, um ato ilocucionário. Este é apresentado como a realização de um ato **ao** dizer algo, em oposição à realização de um ato **de** dizer algo. Como exemplos de ato ilocucionário temos o ato de perguntar ou responder a uma pergunta; dar alguma informação, garantia ou advertência; anunciar um veredicto ou uma intenção; pronunciar uma sentença; marcar um compromisso; fazer um apelo ou uma crítica ou então uma descrição. Todo ato ilocucionário possui uma “força convencional” (AUSTIN, 1990, p. 95), que Austin chamou de ilocucionária, responsável pela realização da ação por meio do uso da linguagem. Na interpretação que Ottoni (1998) faz do texto de Austin, é também a força ilocucionária que permite o reconhecimento de um performativo.

Os atos ilocucionários, que são convencionais, possibilitam a existência de enunciados *performativos* sem que seja possível identificar uma forma gramatical para eles; ou seja: são regras convencionais que dão condições para que tal enunciado em tal situação seja ou não performativo, realize ou não uma ação (OTTONI, 1998, p. 37, grifo do autor).

O terceiro ato que compõe o ato de fala é o perlocucionário, que diz respeito aos efeitos que são produzidos em razão do proferimento de um ato de fala. É um efeito diferenciado do efeito produzido pelo ato ilocucionário, sobre o qual falaremos mais adiante.

Com a doutrina das forças ilocucionárias, Austin busca entender a forma como se dão os usos de linguagem e as relações que existem entre as três dimensões que compõem este uso. “Quando realizamos um ato locucionário, utilizamos a fala. Mas de que maneira a estamos usando precisamente nesta ocasião?” (AUSTIN, 1990, p. 88). Uma das peças para o entendimento do que fazemos quando falamos, das forças envolvidas neste proferimento e dos efeitos que ele produz é o momento de enunciação.

[...] há alguns anos começamos a perceber cada vez mais com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto ‘explicadas’ pelo ‘contexto’ em que devem estar ou em que foram realmente faladas em uma troca linguística (AUSTIN, 1990, p. 89).

Para Ottoni (1998), o conceito de **ilocucionário** configura-se como um dos “estágios” da argumentação de Austin. “Há o *performativo* que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do *ilocucionário* e, finalmente, o ato de fala total, como algo a ser desvendado” (OTTONI, 1998, p. 10, grifo do autor). A evolução conceitual dá a estes fenômenos a condição de interdependência: é impossível explicar um sem recorrer ao outro, o que, segundo Ottoni, inviabiliza o desenvolvimento de uma teoria específica dos atos de fala.

Assim, fica descartada uma abordagem mais específica em torno do conceito do *ato de fala*, que o próprio Austin tratou com muita precaução, uma vez que no centro da sua argumentação, como tenho insistido, está o fenômeno da performatividade, auxiliado pela discussão do ilocucionário enquanto desdobramento desse fenômeno (OTTONI, 1998, p. 80, grifo do autor).

2.1.4.1 Atos ilocucionários e perlocucionários

Os atos perlocucionários se distinguem dos atos locucionários e dos atos ilocucionários por terem a capacidade – intencionada ou não – de produzir consequências sobre os pensamentos, sentimentos ou ações dos ouvintes, de quem está falando e de outras pessoas. “[...] os efeitos consequentes das perlocuções são realmente resultados, que não incluem os efeitos convencionais, tais como, por exemplo, o fato de a pessoa que fala ficar comprometida a cumprir a sua promessa” (AUSTIN, 1990, p. 90). De forma simplificada, podemos afirmar que os atos ilocucionários estão ligados à ação que efetivamente é realizada por meio de uma enunciação – fazer uma promessa, por exemplo, e ao entendimento desta ação por parte do interlocutor. Já os atos perlocucionários estão relacionados às consequências que estes atos têm sobre os nossos interlocutores – como fazer com que se sintam ameaçados, por exemplo. Mais exemplos que nos ajudam a entender a diferença entre estas duas instâncias podem ser encontrados no quadro abaixo.

QUADRO 2 - ATOS LOCUCIONÁRIOS, ILOCUCIONÁRIOS E PERLOCUCIONÁRIOS

Exemplo 1:

Ato locucionário: “Atire nela”

Ato ilocucionário: “ele me instigou a atirar nela”

Ato perlocucionário: “ele me persuadiu a atirar nela” (Ca); “ele me obrigou a atirar nela” (Cb)

Exemplo 2:

Ato locucionário: “Você não pode fazer isso”

Ato ilocucionário: “Ele protestou contra meu ato”

Ato perlocucionário: “ele me conteve”, “ele me refreou” (Ca); “ele me impediu”, “ele me fez ver a realidade” (Cb).

FONTE: Adaptado de AUSTIN (1990)

De acordo com Austin, no caso dos atos ilocucionários, o uso da linguagem é convencional, passível de ser expresso na “fórmula performativa” apresentada nas primeiras conferências (“Argumento que ...”; “Advirto que ...”). Já nos casos dos atos perlocucionários, esta construção não é possível – vide os verbos persuadir, incitar ou alarmar, utilizados nos exemplos do quadro acima.

Austin esclarece que o entendimento do ato perlocucionário como uma consequência do ato ilocucionário deve ser excluído, quando tratamos de buscar o sentido de um performativo.

Porque é óbvio que todos os atos perlocucionários, ou quase todos, podem ser realizados em circunstâncias suficientemente especiais, ao se emitir qualquer proferimento, com ou sem o propósito de produzir os efeitos que chamamos de perlocucionários, e em particular ao emitir qualquer proferimento constatativo direto (se é que existe tal coisa) (AUSTIN, 1990, p. 96).

Quando se trata das ações físicas, de acordo com o autor, esta separação de ato e consequência do ato pode se mostrar muito difícil, já que parece ser quase impossível distinguir o ato físico mínimo de suas diversas e subsequentes consequências. A natureza dos atos de dizer alguma coisa, dos atos de fala, no entanto, parece auxiliar este processo, já que “quaisquer que sejam as consequências naturais e imediatas de dizer algo, estas não são normalmente outros atos de dizer algo, quer seja por parte de quem falou primeiro, quer por parte dos outros” (AUSTIN, 1990, p. 98). Há o que Austin chama de uma “ruptura natural da cadeia” (AUSTIN, 1990, p. 98), que não ocorre no caso das ações físicas. É necessário lembrar que em nenhum momento o ato ilocucionário deve ser encarado como uma consequência do ato locucionário.

O que introduzimos pelo uso da nomenclatura de ilocução é uma referência, não às consequências da locução (pelo menos não no sentido ordinário de consequência), e sim uma referência às convenções de força ilocucionária relacionadas com as circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento é emitido (AUSTIN, 1990, p. 99).

O ato ilocucionário está relacionado à produção de efeitos, não de consequências. De fato, para que seja considerado feliz, é preciso que um ato ilocucionário produza efeitos. Austin, no entanto, alerta que isso não significa afirmar que “o ato ilocucionário consiste na realização de um determinado efeito” (AUSTIN, 1990, p. 100). O entendimento por parte da audiência do ato ilocucionário realizado – o verdadeiro efeito de um ato ilocucionário, segundo Austin – é necessário para que este ato seja levado a cabo. “Em geral, o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário deve assegurar a sua apreensão” (AUSTIN, 1990, p. 100).

Podemos afirmar, em resumo, que os atos ilocucionário estão **ligados a efeitos**. Os atos perlocucionário, por sua vez, **produzem efeitos**. Outra característica inerente aos atos ilocucionários é o fato de que eles são convencionais, mesmo quando não se utiliza a linguagem para a sua realização, ao contrário dos atos perlocucionários, que podem obter suas respostas

por meios não convencionais. “Estritamente falando, não pode haver um ato ilocucionário a menos que os meios utilizados sejam convencionais, e, portanto, os meios para alcançar os fins de um ato desse tipo em forma não verbal têm de ser convencionais” (AUSTIN, 1990, p. 101).

2.2 CLASSES DE FORÇA ILOCUCIONÁRIA

Nas duas últimas conferências ministradas em Harvard, Austin tenta elaborar uma classificação dos atos e forças ilocucionárias presentes nas enunciações. Ele mesmo admite que talvez esta classificação não seja suficiente para abarcar todos os atos que podem ser realizados quando falamos ou todas as forças ilocucionárias que possibilitam que as palavras realizem ações. Muitos leitores e intérpretes de Austin, como Derrida (1991), Ottoni (1998) e Rajagopalan (2010), alertaram para o caráter limitador que a tentativa de classificação de Austin pode ter. Apesar disso, optamos por apresentá-la neste capítulo em que tratamos da obra “Quando dizer é fazer – palavras e ação”, bem como as interpretações realizadas por outros pesquisadores sobre a tentativa de classificação.

Ottoni afirma que J. L. Austin, ao iniciar as suas discussões sobre o ilocucionário, produz uma mudança na sua argumentação e nas suas reflexões sobre a linguagem ordinária. “Esta mudança possibilita que Austin amplie seu universo de reflexão, tornando possível, por um lado, pensar uma visão performativa, mas, por outro, proporcionando uma série de questionamentos que colocam em xeque suas propostas” (OTTONI, 1998, p. 76). No entanto, a classificação de classes de força ilocucionária proposta por Austin na conferência de número 12 não deve ser encarada como uma divisão rigorosa.

Qualquer sistematização ou análise desta parte do seu livro deveria deixar de lado a taxonomia ou as classificações que começam a aparecer após a distinção desses atos, o que de certo modo é um procedimento que, relacionado ao pensamento austiniano, deve ser visto com certa cautela (OTTONI, 1998, p. 77).

Na décima segunda conferência da obra, Austin reafirma que a distinção entre performativos e constativos, a “noção das purezas do performativo”, não se mantém mais. Agora ele está interessado em identificar “aqueles verbos que, como dissemos agora, explicitam a força ilocucionária de um proferimento, ou mostram qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emití-lo” (AUSTIN, 1990, p. 122). De acordo com Austin, a crença na dicotomia performativo/constativo deve ser substituída pela ideia de “famílias mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente, que são, precisamente, os que agora tentaremos

classificar” (AUSTIN, 1990, p. 122). Para Ottoni (1998), esta passagem exemplifica a maneira intrincada pela qual se relacionam o ilocucionário, o performativo e o ato de fala, mas, ao introduzir o conceito de família, Austin levanta dúvidas. “A observação acima é bastante curiosa, pois o que Austin está dizendo é que o conceito do conjunto dos atos ilocucionários não é definível intencionalmente, porém pode ser captado em termos de noção de ‘família’” (RAJAGOPALAN, 1989 apud OTTONI, 1998, p. 78).

Ottoni recorre ao conceito de jogo de linguagem, desenvolvido por Wittgenstein, para mostrar a inadequação de uma tentativa de sistematização das forças ilocucionárias presentes em uma enunciação: “se o ilocucionário for encarado de modo que se possa aproximá-lo de um jogo, como concebe Wittgenstein, e não, de uma ‘fórmula lógica’, estaremos mais próximos, então, do que chamo de visão performativa da linguagem” (OTTONI, 1998, p. 78). E defende que, neste caso, o conceito de família é o mais adequado para referir-se a uma possível sistematização dos atos de fala.

A propriedade que nos permite empregar a palavra jogo e compreender o seu significado em situações de comunicação não é uma propriedade transitiva, ou seja, que percorre todos os elementos aos quais a aplicamos; é uma ‘propriedade de semelhança de família’, como aqueles traços fisionômicos que nos permitem identificar pessoas como pertencendo a uma mesma família: tais pessoas são semelhantes, sem serem idênticas (MORENO, 1985 apud OTTONI, 1998, p.78).

Ottoni passa pelos conceitos de “jogo de linguagem” e “família” para desaguar em uma conclusão em que mostra que, por mais que Austin tenha tentado desenvolver um sistema de classificação das forças ilocucionárias, não existe uma lógica formal dos enunciados performativos. Para isso, precisaríamos, primeiro, definir muito bem o que é um enunciado performativo. Usa palavras do próprio filósofo inglês para defender o seu posicionamento. “Neste caso, e neste caso somente, em posse de um inventário e de uma definição, podemos em caso de necessidade encarar a formalização de uma lógica dos enunciados performativos, ou ao menos em certos tipos, ou famílias de expressões desse gênero” (AUSTIN, 1990 apud OTTONI, 1998, p. 78).

2.2.1 Da distinção entre constativos e performativos para uma teoria dos atos de fala

Na conferência de número 11, Austin traz novamente a questão da distinção entre constativos e performativos, declarada extinta no final da conferência de número 7, quando Austin deixa para trás os esforços para a diferenciação entre as declarações e performativos e

assume que esta questão deve ser avaliada em termos da força ilocucionária e da felicidade e infelicidade que os atos de fala apresentam. A discussão retorna mais uma vez, agora com o objetivo de mostrar que até mesmo as declarações possuem uma força ilocucionária, e que podem ser acometidas pelas mesmas infelicidades que os performativos. “Cabe perguntar se seria correto dizer que quando declaramos algo: 1) estamos fazendo algo e ao mesmo tempo dizendo algo, sem nos restringir ao simples ato de falar; e 2) nosso proferimento pode ser feliz ou infeliz (assim como, se o quisermos, verdadeiro ou falso)?” (AUSTIN, 1990, p. 111).

Para Austin, assim como os performativos, as declarações possuem também uma força ilocucionária.

[...] até em seus mínimos detalhes, declarar algo é realizar um ato ilocucionário, como, por exemplo, avisar ou proclamar. É claro que não se trata de levar a cabo um ato de uma maneira física especial, exceto na medida em que pressupõe, [...] a realização de movimentos dos órgãos vocais. Mas o mesmo se pode dizer de avisar, protestar, prometer ou designar (AUSTIN, 1990, p. 112).

De acordo com Austin, as declarações se apresentam na forma de performativos na sua forma primária ou não explícita: dizer “ele o fez” (forma primária explícita) é a mesma coisa que afirmar “declaro que ele o fez” (performativo).

Outro ponto que Austin trata de esclarecer é sobre a impossibilidade das declarações serem avaliadas em termos de felicidade ou infelicidade, mas apenas na forma de verdade ou falsidade. “As declarações estão sujeitas a todo o tipo de infelicidade, assim como os performativos. [...] Assim, a declaração está exposta à forma de infelicidade que caracteriza os atos *insinceros*, e inclusive à forma de infelicidade que denominamos *ruptura*” (AUSTIN, 1990, p. 113). Austin conclui sua argumentação sobre as declarações serem também performativos, afirmando que o que deve ser examinado não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento em uma situação linguística.

Uma vez que percebemos que o que temos que examinar *não* é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento em uma situação linguística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato. Além do mais, se compararmos o declarar com o que dissemos a respeito do ato ilocucionário vemos que é um ato que, exatamente como ocorre com outros atos ilocucionários, exige de maneira essencial que ‘asseguremos a sua apreensão’. As dúvidas a respeito de se declarei algo, no caso de não se haver ouvido ou entendido o que foi dito, são as mesmas que podem surgir a respeito de se o que se disse *sotto voce* foi uma advertência ou se foi um protesto, caso alguém não o tenha tomado como um protesto, *etc.* E as declarações ‘têm efeito’ do mesmo modo que o tem o ato de batizar um navio. Se declarei algo, isso me compromete a outras declarações: outras declarações minhas posteriores estarão ou não de acordo com isso. Também, daí em diante, outras declarações ou observações feitas por outras pessoas estarão ou não em contradição com a minha, a refutarão ou não, *etc.* Se, contudo, uma declaração não pede uma resposta, isso não é essencial a todos os atos ilocucionários.

E, por certo, ao fazer uma declaração estamos ou podemos estar realizando atos perlocucionários de todos os tipos (AUSTIN, 1990, p. 115).

Austin também faz a reflexão contrária: podem os performativos serem avaliados em termos de verdade ou falsidade? Aparentemente, esta impossibilidade dá ao performativo uma característica de incompletude, como se a ele faltasse alguma coisa. “Podemos ter a impressão, aqui, que o ato constativo [...] pode ser julgado, estimado ou apreciado em uma dimensão que não se apresenta no caso dos proferimentos performativos ou não-constativos” (AUSTIN, 1990, p. 115). De acordo com Austin, esse questionamento leva a uma nova dimensão de crítica sobre as declarações realizadas pelos usuários da linguagem. Assim, devemos nos perguntar: a) se em muitos casos não cabe uma expressão igualmente objetiva de outras expressões livres de infelicidade, que parecem ser tipicamente performativas; e b) se nossas explicações das declarações não simplificam demasiadamente as coisas. Austin afirma que, em alguns casos, como os judicativos, pode-se perceber que possuem uma grande afinidade com a noção de verdade. Esta, no entanto, não é expressa em termos de verdade ou de falsidade, mas sim em termos de como os proferimentos se ajustam à realidade.

Não se trata só de saber se alguém efetivamente argumentou ou inferiu, mas também de saber se tinha direito a fazê-lo, e se o fez de forma satisfatória. Podemos prevenir ou aconselhar correta ou incorretamente, bem ou mal. Cabem considerações semelhantes com relação aos atos de elogiar, censurar, felicitar (AUSTIN, 1990, p. 116).

Não seriam estas ações, pergunta-se Austin, formas de checar a adequação destes atos à verdade dos fatos da realidade?

Austin também questiona a questão da verdade e da falsidade. Para ele, todas as declarações podem ser verdadeiras em alguns contextos e falsas em outros.

É essencial entender que ‘verdadeiro’ e ‘falso’, como ‘livre’ e ‘não-livre’, não designam de forma alguma algo simples. Tais palavras só representam uma dimensão geral de que, nas circunstâncias dadas, em relação a um certo tipo de ouvinte para certos fins e com certas intenções, o que foi dito era adequado ou correto, em oposição a algo incorreto” (AUSTIN, 1990, p. 119).

A verdade ou a falsidade de uma declaração não depende unicamente do significado das palavras, mas também do tipo de atos que, ao proferi-las, estamos realizando e das circunstâncias em que os realizamos.

Como conclusão a toda esta discussão, Austin afirma que nenhuma das abstrações de constativo – baseada apenas no aspecto locucionário dos atos de fala, com uma “noção

supersimplificada”²⁷ de correspondência com os fatos – e performativo – em que se dá a máxima atenção ao ato ilocucionário e se negligencia a correspondência com os fatos – é conveniente.

[...] talvez não tenhamos aqui realmente dois pólos²⁸, mas sim um desenvolvimento histórico. Em certos casos, talvez com fórmulas matemáticas em livros de física como exemplos de constataativos, ou com a emissão de simples ordens executivas, nos aproximemos da vida real de tais coisas (AUSTIN, 1990, p. 120).

O autor classifica todos estes exemplos como casos marginais extremos, que deram origem a dois proferimentos distintos, e aponta para a verdadeira conclusão sobre a discussão: superar a dicotomia criada em torno dos dois conceitos, concentrando-se agora na força presente em qualquer ato de fala.

Mas a conclusão real tem de ser, certamente, que necessitamos (a) distinguir entre atos locucionários e ilocucionários e (b) estabelecer especial e criticamente, com relação a cada tipo de ato ilocucionário – advertências, estimativas, vereditos, declarações e descrições – qual é a maneira específica em que se pretende realizá-los, para saber, primeiro, se estão ou não em ordem e, segundo, se estão ‘certos’ ou ‘errados’; que termos de aprovação e desaprovação são usados para cada um e o que significam. Este é um campo vasto e sua análise não nos levará, certamente, a uma simples distinção entre ‘falso’ e ‘verdadeiro’; nem levará à distinção das declarações em relação ao resto, pois fazer uma declaração é apenas um entre numerosíssimos atos de fala da classe denominada ilocucionária (AUSTIN, 1990, p. 120).

E, ao final de onze conferências, Austin faz, talvez, a mais importante afirmação sobre os atos de fala: o ato ilocucionário, bem como o locucionário, são apenas abstrações. “Todo ato linguístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez” – e esta afirmação viria a mudar completamente o rumo dos estudos de linguagem.

Como se apresenta a distinção entre performativos e constataativos na teoria recém exposta por Austin?

A doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total assim como a *teoria especial* está para a *teoria geral*. E a necessidade da teoria geral surge simplesmente porque a ‘declaração’ tradicional é uma abstração, um ideal, e assim o é também sua tradicional verdade ou falsidade (AUSTIN, 1990, p. 121).

²⁷ Supersimplificada porque ignora totalmente o aspecto ilocucionário desses atos.

²⁸ Com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra polo perde o acento agudo na sílaba tônica. Neste trabalho, deixamos, nas citações diretas, as palavras com a grafia vigente à época de publicação da obra em que foram encontradas, conforme recomenda a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O que, agora, temos são duas dimensões: a de felicidade e infelicidade, e a de verdade e falsidade, cada uma ligada a um ato constituinte do ato de fala total, conforme vemos no quadro abaixo:

QUADRO 3 - APÓS A QUEDA DA DISTINÇÃO ENTRE CONSTATATIVOS E PERFORMATIVOS

- | |
|---|
| (1) Dimensão de felicidade ou infelicidade
(1a) Uma força ilocucionária
(2) Dimensão de verdade/falsidade
(2b) Um significado locucionário |
|---|

FONTE: Adaptado de AUSTIN (1990)

Em uma nova concepção em que temos um “significado do ato locucionário” e uma força ilocucionária, Austin propõe algumas conclusões sobre a teoria dos atos de fala.

- (A) O ato de fala total na situação de fala total é o *único* fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar.
- (B) Declarar, descrever, *etc.* são apenas dois nomes, dentre muitos, que designam atos ilocucionários; não ocupam posição *sui generis*.
- (C) Em particular, não ocupam uma posição *sui generis* quanto a estarem relacionados aos fatos da forma *sui generis* chamada de verdadeira ou falsa, porque a verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à sua adequação aos fatos, eventos, situações, *etc.*, a que se referem.
- (D) Do mesmo modo, o familiar contraste entre ‘normativo ou valorativo’ e fático está precisando, como tantas outras dicotomias, ser eliminado.
- (E) Podemos bem suspeitar que a teoria do ‘significado’ como equivalente a ‘sentido e referência’ vai certamente necessitar de alguma depuração e reformulação em termos da distinção entre atos locucionários e ilocucionários (*caso esta distinção seja fundamentada*, aqui ela está apenas esboçada). Admito que não foi feito o suficiente aqui: aceitei o velho ‘sentido e referência’ sob a influência dos pontos de vista correntes; também quero destacar que omiti toda e qualquer consideração direta da força ilocucionária das declarações (AUSTIN, 1990, p. 121-122).

São estas conclusões que guiam o próximo passo da argumentação de Austin na tentativa de construir uma lista de verbos performativos explícitos. Com a evolução das reflexões, em especial a partir da conferência de número 7, o ímpeto de construir uma lista de verbos performativos dá lugar à elaboração de uma classificação das forças ilocucionárias presentes nos proferimentos.

Ela [a lista de verbos ilocucionários] se baseava, essencialmente, na crença na dicotomia performativos/constativos, que, como já vimos, tem que ser substituída pela idéia de que há famílias mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente, que são, precisamente, os que agora tentaremos classificar (AUSTIN, 1990, p. 122).

Austin reconhece que a tarefa não é simples e que é grande a possibilidade que a listagem não resulte em ser completa – é preciso frisar que nem mesmo o autor se propõe a isso. “Não estou, de modo algum, propondo nada definitivo” (AUSTIN, 1990, p. 123), afirmou.

2.2.2 Uma tentativa de sistematização das classes de força ilocucionária

[...] animados por um espírito liberal, obteremos uma lista de verbos na ordem de 10 à terceira potência. Disse que tentaria alguma classificação geral preliminar e que faria algumas observações a respeito das classes propostas. Bem, então começemos. Só levarei os leitores para uma voltinha, ou melhor, para alguns tropeções (AUSTIN, 1990, p. 122-123).

Austin elenca cinco classes gerais de verbos performativos.

Distingo cinco classes gerais de verbos, mas não estou totalmente satisfeito com elas. Entretanto, abrem a nossos olhos um campo mais rico do que se nos movêssemos unicamente com dois fetiches: 1) verdadeiro/falso; 2) fato/valor. Classifiquei essas classes de proferimentos em função de sua força ilocucionária”²⁹ (AUSTIN, 1990, p. 123).

A elas Austin dá os seguintes nomes e características, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 4 - CLASSES GERAIS DE VERBOS

VERIDITIVOS

“[...] caracterizam-se por dar um veredicto, como o nome sugere, por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador (terceiro árbitro). Mas não é necessário que sejam definitivos. Podem constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação. Constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro”.

EXERCITIVOS

“[...] consistem no exercício de poderes, direitos ou influências”.

COMISSIVOS

“[...] caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo; *comprometem* a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anúncios de intenção, que não constituem promessas, e incluem também coisas um tanto vagas que podemos chamar de adesões, como, por exemplo, tomar partido. Têm conexões óbvias com os veriditivos e os exercitivos”.

COMPORTAMENTAIS

“[...] constituem um grupo muito heterogêneo, e têm a ver com atitudes e *comportamento social*. Exemplos são: pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar os pêsames, maldizer e desafiar”.

EXPOSITIVOS

²⁹ Neste ponto do texto, Danilo Marcondes de Souza Filho, tradutor do livro “*How to do things with words*” no Brasil, complementa que a tentativa de classificação das forças ilocucionárias tinha sido – até a época de tradução do livro – a principal dificuldade daqueles que tentaram desenvolver a teoria dos atos de fala.

“[...] esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como estamos usando as palavras, ou seja, são, em geral, expositivos”.

FONTE: Adaptado de AUSTIN (1990)

Austin admite que esta classificação não está nem perto de estar concluída ou de esgotar todas as possibilidades de classes de verbos relacionados às diferentes forças ilocucionárias que podem existir. “Devemos levar em conta, desde o início, que ainda há amplas possibilidades de que se apresentem casos marginais ou embaraçosos, ou casos de sobreposições entre essas classes” (AUSTIN, 1990, p. 124).

De forma resumida, pode-se afirmar que os verbos veriditivos são utilizados quando se pretende realizar um julgamento; os exercitivos para marcar a afirmação de influência ou exercício de poder; os comissivos correspondem a assumir uma obrigação ou declarar uma intenção; os comportamentais referem-se à adoção de uma atitude, e os expositivos estão relacionados ao esclarecimento de razões, argumentos e comunicações. É ingênuo, no entanto, pensar que o simples uso desses verbos em uma enunciação efetivamente realiza as ações a eles correspondentes, conforme descreve o quadro acima, ou que eles carregam, como uma característica inerente, uma força ilocucionária latente, que sempre vai se manifestar de uma mesma forma a cada nova enunciação. Durante toda a conferência de número 12, Austin nos mostra que estes verbos se relacionam e podem até mesmo assumir características de outras classes, conforme o contexto da enunciação:

Os expositivos se usam nos atos de exposição que consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referências. Já dissemos repetidas vezes que estamos abertos à discussão quanto a estes atos serem tanto veriditivos, exercitivos, comportamentais, quanto comissivos, também. Podemos discutir também se não são descrições simples e diretas de nossos sentimentos, práticas, *etc.*, especialmente em relação a situações em que se trata de ajustar a palavra à ação, como ao dizer ‘passo agora a ocupar-me de ...’, ‘cito ...’, ‘recapitulo ...’, ‘repito que’ e ‘menciono que ...’ (AUSTIN, 1990, p. 130).

Outro exemplo de ocasiões em que uma classe parece assumir o lugar de outra é aquele em que os verbos comportamentais parecem estabelecer relações com os comissivos.

Há conexões óbvias com os comissivos, pois elogiar ou apoiar é tanto reagir diante da conduta alheia quanto comprometer-se com uma linha de conduta. Há também uma conexão estreita com os exercitivos, porque aprovar pode ser um exercício de autoridade ou uma reação diante da conduta de alguém (AUSTIN, 1990, p. 130).

Assim, é possível afirmar que a identificação da força ilocucionária de um ato de fala vai depender muito mais do contexto de enunciação de um proferimento do que o verbo

utilizado para realizar este proferimento ou as características sintáticas que a sentença carrega. No capítulo quatro deste trabalho, em que tratamos das opções metodológicas para a nossa análise, explicamos como as classes de força ilocucionária descritas por Austin serão utilizadas em nossa pesquisa, relacionando-as ao fazer jornalístico.

2.3 A PRAGMÁTICA SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DOS USOS LINGÜÍSTICOS

O que é a pragmática? Por que precisamos dela? Mey (1993) tenta dar uma resposta a essas perguntas, mas, antes, realiza um alerta, por meio de uma analogia. Assim como é difícil explicar, apenas com o uso de palavras, a alguém que não conhece uma determinada modalidade esportiva as suas regras e objetivos, também é difícil descrever o que é esta ciência e como ela procede para alguém que não a conhece.

[...] você deve tentar descobrir como o jogo é jogado, o que os pragmaticistas fazem para ganhar a vida e como eles são diferentes das pessoas ligadas a outros ramos do estudo da linguagem, como a sintaxe ou a semântica. Assim, a pergunta é: o que poderia ser chamado de um típico olhar pragmático quando se trata da linguagem? (MEY, 1993, p. 3-4, tradução nossa).

A pragmática é a ciência que observa “como a linguagem é usada pelas pessoas reais, para seus próprios fins e dentro de suas limitações” (MEY, 1993, p. 5, tradução nossa). Ao contrário de outras vertentes dos estudos linguísticos, em que a validade de um proferimento é avaliada conforme os aspectos formais de uma língua ou os sentidos que uma frase adquire e sua correlação com a realidade, a pragmática avalia as formas de uso da linguagem, admitindo sempre que o usuário é consciente das escolhas linguísticas que faz. Conforme Mey (1993, p. 7, tradução nossa), “a pragmática é necessária se queremos uma consideração mais ampla, profunda e geralmente mais razoável do comportamento da linguagem humana. Muitas vezes, na verdade, a perspectiva pragmática é a única possível”.

Por muito tempo, a pragmática foi uma espécie de lata de lixo da linguística, para onde iam os casos que nem a sintaxe³⁰ nem a semântica³¹ poderiam dar conta.

³⁰ A sintática ou sintaxe busca compreender a relação entre os termos dentro de uma frase. “A abordagem sintática estuda a relação dos signos entre si, das palavras na frase ou das frases nas sequências de frases; tenta-se formar regras de boa formação para as expressões [...] respeitar essas regras é condição para que os fragmentos assim gerados sejam providos de sentido [...] aptos a ser adotados de um valor de verdade” (ARMENGAUD, 2006, p. 12).

³¹ Já, a semântica refere-se à relação dos termos com o sentido a ele atribuído. “A abordagem semântica trata da relação dos signos, palavras e frases com as coisas e o estado das coisas; é o estudo conjunto do sentido, da referência e da verdade” (ARMENGAUD, 2006, p. 12).

A divisão tripartida da teoria dos signos em sintaxe, semântica e pragmática tem levado muitos estudiosos incautos a concluir que a sintaxe é crucial, ou, se quiserem, o verdadeiro núcleo duro da linguística, com uma progressiva diminuição do rigor e da coerência interna na passagem da sintaxe para a semântica e a pragmática (RAJAGOPALAN, 2010, p. 38).

O olhar pejorativo, no entanto, não era novo: já havia sido utilizado pelo linguista e filósofo israelense Yehoshua Bar-Hilel, que nos anos 50 classificou a própria semântica como a lata de lixo da sintaxe³².

A partir dos anos 50, com as mudanças nas perspectivas que orientavam as ciências de uma forma geral, os linguistas passaram a se interessar pelo que tinha sido relegado à lata de lixo. Considerações sobre o que permite que as enunciações façam sentido, nas mais diferentes e inusitadas situações, levaram os pragmaticistas a acreditarem que havia muito mais acontecendo na forma como as pessoas usavam a linguagem do que conceberam os semânticos ou filósofos inspirados pela lógica positivista. “Por que as pessoas dizem certas coisas em uma determinada situação? O que as pessoas estão tentando fazer com a linguagem? Como as pessoas cooperam em uma conversação?”. Eram questões como estas que continuavam sem respostas e incomodavam aqueles que olhavam a língua nas suas situações reais de uso.

Cada vez mais, tornou-se evidente para estes linguistas que não podemos realmente dizer nada sobre os efeitos que a linguagem tem sem entrar nos detalhes do que diz respeito ao que motiva as pessoas a usarem a linguagem, e, quando eles consideram seu uso da linguagem como bem sucedido, quando não (MEY, 1993, p. 14, tradução nossa).

A mais antiga definição da disciplina intitulada pragmática pode ser encontrada nos escritos do filósofo e semioticista norte-americano Charles Willian Morris (1938): a pragmática é a parte da semiótica que trata da relação entre os signos e os usuários dos signos. A definição é vasta e localiza a pragmática em uma das suas supostas áreas de origem, a semiótica, evidenciando, também, o aspecto central que sempre embasou todos os estudos da área, a saber, a ênfase em observar a linguagem a partir do uso – o que imediatamente remete à figura do falante, o usuário. De acordo com Armengaud (2006), a pragmática se aproxima dos estudos em semiótica e é a disciplina responsável por tratar das relações entre o enunciado e a

³² Nos anos 50, os estudos na área da linguística foram profundamente marcados pela lógica-matemática, sendo que a disciplina estabeleceu-se como uma verdadeira “álgebra da linguagem” (MEY, 1993, p. 12). Estudos que se preocupassem com as questões relacionadas ao uso da língua – como os efeitos sobre os falantes ou sobre o mundo – eram vistos com desconfiança por aqueles que tentavam aplicar à linguagem modelos matemáticos.

enunciação, entre as frases e seus contextos. A pesquisadora afirma que foram seis os paradigmas ou linhas de pensamento acerca da linguagem que influenciaram o campo da pragmática formal e o delinearam como o encontramos hoje: a semiótica de Charles Sanders Peirce; a semântica de Gottlob Frege; o paradigma da comunicabilidade de Ludwig Wittgenstein; a semiótica tripartite de Charles Willian Morris; e os programas desenvolvidos por Rudolf Carnap e Yehoshua Bar-Hilel, Robert Stalnaker (1972) e Bengt Hansson (1974).

Rajagopalan (1996) afirma, no entanto, que é um engano considerar que a pragmática tem a sua origem nos estudos da semiótica. Para o pesquisador, a “questão pragmática” surgiu na linguística, em razão do intenso intercâmbio entre esta área e a Filosofia Analítica na primeira metade do século XX. Nos anos 30, a Universidade de Oxford foi o palco de nascimento do movimento “Filosofia da Linguagem Ordinária”, que fazia oposição à lógica positivista e tinha na figura de Austin seu maior expoente. O pensamento do filósofo inglês, parte dele exposto anteriormente neste mesmo capítulo, teve especial participação na formulação do que hoje se conhece como vertente social da pragmática, fazendo com que ela se destacasse da sua área de origem e constituísse uma área autônoma, voltada a observar os usos linguísticos como ação dentro do contexto social em que se dão.

2.3.1 A vertente social da pragmática

Para falar de uma pragmática social, ou sociopragmática³³, que não separa a língua e os usos linguísticos do contexto social em que se dão estes usos, é preciso voltar aos primórdios da constituição da própria linguística, no século XIX, e da profunda influência que o positivismo lógico teve sobre esta ciência. Nos estudos linguísticos que se deram neste período, toda ênfase estava no indivíduo – o falante individual, e na forma como ele adquiria a linguagem. “Houve uma forte tendência entre os linguistas a reificar a linguagem e vê-la como um fenômeno puramente mental, e, como tal, atributo de um único indivíduo já existente, por assim dizer, em um estado idílico pré-social ou anterior à queda de Adão” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 32). À sociedade era reservado um caráter secundário, sendo ela o “pano de fundo contra o qual o indivíduo é escolhido para ser focalizado” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 34).

³³ Termo utilizado por Jacob L. Mey (2001) para designar a “pragmática voltada para o estudo da língua em contextos reais cotidianos, [...] da língua incrustada na totalidade da vida social e política” (MEY, 2001, p. 7). Neste trabalho, optamos por nomear esta vertente da pragmática como pragmática social, assim como Rajagopalan (2014; 2010) o faz, lembrando que ambos os autores possuem uma mesma acepção para ambos os termos.

Rajagopalan (2010) elenca alguns motivos que levaram o indivíduo isolado a se tornar, por muito tempo, o objeto central nos estudos de linguística. Além do positivismo, podem ser apontados como fatores influenciadores o individualismo, que acompanhou o novo sentido de realismo que varreu a Europa nos séculos XVIII e XIX, tornando-se o “etos cultural e sociopolítico do período” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 35); a influência do pensamento cartesiano; o espírito de expansionismo colonial e também o espírito do colonialismo. Foi neste contexto que se desenvolveram os estudos linguísticos e que se consolidou a ideia de que “a própria linguagem é apenas uma manifestação visível da mente racional [...] pertencente ao falante-ouvinte individual e apenas secundariamente à sociedade” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 37). Este pensamento ainda está muito presente em muitos estudos linguísticos, inclusive na pragmática, nos trabalhos que se alinham à vertente cognitivista³⁴.

Rajagopalan (2010) explica que nos últimos anos há um movimento, por parte dos pragmaticistas, de repensar a própria contribuição da pragmática para o entendimento da linguagem. “Deste modo, McHoul (1997) faz uma convocação empolgante para uma ‘pragmatologia’ com base na sincera admissão de Jacques Derrida de que a ‘[g]ramatologia’ sempre foi uma espécie de pragmática” (DERRIDA, 1988 apud RAJAGOPALAN, 2010, p. 39) e conclama os colegas pragmaticistas a “desconstruírem toda a pragmática existente até hoje” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 39).

Um dos estudiosos destacados por Rajagopalan é o holandês Jacob L. Mey, apresentado como uma peça importante do movimento que busca politizar a pesquisa em pragmática – é a “virada crítica da pragmática contemporânea” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 39). “Uma das principais teses é a de que nosso uso da linguagem cimenta os interesses dominantes de nossa sociedade, ajudando a oprimir um grande segmento da população” (MEY, 1985 apud RAJAGOPALAN, 2010, p. 40). Mey defende que a pragmática seja uma “perspectiva sobre a linguística”, que abraça objetivos transformadores e emancipatórios. Desta forma, a pragmática encontra-se envolvida na política da linguagem e na política linguística.

O que realmente constitui a recente reviravolta na pesquisa pragmática – implícita na transição de um componente da linguística para uma perspectiva de/sobre linguística – é um desejo da parte dos principais pesquisadores de delinear uma matriz disciplinar

³⁴ A corrente cognitivista trata de “tendência revisionista ou reducionista” (HABERLAND; MEY, 2002) de certos profissionais em rever ou refazer as teorias de Grice e de Austin. Assim como os primeiros estudos na área da Linguística, apartam o sujeito da sociedade, observando os usos linguísticos sem levar em conta a relação que estes tem com o meio social em que acontecem. Rajagopalan (2010) afirma que o cognitivismo e o societalismo não são apenas duas alternativas teóricas ou uma questão de buscar adequação para os níveis descritivos ou explicativos. “A escolha entre as duas é política. Cognitivismo e societalismo em pragmática têm como contrapartes na filosofia política o individualismo e o coletivismo – o que implica opiniões conflitantes sobre a natureza do ser humano, sobre a sociedade e a relação entre os dois” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 43).

em que eles não tenham mais de esperar para trabalhar os problemas não resolvidos no chamado ‘núcleo duro’ da linguística (isto é, em uma linguística na qual a questão social entra, na melhor das hipóteses, em segundo plano), mas sim repensar o papel mesmo da sociedade ao moldar e manter a linguagem (RAJAGOPALAN, 2010, p. 40-41).

A pesquisa pragmática promove uma inversão no ponto de vista pelo qual observamos a linguagem: antes, era de dentro (do indivíduo) para fora. Agora, é de fora para dentro. Uma das consequências é a redescoberta e valorização do contexto em que se dão os usos linguísticos.

3 O CONTEXTO E AS CONVENÇÕES QUE ENVOLVEM A CONSTRUÇÃO DO (REL)ATO JORNALÍSTICO

No capítulo anterior, apresentamos o entendimento de que o contexto em que se dá uma interação comunicativa possui primordial importância para o entendimento da força ilocucionária que os atos de fala carregam e das ações que realizam. As convenções também tiveram o seu lugar de destaque, em especial quando tratamos do caráter performativo da linguagem. Neste capítulo, buscamos apresentar ao leitor os aspectos que consideramos mais relevantes no que concerne ao contexto de produção das notícias e reportagens e as convenções que envolvem a sua construção e leitura, que acabam por influenciar o formato final como o relato jornalístico é apresentado ao público.

3.1 SABERES, FAZERES, VALORES E LINGUAGEM

O modelo de jornalismo que conhecemos e realizamos hoje delineou-se no decorrer do século XIX. O que antes era uma atividade destinada à veiculação de propaganda e opinião, praticada por “colaboradores” vindos de diferentes áreas do conhecimento, constitui-se como um campo autônomo, identificando e desenvolvendo práticas específicas e profissionalizando-se. A partir deste momento, os jornalistas dedicavam-se integralmente ao seu trabalho e reivindicavam como suas certas atribuições, como o manejo da informação. A “descoberta” e conceituação da notícia, “um recurso social [...] que foi definido simultaneamente como um negócio e um serviço público” (TRAQUINA, 2005, p. 33), foram frutos de todas estas mudanças. Os jornalistas, como categoria profissional, passaram a reivindicar o domínio sobre o relato jornalístico como um saber próprio, específico dos seus afazeres: “[...] professam saber o que é notícia e como escrevê-la” (TRAQUINA, 2005, p. 35).

Aceitar os valores da comunidade jornalística implica incorporar e colocar em prática o conjunto de saberes profissionais que ela partilha. De acordo com o pesquisador português Nelson Traquina (2005), são três os tipos de saberes necessários à prática da profissão: o saber de reconhecimento, de procedimento e de narração. Estes saberes são apreendidos na prática profissional, de forma sutil, na convivência, nas conversações e na atuação em equipe que caracteriza o fazer jornalístico. Todos desempenham papel-chave no processo de transformação dos acontecimentos em notícias e são definidores do formato final que os relatos jornalísticos adquirem.

O saber de reconhecimento é a capacidade de identificar os fatos que podem vir a ser transformados em relato jornalístico, ou seja, é a capacidade de discernir quais deles apresentam as características desejáveis para estarem presentes na cobertura jornalística do cotidiano ou de uma temática específica. “O interesse pode ser considerado [...] o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses” (CHAPARRO, 2007, p. 147). A este atributo está atrelado outro, o de relevância, que é capaz de fazer o primeiro alcançar maior ou menor intensidade. “[...] quanto mais numerosos e mais intensos forem os atributos de relevância em dado conteúdo, maior será o nível do interesse deste conteúdo para o leitor” (CHAPARRO, 2007, p. 148). O autor elenca nove atributos de relevância, capazes de aumentar o interesse que pode despertar nos jornalistas e leitores uma notícia ou reportagem: atualidade; proximidade; notoriedade; conflito; conhecimento; consequências; curiosidade; dramaticidade; surpresa.

Oliveira (2012) observa que no processo de transformação de um fato em notícia sobressaem-se os aspectos de relevância, relacionados ao caráter performático dos acontecimentos no mundo. A determinação do que é ou não relevante vai depender do enquadramento que se dá a este fato.

Como as novidades que interessam ao jornal não estão prontas no mundo à espera de um observador arguto que os reproduza de uma forma ‘natural’, é preciso ressaltar que a percepção não é algo que acontece de forma passiva, mas uma atividade. E a língua não é um espelho que reproduz fielmente o universo de acordo com os desejos de um protagonista (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

A definição do que é relevante ou não para o público leitor vai depender da avaliação realizada pelo jornalista, uma escolha com caráter político, “uma intervenção que se faz em torno de um acontecimento e que julgamos válido destacar em virtude dos valores que o fato agrega para esta ou aquela comunidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

O saber de procedimento diz respeito aos passos que se deve dar, depois de descoberto o fato, a fim de levantar novos dados para construção das notícias e reportagens. No conjunto de técnicas jornalísticas consagradas pela academia misturadas às lições aprendidas no cotidiano da profissão, também se incluem todas as orientações dadas pelo próprio veículo de comunicação para a apuração de informações e a busca das fontes de informação³⁵ preferenciais

³⁵ As fontes são a origem da informação, instância sem a qual não existe o trabalho do jornalista. “As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para as posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados” (PINTO, 1999, p. 2). Tradicionalmente, reconhecem-se três tipos de fontes de informação, que vão ocupar lugares distintos e realizar atos de fala com forças ilocucionárias diferenciadas dentro das notícias e reportagens: as fontes oficiais, as fontes oficiosas e as fontes independentes.

ou mais indicadas para cada caso. Em alguns casos, em especial nos chamados veículos de comunicação de referência, como os grandes jornais do país, há um documento escrito que reúne as orientações para a construção do relato jornalístico. Não fazem apenas referência às questões do uso correto da língua, como orientações em relação ao cuidado com a gramática ou para a composição dos textos. Trazem, também, orientações quanto à conduta profissional do repórter, além dos valores que guiam a organização à qual pertence o veículo e os valores e ideais que ele visa defender junto à sociedade. São os manuais de redação que, comumente, extrapolam o ambiente jornalístico³⁶, tornando-se um sucesso de vendas e sendo utilizados como referência em muitos cursos de Jornalismo do país.

É verdade que, enquanto discurso, cada manual de redação forma um conjunto lógico de enunciados normativos, estabelecendo ‘verdades’ constitutivas de um saber (fazer jornal) oficial e inquestionável, emitido pela organização para um universo fechado, especializado e dependente (CHAPARRO, 2007, p. 124).

No entanto, apesar da intenção do veículo em estabelecer as regras para um padrão de conduta profissional e estilístico, o que se percebe é que elas acabam por não sobressair frente aos “interesses particulares dos diversos intervenientes” (CHAPARRO, 2007, p. 124) que atuam diretamente ou influenciam no processo de construção das notícias

Na realidade, existem dois discursos: o discurso da fisionomia institucional, configurado nos manuais e na metalinguagem de cada veículo; e o discurso-produto que resulta da prática, desenvolvida no contexto complexo das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, de múltiplos intervenientes e conflitantes interesses, e do qual o próprio jornalista faz parte – tanto o repórter, que investiga a escreve a notícia, quanto o editor que, direta ou indiretamente, pauta, reescreve e decide o *quê*,

As fontes oficiais são os indivíduos autorizados a responder pelos centros de poder e suas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Comumente, são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, pois são consideradas fontes fidedignas de informação. A busca pelas fontes oficiais é guiada pelos conceitos de representatividade e de credibilidade, já que são “(...) detentoras de um lugar social construído e legitimado historicamente. Os indivíduos que falam em um jornal são autorizados pela sociedade, e têm a função de proferir um discurso sobre o mundo” (AMARAL, 2002, p. 33). As fontes oficiosas são definidas como aquelas que “reconhecidamente ligadas a uma entidade ou a um indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido” (LAGE, 2002, p. 63). São as fontes que prestam informações de bastidores, que em uma reportagem poderão ser dadas em *off*, sem se identificar a origem da informação. Por fim, as fontes independentes são as fontes jornalísticas que não representam e não estão ligadas a nenhuma instância de poder. Apesar de presença corriqueira nos meios de comunicação, as fontes independentes não são prioritárias no jornalismo. Sua fala não está revestida de autoridade e geralmente são chamadas para complementar a fala da fonte oficial. As fontes independentes somente vão constituir uma fonte informativa de relevância para os jornalistas quando “são protagonistas de feitos que causam comoção e que podem dar origem a acontecimentos futuros (...) sua adequação ao valor como fonte é medido em relação ao tipo de agenda problemática a que remetem” (MARTINI, 2000, p. 61, tradução nossa).

³⁶ Como o Manual de Redação do jornal Folha de S. Paulo, que se encontra em sua 19ª edição, lançada no ano de 2013.

o porquê e o como do que vai ser publicado. E, pelo que vimos, os manuais pouco servem para acrescentar qualidade aos conteúdos (CHAPARRO, 2007, p. 125).

O lapso entre o discurso da organização sobre as instâncias técnicas, éticas e políticas do fazer jornalístico e o discurso que efetivamente é produzido pela equipe de um veículo de comunicação aparenta ter raízes mais profundas, descritas por Chaparro como uma “grave crise moral”, que acaba por se refletir nas ações jornalísticas. De acordo com o autor, os manuais de redação brasileiros passam ao largo de questões éticas, revestindo-se de um caráter meramente utilitário. “[...] além de inoperantes como remédio, contribuem para esse desequilíbrio, ao tratarem a ética como simples adereço, coisa secundária” (CHAPARRO, 2007, p. 125).

O saber de narração tem a ver com a capacidade de organizar as informações obtidas e juntá-las em unidades informacionais – os diferentes gêneros jornalísticos – e implica o conhecimento de um “inventário de discurso” (TRAQUINA, 2005, p. 43) comum aos profissionais que atuam na área. A utilização de palavras do registro formal, com preferência por aquelas que se aproximem do registro coloquial da linguagem, ao qual o leitor está habituado; a não utilização de expressões que possam ser entendidas como manifestações de preconceito; a busca da concisão, da simplicidade e da clareza; a criação de neologismos e atualizações, com a finalidade de tornar mais simples a descrição e identificação de um assunto; a não utilização de palavras que tenham por finalidade melhorar a imagem do indivíduo retratado (indicar que alguém vive a “melhor idade” ao invés de classificá-lo como idoso, por exemplo) ou de palavras estrangeiras, de gíria local e jargão profissional; a não utilização de adjetivos; a não utilização de citações e advérbios que expressam juízos de valor, especialmente os advérbios de modo (possivelmente, provavelmente, supostamente etc.), que expressam situações pertencentes ao mundo das probabilidades; o uso da terceira pessoa, bem como preferencialmente dos tempos verbais passado perfeito, futuro e o presente pelo futuro, são algumas das características próprias do texto jornalístico (LAGE, 2005, p. 129-134).

O uso de algumas figuras de estilo também são admitidas, sendo as mais comuns o eufemismo, as metáforas (em especial nos textos de editoriais de ciência e tecnologia, a fim de explicar ao leitor assuntos provenientes de áreas muito específicas, como a física e a informática) e metonímias ou sinédoques (quando elege-se uma situação ou personagem que ilustra um tema de abrangência maior, como acompanhar o drama de uma família atingida pela seca para retratar o fenômeno que atinge a população de toda uma região) (LAGE, 2005, p. 129-134). Estas características refletem as escolhas linguísticas que são feitas pelo repórter na ocasião da construção do relato jornalístico, buscando-se como resultado um texto informativo com características que, acredita-se, podem aumentar as chances de entendimento pelo leitor.

Para Traquina (2005), os jornalistas foram capazes de criar uma forte identidade profissional, parte de uma cultura profissional que envolve um vasto repertório de crenças e valores sobre a sua atuação. É dentro desta cultura profissional que nascem todas as valorações sobre o campo de atuação do jornalista e o produto final do seu trabalho. É onde, também, reverberam as crenças e valores que circulam pela sociedade e transbordam para os relatos jornalísticos que são publicizados diariamente pelos meios de comunicação aos leitores, espectadores ou ouvintes. A somatória destas significações marca tanto o processo de produção quanto o resultado deles, a notícia como a conhecemos.

3.2 O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS

O formato final que assumem as notícias e reportagens vai depender também das características do contexto de produção destes textos – que vão desde questões estruturais, como as limitações impostas ao repórter pelo ambiente empresarial ou social em que está inserido (sejam elas de ordem econômica, política, ética, moral etc.), até mesmo questões da própria organização da rotina de trabalho, como as limitações impostas pelo tempo e pelo espaço destinado à veiculação de uma notícia ou reportagem – e também das convenções que regem tanto o trabalho do jornalista quanto a redação dos diferentes gêneros jornalísticos. Além disso, é importante lembrar que os relatos que compõem o produto do trabalho jornalístico são sempre um recorte de um aspecto da realidade, nunca a totalidade de um assunto ou tema. E a escolha sobre o que será abordado neste recorte dependerá do sistema de crenças e valores que perpassa o jornalista como indivíduo e como profissional. Desta forma, revela – e também esconde – marcas que podem levar a diferentes construções de sentido por parte dos leitores³⁷.

O processo³⁸ de produção das notícias e reportagens tende a seguir uma rotina comum nas redações mundo afora, com adaptações à natureza do meio – impresso, rádio, televisão ou

³⁷ Consideramos que a produção de significados por parte do leitor sobre os atos de fala jornalísticos acontecerá no momento da interação, aqui entendido no momento da leitura de um texto jornalístico no meio impresso. O resultado deste processo vai depender do nível de compreensão, por parte deste leitor, do contexto de produção desta notícia ou reportagem e também dos seus próprios contextos: o nível de conhecimento sobre o assunto retratado, as visões de mundo, enfim, todo o tipo de conhecimento que a experiência permitiu que acumulasse. Assim como entendemos que o texto jornalístico apresenta um viés – uma interpretação, uma visão de mundo sobre uma parte, um recorte de um acontecimento – sobre a realidade, também entendemos que este viés não é capaz de transmitir, por si só, toda a sua totalidade de sentidos e intencionalidades – o que o repórter ou o veículo de comunicação quis dizer – cabendo ao leitor, e unicamente a ele, este entendimento.

³⁸ Aqui entendido como as etapas que devem ser concluídas a partir da seleção do acontecimento para que o produto final – o relato jornalístico – esteja pronto para ser publicado, a saber: a apuração das informações; a redação de um texto a partir destas informações; a edição deste texto e demais conteúdos (imagens em

internet – e a abrangência – local, regional, nacional ou internacional – do veículo em questão. “Cada meio e cada seção têm uma maneira de ordenar o trabalho e um acordo sobre o que o jornalista deve fazer e se espera que faça com os critérios que indicam o que é publicável” (MARTINI, 2000, p. 64, tradução nossa). Geralmente, o trabalho jornalístico é organizado de forma a cumprir os fechamentos dos veículos de comunicação. A pressão imposta pelo tempo faz com que algumas práticas sejam adotadas para facilitar o acesso do jornalista à informação e marca de forma determinante o contexto de produção das notícias e como elas se apresentam aos leitores, ouvintes ou telespectadores – os interlocutores do jornalista.

Seabra (2010) afirma que é mais fácil definir uma redação de jornal pelo que ela não é do que pelo que se imagina que ela seja. “Em primeiro lugar, uma redação não é o local onde acontecem as notícias, mesmo que alguns jornalistas às vezes pensem (e ajam) na contramão desse axioma” (SEABRA, 2010, p. 79). As notícias acontecem fora deste ambiente: nas instituições públicas, privadas e do terceiro setor, nos centros de poder, em eventos culturais e esportivos, no cotidiano das ruas das cidades. Na redação, defende o autor, não deve acontecer nada mais que “o trabalho braçal e intelectual [...] de organizar as informações de forma que o produto jornalístico seja o construto de dada realidade” (SEABRA, 2010, p. 79). Também não é apenas na redação de um veículo de comunicação que se decide o formato final de uma notícia ou reportagem. Entre a ocorrência de um fato e sua divulgação pela imprensa, vão existir diversas instâncias intermediárias – a sociedade, as organizações de diversas naturezas citadas anteriormente, órgãos representativos, igrejas etc. – e pressões de diferentes naturezas – como a linha editorial de um veículo ou seus anunciantes – que influenciam na decisão final do que deve ser considerado uma notícia, ou então o viés pelo qual o fato em questão será apresentado. O terceiro ponto destacado é que a redação também não é – ou não deveria ser – um “ambiente opaco ao interesse público” (SEABRA, 2010, p. 80), já que é o local onde se organizam as informações sobre o mundo.

[...] não basta ler, ouvir ou ver o resultado da prática jornalística, é preciso entender de que forma ocorre esse processo, se quisermos continuar falando em conceitos como ‘democratização da informação’ [...]. Qualquer ‘consumidor’ de notícias deveria ver o que acontece em uma redação, tal qual o cliente de um restaurante que se certifica da qualidade de sua comida quando visita a cozinha do estabelecimento (SEABRA, 2010, p. 80).

O trabalho do jornalista será, essencialmente, lidar com os fatos instáveis produzidos pelo mundo exterior, suas pessoas e instituições.

Nenhum acontecimento é igual ao outro, o que faz com que o trabalho do profissional de imprensa não seja o de apenas ‘misturar os ingredientes’, mas de pesá-los e ponderar sobre a importância de cada um deles, publicando o que considerar importante e/ou interessante para o público do veículo no qual trabalha (SEABRA, 2010, p. 81).

De fato, o processo de seleção e construção de relato jornalístico é dinâmico e tem início já no momento de reconhecimento de um fato como noticiável por um pauteiro, produtor ou repórter, continuando na apuração do fato, no desenvolvimento do texto até a definição, por parte do editor, do formato final que essa notícia adquire. Em geral, cabe a esse último decidir se a notícia será aproveitada e como.

“Esse processo de seleção dos assuntos, que começa na pauta e continua na redação e edição de notícias, tem o propósito de restringir o universo retratado pelo veículo de comunicação, uma vez que seria impossível dizer tudo o que acontece no mundo” (SEABRA, 2010, p. 84). Assim, o jornal é apenas uma amostra, uma “possibilidade entre milhares de outras deixadas de lado [...] o ‘caco’ de um espelho que pretende refletir a sociedade” (SEABRA, 2010, p. 84).

O processo de construção do relato jornalístico, no entanto, não está livre de erros internos e interferências externas que podem comprometer, de forma irreversível, a qualidade e a confiabilidade das informações veiculadas. Esta condição pode se apresentar em uma ou até mesmo em todas as etapas do processo de transformação dos fatos cotidianos em notícias e reportagens. Para Chaparro (2007), na falibilidade do processo de produção noticiosa reside o “poder de (des)informar” que jornalistas e veículos de comunicação possuem. Este poder é exercido no descuido no momento da apuração das informações, nas concessões feitas a atores alheios ao campo jornalístico para que estes possam interferir no processo de produção das notícias e nas restrições impostas ao texto pelos profissionais que estão, na hierarquia de uma redação, autorizados a dar o formato final ao produto jornalístico segundo a linha editorial seguida por um veículo de comunicação.

Para ilustrar os equívocos que cometem os jornalistas no momento crucial de apuração de informações, Chaparro (2007) apresenta um caso real, ocorrido em dezembro de 1992. A captura de um tubarão de uma espécie rara (*Carcharodon carcharias*) no litoral de São Paulo deu origem a duas matérias distintas, veiculadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Informações importantes, como o tamanho, o peso e até mesmo o que foi encontrado

dentro do animal foram levantadas de forma apressada, contando com estimativas feitas pelos próprios pescadores que apanharam o peixe. Os jornais acabaram por publicar informações conflitantes, como o tamanho do animal ou o estado em que foi achado. Além disso, aponta o autor, as notícias limitaram-se a descrever as circunstâncias da captura, sem dar uma dimensão mais ampla da importância científica do achado – esta havia sido a segunda ocorrência de um exemplar da espécie no litoral brasileiro em quase cem anos.

A pauta foi malcuidada, carente de ambições e sem o suporte de pesquisas prévias; a busca de informações, descuidada quanto à qualificação das fontes e ao rigor dos dados; e a capacidade interpretativa do relato jornalístico acabou reduzida a zero, pois se desprezou a importância científica das observações e dos estudos que a captura do tubarão iria proporcionar (CHAPARRO, 2007, p. 75).

Como causa deste aparente desinteresse por parte dos profissionais com a apuração da notícia, o autor aponta a irrelevância política, cultural e econômica do acontecimento, que culminou com um espetáculo de “mau jornalismo”, aquele que se preocupa apenas com a “ressonância dos títulos” e as “inexplicáveis vaidades da mediocridade”: “O livre exercício do poder da incompetência condenou os leitores à informação deformada e incompleta” (CHAPARRO, 2007, p. 75).

Em outros casos, são as fontes de informação que comprometem o processo de produção de relatos sobre o cotidiano. No caso das notícias e reportagens que se originam no campo político, percebe-se que situações como as descritas acima deixam de ser uma simples trapalhada jornalística, originada pela pressa do profissional – que precisa dar conta de apurar uma pauta e redigir um texto até o fechamento da edição do dia – ou por pura imperícia, tendo origem em interesses ocultos. Em muitos casos, estas notícias têm início em boatos³⁹, que podem ser tomados como informações confirmadas pelo jornalista, que acaba por publicá-la, como se verdade fosse. Mais do que ingenuidade, o que guia a publicação destas informações é a confiança que o jornalista deposita nas fontes que repassam esta informação. Claramente, muitas se utilizam da sua relação com os profissionais da imprensa para inserirem informações de seu interesse no noticiário.

O boato motiva pautas, esconde ou expõe fatos, amplia ou reduz a dimensão dos acontecimentos, altera-lhes o significado, atrai ou repele a curiosidade dos repórteres, motiva ou inibe perguntas, direciona reportagens, gera ou elimina manchetes, produz

³⁹ Chaparro (2007) explica que prefere o termo boato a rumor ao se referir a este tipo de informação. “As trasladações do tempo moldaram o significado preferencial que os dicionaristas hoje atribuem à palavra *boato*: notícia anônima que corre publicamente, sem confirmação. *Rumor* (do latim *rumor*) é apenas um ruído, murmúrio de vozes, burburinho, efeito físico, pois” (CHAPARRO, 2007, p. 79).

desmentidos ou confirmações – e ao provocar tais efeitos (sinal de que interage eficazmente com a cultura dos meios) pode determinar ou modificar as intenções das mensagens jornalísticas, adequando-as aos interesses a que está vinculado (CHAPARRO, 2007, p.79-80).

A interferência das fontes no processo também pode ser exercida de forma profissionalizada, por meio das ações de assessoria de imprensa. “Trata-se de uma competência que pode ser avaliada pelo espaço ou tempo ocupados na *media* com conteúdos favoráveis à instituição ou à empresa fonte” (CHAPARRO, 2007, p. 83). O processo de profissionalização e o fortalecimento das assessorias de imprensa em organizações de toda a natureza foi caracterizado por Chaparro (2010) como a “revolução das fontes”. Para o autor, o Brasil viu florescer, a partir dos anos 80, uma experiência única da atividade de assessoria de imprensa no mundo. Foi quando os departamentos de comunicação de empresas públicas e privadas começaram a se distanciar do modelo de relações públicas – propagandístico, fomentado, desde os anos 60, pelo governo militar e amplamente disseminado em órgãos governamentais de todas as esferas em todo o país – inaugurando uma nova forma de realizar a atividade, orientada pelos valores e critérios jornalísticos e preocupada com o valor público da informação.

As fontes deixaram de ser pessoas que detinham ou retinham informações. Passaram a ser instituições produtoras ostensivas dos conteúdos da atualidade – fatos, falas, saberes, produtos e serviços com atributos de notícia. Pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos, nos quais agem como agentes geradores de notícias, reportagens, entrevistas e até artigos. Para isso, se capacitaram profissionalmente, apropriando-se das habilidades técnicas do jornalismo. E usam essas habilidades em estratégias e táticas propagandísticas, tirando proveito da credibilidade da linguagem jornalística (CHAPARRO, 2010, p. 19).

Pinto (1999) atribui o poder que algumas fontes – na figura de porta-vozes, assessorias de imprensa e outros profissionais interessados em marcar a agenda da mídia – adquiriram no processo de construção das notícias às modificações ocorridas nas duas últimas décadas no campo da comunicação.

[...] a instância privilegiada de mediação social que o jornalismo constituía (e em boa medida constitui) passou a ser disputado, a montantes, por fontes organizadas e profissionalizadas que vieram a complexificar os processos sociais de recolha e seleção [...] das notícias, e, por conseguinte, os processos de construção da própria realidade social (PINTO, 1999, p. 06).

A tendência é que, cada vez mais, as fontes de informação se organizem e se institucionalizem, construam estratégias para agendar os meios de comunicação.

Chaparro (2007) defende que a profissionalização e a nova orientação ética do trabalho desenvolvido pelos profissionais ligados à assessoria de imprensa melhorou a relação que se estabelece entre as organizações e os veículos de comunicação, entre repórter e jornalista-assessor. O diálogo tornou-se cada vez mais proveitoso, especialmente para os profissionais da imprensa que, obrigados a acompanhar as profundas e rápidas evoluções pelas quais passa a sociedade, em todos os campos do conhecimento e da atividade humana, “a complexidade das significações dos acontecimentos” (CHAPARRO, 2007, p. 88), encontram no assessor “fontes preciosas para a captação, aferição e interpretação de informações de interesse público” (CHAPARRO, 2007, p. 88). Não se pode esquecer, no entanto, que estes últimos, mesmo que guiados por critérios jornalísticos, ainda buscam, por meio da adequação de informações à linguagem e interesses dos meios de comunicação, a visibilidade de uma organização, uma personalidade ou uma ideia. São, prioritariamente, “especialistas em técnicas e práticas comunicativas que preservam o interesse das fontes nos processos jornalísticos” (CHAPARRO, 2007, p. 88), o que aumentou o seu poder de influência sobre a opinião pública.

Nessa nova realidade, fontes e meios praticam uma cooperação de recíproca conveniência: os jornalistas das redações escrevem cada vez mais sobre fatos que não observaram e sobre assuntos que não entendem – precisam de bons informantes e intérpretes da realidade – as fontes empresariais e institucionais, geradoras de fatos e atos de relevância social, e detentoras da capacidade de explicá-los, não sobrevivem sem a comunicação com os ambientes externos – precisam dos meios (CHAPARRO, 2007, p. 91).

Se passarem ilesas pelo processo de apuração e produção do texto jornalístico, as notícias e reportagens encontram, ainda, situações que podem ameaçar sua integridade. É no momento crucial da edição que, muitas vezes, pequenos aspectos de um relato são amplificados, superdimensionados, criando confusões e ambiguidades por meio de elementos textuais e da própria diagramação, no caso dos jornais impressos. É o poder que capacita jornais e jornalistas a favorecer ou contrariar valores, pessoas e instituições. De acordo com Chaparro (2007, p. 96), “qualquer que seja, onde quer que esteja, a quem quer que tenha sido delegado, esse poder se projeta em decisões e ações irreversíveis na intimidade da atividade jornalística, em todos os desdobramentos hierárquicos de produção, criação e controle da notícia”.

Compete ao jornalista a transformação de um acontecimento em notícia. No entanto, o poder de decisão do profissional cai consideravelmente conforme se aproxima o fim da cadeia de produção deste texto, a edição e a publicação dele. “[...] esse é também um processo complexo, controlado por sistemas e subsistemas formais de poder que administram as linguagens do meio, no que se refere às razões, intenções, escolhas e formas de expressão”

(CHAPARRO, 2007, p. 98). Nas camadas superiores estão aqueles que decidem o que, quando e como publicam: diretores, editores, pauteiros, editorialistas, chefes de reportagem e até mesmo alguns repórteres, que gozam de certo “prestígio social” (CHAPARRO, 2007, p. 98). “Eles definem conteúdos, prioridades, relevâncias, enfoques, propósitos e a disposição final dos textos, a relação entre eles e a sua apresentação” (CHAPARRO, 2007, p. 98). Existe ainda uma segunda camada, sem o poder de decisão final, mas com a atribuição e a capacidade de fazer notícias. É formada pelos “diferentes níveis de profissionais colhedores das informações, em contato direto ou indireto com os autores, atores e intérpretes dos acontecimentos” (CHAPARRO, 2007, p. 98). No entanto, cabe ao primeiro grupo a decisão do que é uma notícia e sobre a forma como se apresenta ao público.

3.3 JORNALISMO, AÇÃO E INTENCIONALIDADE

Nos anos 90, o jornalista, professor e pesquisador Manuel Carlos Chaparro realizou uma ampla pesquisa a fim de desenvolver a teoria da ação jornalística. O pesquisador encontrou na pragmática o embasamento necessário para alicerçar as reflexões teóricas e a análise sobre o fazer jornalístico em dois importantes periódicos brasileiros⁴⁰. Para o autor, o jornalismo, enquanto processo social e de comunicação, insere-se nos estudos desenvolvidos no campo da pragmática. “O jornalismo tem na pragmática o canal de conexão com o saber e a erudição da linguística, que, ao lado da sociologia, pode ser considerada a ciência-mãe da comunicação” (CHAPARRO, 2007, p. 28). É na compreensão de que o uso da língua é a execução de uma ação social que reside a conexão entre as duas ciências.

Chaparro (2007) parte da lógica da ação de Teun A. van Dijk (1990), que afirma que apenas uma descrição pragmática é capaz de especificar os “atos (sociais) de fala” (CHAPARRO, 2007, p. 140) que ocorrem em uma cultura. Conforme Chaparro (2007, p. 140), “a Pragmática descreve as regras que determinam em que condições tais atos são apropriados em relação aos contextos em que ocorrem. E van Dijk define que o ato de fala próprio do jornalismo é o de *asseverar* (do latim *asseverare* – afirmar com certeza, segurança)”. O conceito de ação⁴¹ de van Dijk é utilizado como base para o arranjo do modelo teórico descritivo da ação jornalística.

⁴⁰ A saber: a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

⁴¹ Sobre os conceitos de ação e sucesso de van Dijk, Chaparro (2007) explica: “Teun van Dijk trabalha com a idéia de que o conceito de sucesso se refere à *modificação* de um *estado* em outro” (CHAPARRO, 2007, p. 140, grifo

[...] o *acontecimento* (do qual o relato *asseverador* faz parte) é uma forma complexa de processo, com mais ou menos capacidade de desorganização e reorganização social. A intervenção do relato jornalístico em acontecimentos complexos ou com elevado potencial de complexidade pode ampliar, em *novos sucessos*, a rota do processo e, até, desencadear processos derivados nas tramas sociais (CHAPARRO, 2007, p. 141).

De acordo com Chaparro (2007), o acontecimento e os processos a ele ligados se desenvolvem no universo do fazer, sendo que o fazer humano se localiza no âmbito do cognitivo, cujas propriedades se expressam pelo propósito ou pela intenção. O propósito está ligado aos efeitos ou resultados de uma ação, perpetuando-se além do ato. A intenção nasce nas motivações ou valores inspiradores da ação, exercendo o “controle consciente dos fazeres” (CHAPARRO, 2007, p. 141).

A *intenção* não vai além da ação; faz parte dela, esgota-se nela, controlando o fazer. *Intenção* e *fazer* são as partes constitutivas da ação. É a intenção (vinculada, por exemplo, à lei formal ou a um valor religioso ou filosófico) que nos torna responsáveis conscientes pelas nossas ações (CHAPARRO, 2007, p. 141, grifo do autor).

Assim, por estar a intenção conectada aos valores que regem uma ação, a teoria da ação jornalística deve, necessariamente, “enxertar a Ética e a Moral” (CHAPARRO, 2007, p. 142) à lógica de van Dijk, para então se chegar a um arcabouço teórico que permita a análise da ação jornalística.

Se a *intenção* controla conscientemente o *fazer*, e se a ação – como acontece no jornalismo – está na esfera do interesse público, então a *intenção* impõe o caráter moral ao *fazer*, e esse caráter moral, determinante da natureza e do desenvolvimento da ação, deve estar conectado a um princípio ético orientador – sem o que a ação jornalística não cumprirá a contento a sua função social (CHAPARRO, 2007, p. 143, grifo do autor).

O jornalismo é um processo social de ações conscientes que se concretiza quando os fazeres jornalísticos são guiados por intenções inspiradas nas razões éticas, que dão sentido social ao processo. A intenção é, portanto, a “liga abstrata que funde a *ética* e a *técnica*, na busca de uma *estética* significativa para o processo” (CHAPARRO, 2007, p. 143). A estética a ser alcançada nas notícias e reportagens veiculadas por um jornal é a do *relato veraz*, “o relato do que em verdade foi visto, ouvido e sentido pelo mediador” (CHAPARRO, 2007, p. 143), dada a razão ética primeira do jornalismo que é de viabilizar o acesso ao direito de informação.

do autor). O sucesso pode ocorrer em fases sucessivas, que se dão na forma de estágios intermediários. A esta dinâmica do sucesso, van Dijk dá o nome de *processo*.

“Propomos, assim, um modelo macropragmático para a descrição da ação jornalística, tendo como ideia central a atribuição de *essencialidade* ao componente *intenção*, no entendimento e na concretização dos *fazeres* jornalísticos” (CHAPARRO, 2007, p. 144, grifo do autor).

O modelo pragmático descritivo da ação jornalística proposto por Chaparro (2007) não ignora a complexidade e a pluralidade dos processos sociais e culturais dentro dos quais ocorre o jornalismo. De acordo com o autor, “são processos construídos pelo confronto e pela cooperação” (CHAPARRO, 2007, p. 145). O modelo reconhece a existência de três polos de interação, em meio aos quais a ação jornalística se desenvolve:

Na concepção do modelo, as fronteiras para as interferências dos autores e atores sociais estão totalmente abertas nos três polos de interação: com a *sociedade*, que estabelece princípios e costumes, portanto as razões éticas e morais; com a *atualidade*, representada não apenas pelo que acontece mas também por aquilo que as pessoas querem dizer e saber sobre o que acontece; e com a *recepção ativa*, onde se dá o encontro de expectativas e perspectivas (CHAPARRO, 2007, p. 145).

Em uma sociedade institucionalizada, os atores do campo jornalístico interagem com os demais atores sociais em um “cenário de obrigações e direitos, regulados pelas leis e pelos costumes” (CHAPARRO, 2007, p. 145), onde nascem as demarcações éticas e morais que servem de motivo à ação jornalística. A atualidade e a recepção ativa viabilizam a circulação e a negociação de interesses – sendo o interesse público a razão de ser do jornalismo. Assim, são os princípios éticos que devem guiar as intenções das ações jornalísticas, já que são as intenções que conduzem a construção do relato veraz. Ele sozinho, no entanto, não é o suficiente.

É preciso que na estética do relato veraz haja a explicitação das intenções, pela evidência das relevâncias nos elementos de titulação e introdução do texto, para que o leitor possa, livremente e com lucidez, decidir se a mensagem lhe interessa ou não. E, interessando-se, possa ele partilhar criativamente da interação, com a intensidade das suas próprias circunstâncias e expectativas. Nessa interação, a expansão da ação comunicativa, por meio de efeitos, está na esfera dos interesses do receptor (CHAPARRO, 2007, p. 150).

Assim, podemos concluir que o trabalho do jornalista de apurar informações e produzir relatos sobre os acontecimentos complexos do mundo é um fazer intencionado e também uma instância de produção de atos de fala, capazes de produzir efeitos e novas ações sociais na realidade. Devem, portanto, ser guiadas por uma intenção, sendo que esta deve necessariamente estar conectada a princípios éticos.

Até agora, apresentamos os referenciais teóricos que servem como embasamento para esta pesquisa. Munidos do entendimento que a reflexão dos autores, obras e vertentes teóricas

expostas até o momento nos proporcionou, passamos agora para os capítulos em que apresentamos as opções metodológicas e a análise propriamente dita, além dos resultados e conclusões possibilitados pela nossa investigação.

4 OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS

Neste capítulo, apresentamos o arsenal metodológico que serve como base para a análise pragmática dos relatos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná, pertencentes ao recorte definido para esta pesquisa a partir do universo de matérias jornalísticas publicadas no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2014 pelo jornal Gazeta do Povo. Partimos das considerações teóricas sobre a análise pragmática desenvolvidas por Oliveira (1999), passando pelo conceito de vozes de Mey (2000, 2001) e pelas classes de verbos ilocucionários de Austin (1990), que formam o arsenal metodológico da análise.

Oliveira (1999) faz uma crítica às abordagens que tendem a observar o relato jornalístico a partir de uma concepção de linguagem centrada em um modelo de código, um “sistema que emparelha sinais e mensagens e que permite aos seus usuários a codificação e a decodificação do que se pretende transmitir” (OLIVEIRA, 1999, p. 1); ou então de uma concepção representacional da linguagem, em que ela é utilizada apenas para representar os fatos do mundo e pensamentos de um falante. “Tais modelos, embora sejam explicativos, [...] são descritivamente inadequados e incapazes de dar conta da múltipla e complexa atividade que encerra os usos linguísticos nas relações dos homens entre si e com o mundo” (OLIVEIRA, 1999, p. 2). O autor afirma que uma explicação dos fazeres jornalísticos necessita de um aporte teórico que vá além da simples transmissão de informações ou representações de mundo entre o jornalista e o leitor, encontrando na Pragmática este respaldo. Para Oliveira (1999, p. 2, grifo nosso), “é aqui que a Pragmática entra em ação, ou melhor, a Pragmática está onde a ação está [...] e estar onde a ação está implica adotar uma concepção de **linguagem como atividade** onde as **palavras são ferramentas de um agente na realização de seus propósitos**”.

Nesta pesquisa, partimos da compreensão de que os usos linguísticos são uma ação e uma prática social. “O sentido é o uso; o uso é a escolha; a escolha é o enquadramento; o enquadramento é a ação prática/cognoscente sobre/em; esta ação é o ato político que nos leva a assumir uma posição valorativa diante dos nossos semelhantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 121). A compreensão dos sentidos que estes usos linguísticos adquirem a cada nova enunciação é possível graças à performatividade da linguagem.

[...] é o caráter performativo da linguagem que assegura aos indivíduos a “convivência” no meio da diferença e garante a existência física, psicológica e simbólica por meio da prática cotidiana que ressignifica os signos na estrutura somática e cognitiva dos indivíduos. É uma atitude antirrepresentacional e permite ao Sujeito um dualismo criativo permanente, seja como ‘produtor’ ou como ‘leitor’ dos textos,

isto é: de um lado, o caráter performativo da linguagem faz com que as coisas aconteçam, ou como dizia Austin (1990): ‘dizer é fazer’ [...]. Por outro lado, é possível trazer para o relato certas coisas, afetos, emoções e acontecimentos que não estavam previstos ou não tinham uma existência a priori ao ato de ler (OLIVEIRA, 2012, p. 121).

Aproximando estas considerações do nosso objeto de estudo, podemos afirmar que a performatividade do texto jornalístico será sempre uma construção de sentidos pelo movimento, pelo emprego de diferentes recursos linguísticos. “O relevante nestas circunstâncias é observar o modo como os indivíduos estão “usando” as palavras para criar linguagens e se relacionar com o mundo, a partir de novos *scripts*” (OLIVEIRA, 2012, p. 123). A condição performativa do jornalismo é a “arte do agora”: a obrigação de produzir registros sobre um espaço e tempo previamente delimitados, sobre o cotidiano e os momentos deste pedaço de mundo, cujas reverberações são coletivas e que serão recortadas no formato de notícias ou reportagens (OLIVEIRA, 2012).

4.1 A ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS

O fazer jornalístico pode ser considerado uma “complexa ação de inter-mediações de fatos e valores onde se procura transmitir a ideia de cooperação entre o jornalista e o leitor, no que se refere aos sentidos/objetivos dos enunciados presentes nos diversos relatos”⁴² (OLIVEIRA, 1999, p. 87). Do jornalista cooperativo⁴³, espera-se que execute as suas atribuições de forma correta, precisa, exata, a fim de produzir um relato que carregue estas mesmas características – a estética do relato veraz (CHAPARRO, 2007). Do leitor cooperativo⁴⁴, espera-se que esteja consciente das convenções que envolvem a construção do relato jornalístico, capazes de transformá-lo em um ato de fala com força ilocucionária asseverativa e responsáveis pelo formato final que as notícias e reportagens adquirem nos diferentes meios de comunicação. Nas situações reais em que se dão os usos linguísticos e as

⁴² Oliveira (1999) realiza um estudo das dimensões pragmáticas da cooperação jornalística e investiga as “falhas comunicacionais” que podem ocorrer na mídia impressa resultantes das violações do Princípio de Cooperação postulado por H.P. Grice (1975). Entendemos que não apenas as falhas comunicacionais, mas os diversos usos linguísticos realizados pelos jornalistas nos relatos que produzem sobre os fatos e as pessoas do cotidiano, beneficiam-se da concepção de linguagem vista a partir do mundo dos usuários conferida pela pragmática.

⁴³ Expressão utilizada por Oliveira (1999) para descrever o jornalista que realiza seu trabalho de forma a entregar ao leitor o texto que corresponda às características da linguagem jornalística e às expectativas da sociedade em relação ao texto jornalístico, produzindo um relato com baixo potencial de produção de falhas comunicacionais.

⁴⁴ Novamente, o termo é utilizado por Oliveira (1999) para descrever o leitor que, consciente das convenções e do contexto de produção do relato jornalístico, é capaz de compreender o texto “como o esperado”, diminuindo a chance de que esta leitura gere falhas comunicacionais ou implicaturas.

interações comunicativas entre jornalista e leitor, no entanto, não há garantias de que o entendimento do texto jornalístico (ou de qualquer outro tipo de enunciação) e das intenções que ele carrega estará livre de falhas comunicacionais.

[...] o fato de o leitor cooperativo apreender a intencionalidade jornalística, ou seja, o ato de asseverar, afirmar com certeza, [...] não implica apreender a intenção comunicativa do jornalista, que pode ser diferente. Ou seja, é preciso entender, também, o que se quer dizer com o que se diz; como o jornalista queria que fosse entendido o que disse: **como uma afirmação** (de acordo com o ato próprio do periodismo)? Como **uma promessa, uma ordem, uma declaração** ou como **uma expressão de um sentimento**? (OLIVEIRA, 1999, p. 89, grifo do autor).

Oliveira (1999) afirma que o estudo dos enunciados jornalísticos não pode ser tratado apenas no que concerne aos atos de fala, “onde a situação abstrata permite compatibilizar as intenções de jornalistas e leitores sem maiores problemas” (OLIVEIRA, 1999, p. 89). Tais atos devem ser encarados como atos pragmáticos, um conceito mais amplo, que engloba não apenas as enunciações, mas também outros elementos presentes, como a intenção da enunciação ou até mesmo a ideia da cooperação. São assim chamados por estarem “alicerçados no uso real da linguagem” (MEY, 1993 apud OLIVEIRA, 1999, p. 89) e serem fortemente marcados pelo contexto em que foram realizados, livres de regras ou restrições de ordem sintática, semântica ou contextual. “A guinada em direção aos atos pragmáticos é uma tentativa de enquadrar as várias ‘intenções’ no universo real do uso e dos propósitos (com que fins) onde o interlocutor tem um papel ativo e as premissas da cooperação encaradas criticamente no espaço da convenção textual” (OLIVEIRA, 1999, p. 90).

Os atos pragmáticos são reveladores do tom que um texto assume, característica que está diretamente ligada aos propósitos deste texto.

Para a perspectiva pragmática que defendemos, tanto a produção como a recepção de textos, jornalísticos ou não, depende dos propósitos dos indivíduos envolvidos. No caso dos jornais, envolve muito mais pessoas do que apenas o repórter e o leitor. Há um processo de inter-mediações [sic] que transcende o processo de captação da notícia, a sua transcrição ou a sua representação. Isto quer dizer que o relato, o que foi escrito, não implica em um modelo de processo psicologicamente real que todo usuário deve seguir para alcançar a inferência correta. Não há um caminho direto para se alcançar a totalidade de propósitos abrangidos, e muito embora a apreensão da força ilocucionária aponte para a intenção comunicativa de quem escreve, isto não esgota o motivo condutor para a escolha deste ou daquele tom (OLIVEIRA, 1999, p. 91).

O motivo condutor para a escolha do tom é descrito por Oliveira (1999) como o conjunto de crenças e regras para ação dos indivíduos – abrange as expectativas, os anseios, os interesses, as reivindicações, os medos, atitudes em relação ao mundo, entre outros. Estas

“pressuposições válidas” (OLIVEIRA, 1999, p. 91) irão permanecer implícitas ao longo dos relatos e auxiliam no entendimento do tom que os textos carregam.

O tom é um reflexo deste quase interminável processo de inter-mediações [sic] que cobre o fazer jornalístico, transformando o relato em um diálogo assimétrico, sempre sujeito a interrupções, lapsos, cortes, silêncios, hesitações, ambiguidades, intervenções, reações, rejeições, aversões (OLIVEIRA, 1999, p. 93).

Neste ponto, o autor lembra que o trabalho jornalístico está submetido a diversas pressões e interesses. “Por trás de uma fachada aparentemente neutra, e a despeito de um *status* não-controverso para o ato de fala próprio do periodismo, verifica-se uma frequente submissão a potências que fazem prevalecer os seus propósitos específicos” (OLIVEIRA, 1999, p. 94).

A análise pragmática que buscamos realizar nesta pesquisa teve como objetivo compreender as ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizam nos relatos jornalísticos e as intenções, propósitos e o tom assumido pelo texto que estas ações revelam, o que nos permitiu vislumbrar as crenças e valores que guiam a construção destes textos quando a Gazeta do Povo fala sobre o IFPR. Este tipo de análise é descrito por Oliveira (1999) como uma “macroperspectiva” sobre o fazer jornalístico (OLIVEIRA, 1999, p. 99), em que se questiona “o que fazem as notícias” em lugar de “o que são as notícias”, colocando a investigação em “termos políticos e morais” (OLIVEIRA, 1999, p. 102).

4.1.1 O contexto e o pesquisador-leitor

A análise pragmática dos relatos jornalísticos constitui um estudo de caráter descritivo e interpretativo em que o pesquisador, tal qual o leitor, possui um papel ativo na interpretação das enunciações contidas no texto. Assim como Oliveira (1999), Mey (2000, p. 8, tradução nossa) assinala a importância do contexto e o protagonismo do leitor na percepção deste contexto para a compreensão do sentido dos usos linguísticos realizados por um falante: “Perceber as condições em que a obra literária foi produzida é menos que o essencial; como usuários, devemos tornar-nos conscientes do quanto o nosso entendimento se deve às capacidades e limitações de compreensão dadas pelas condições sociais sob as quais vivemos”. O contexto compreende não apenas o ambiente verbal, mas considera também o entorno mais amplo, as condições sob as quais a enunciação foi gerada.

[...] não é suficiente pedir uma explicação em termos de palavras ou expressões, unicamente; há que se considerar o “texto por trás do texto” ou as palavras que a

sociedade, este “parceiro oculto de todas as conversações” (ver Mey, 1985), está resmungando em nossas costas, enquanto aparentemente falamos como “agentes linguísticos livres”, sem sermos observados ou monitorados (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa).

O autor faz uma crítica às vertentes que tratam o usuário da língua como um agente autônomo⁴⁵. Tal acepção vai contra a concepção da linguagem como uma instituição social e também contra um dos principais axiomas da pragmática, segundo o qual nenhuma língua, nem mesmo o menor proferimento ou palavra, pode ser compreendida de forma isolada. “É o usuário e suas condições de produção e consumo de linguagem que, em última análise, determinam o modo como as suas palavras devem ser entendidas” (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa). Este é o argumento que serve como pilar de sustentação para o entendimento do contexto como o fator decisivo para a interpretação dos proferimentos.

Assim, na condição de pesquisadores interessados em compreender as ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, realizamos uma interpretação pessoal desse texto e das vozes nele presentes, como pesquisadores-leitores. “Longe de ser um interlocutor passivo, o leitor é um espírito ativo, criativo, que participa do trabalho de fazer o texto literário acontecer” (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa). Nossa análise interpretativa será baseada nas pistas e condições dadas pelo contexto mais amplo em que estamos inseridos e em que estas enunciações foram produzidas. Este contexto está em parte dissecado no capítulo anterior, no qual buscamos referências teóricas que nos auxiliam a compreender o ambiente de produção do relato jornalístico. Está, também, nas próprias experiências da pesquisadora como profissional – que possui o conhecimento empírico sobre a atividade jornalística nos veículos de comunicação e também na instituição que é tema das reportagens analisadas – e como falante, promotora e leitora dos mais variados usos linguísticos nos contextos sociais.

4.2 VOZES E PERSONAGENS QUE CONSTITUEM O CAMPO E O TEXTO JORNALÍSTICOS

Nesta análise dos usos de linguagem nos relatos jornalísticos, partiremos das reflexões desenvolvidas por Mey (2000) sobre as vozes que compõem os textos literários, assumindo que os textos jornalísticos, assim como os primeiros, também são compostos por diferentes vozes. Encararemos o jornalista como um falante e também como um personagem-narrador, que

⁴⁵ Descrito ironicamente por Mey (2000, p.7) como um “Robson Crusoe linguístico” (*a linguistic Robinson Crusoe*).

desempenha papel central dentro de uma formação societal⁴⁶ específica, que é o campo jornalístico. Dele resultam as notícias e reportagens, textos que não são formados unicamente pela voz do jornalista, mas também pelas vozes de outros falantes, que auxiliam na construção dos relatos sobre a realidade. “Uma voz pressupõe um papel [role] (cf. latim *rotula*) um personagem; portanto, uma atividade, uma *ação*” (MEY, 2001, p. 19).

Na concepção de Mey (2000, p. 7, tradução nossa), voz é aquilo que “permite que as pessoas falem”. Cada personagem tem uma voz a si atribuída, uma “expressão de um determinado conjunto de propriedades que eram exclusivos para este personagem e que não podiam ser impunemente transferidos para outros personagens, outras vozes”. O autor defende que, muitas vezes, estas vozes podem se chocar⁴⁷, misturando-se em uma narrativa: “uma voz que, de alguma forma, cai para fora do seu papel de personagem e faz uma bagunça de suas respostas, como um ator desajeitado no palco”. Existem muitas formas de se marcar a mudança de vozes em um texto. Muitas vezes, esta mudança é indicada pela citação das palavras de um personagem entre aspas, ou então pela introdução dos dizeres ou pensamentos deste personagem, no discurso indireto, com o auxílio dos verbos específicos para este fim⁴⁸. Em alguns casos, no entanto, a mudança de voz não se faz tão evidente. “[...] as mudanças de vozes são menos explícitas; às vezes, elas estão completamente escondidas e somente podemos perceber a presença delas pelos seus efeitos em nós, leitores” (MEY, 2000, p. 173).

O choque de vozes é causado pela falta de consistência interna de um texto ou então por situações externas, que acarretam mudanças na forma como o leitor o compreende, em especial as relações que se dão entre os personagens de uma narrativa (inclusive aí o narrador) e as relações que se estabelecem entre as suas vozes.

Um choque de voz ocorre sempre que as vozes não combinam: ou o personagem e a voz que é atribuída e ele estão fora de sincronia, ou duas ou mais das vozes ouvidas na história são percebidas como desarmônicas. Tal dissonância pode ser devida a fatores internos, como quando o personagem fala “fora de ordem”, por assim dizer (a

⁴⁶ Neste trabalho, assumimos que o campo jornalístico constitui-se como uma formação societal, já que possui, em seu interior, o “conjunto de laços e relações sociais” (MEY, 2001, p. 20) que une os indivíduos em prol do desenvolvimento de uma atividade em comum – a atividade jornalística –, sejam eles agentes diretamente ligados ao campo jornalístico – repórteres, editores, fotógrafos, cinegrafistas, colunistas, etc. – ou as fontes de informação – agentes externos ao campo jornalístico, trazidos para o seu interior por meio do trabalho do jornalista. O autor explica que os falantes criam a formação societal à qual pertencem por meio do uso da linguagem. Desta forma, a metáfora da voz mostra-se adequada quando se trata de analisar os usos linguísticos como uma atividade social, “[...] aquilo que nós, como seres humanos ativos e perceptivos, podemos promover, dadas certas condições temporais e espaciais, e no interior do quadro de natureza e cultura, história e visões que nos cercam” (MEY, 2001, p. 28).

⁴⁷ O termo em inglês utilizado por Mey (2000, p. 7) é *clashing voices*.

⁴⁸ Também conhecidos como verbos *dicendi*.

voz não é apropriada para o personagem por uma série de razões); **alternativamente**, o confronto pode ser devido a circunstâncias externas, tais como quando o personagem fala fora de hora, de modo que o leitor ou é incapaz de determinar a voz que está sendo ouvida ou talvez esteja ouvindo uma voz completamente errada. Finalmente, há os casos em que um personagem (na maioria das vezes o narrador) ultrapassa os limites atribuídos, está "fora do lugar", como quando começa a falar em um tipo de voz pertencente a um 'personagem da história'. Neste caso, o narrador, representando o autor, pode realmente invadir a cena para tomar parte na ação; como alternativa, ele pode inserir sua própria 'persona' de formas mais insidiosas (MEY, 2000, p. 189-190, grifo do autor, tradução nossa).

O texto jornalístico segue regras bastante restritas quanto à sua redação, especialmente nos meios tradicionais, como é o jornalismo impresso diário abordado neste trabalho. Comumente, as diferentes vozes do jornalista e das fontes de informação ocupam espaços muito bem delimitados em uma notícia ou reportagem. Ao jornalista, cabe ser a voz do personagem-narrador, que estrutura e dá linearidade à narrativa jornalística e tem como função primeira situar o leitor sobre o que se fala, trazendo as principais informações sobre o fato. Às fontes de informação cabe o papel de personagem, que traz o relato testemunhal, informações qualificadas, interpretações ou até mesmo opiniões sobre o assunto do qual se fala. Tanto a voz do jornalista quanto a voz da fonte de informação estão muito bem demarcadas, seja pelas características gramaticais e de estilo da enunciação construída pela voz do jornalista (narração em terceira pessoa, no tempo presente, que respeita a norma padrão da língua portuguesa etc.), seja pela forma como a voz da fonte de informação é apresentada ao público – entre aspas, acompanhadas de um verbo *dicendi* etc.

4.3 AS CLASSES DE VERBOS E FORÇAS ILOCUCIONÁRIAS DE AUSTIN E O (REL)ATO JORNALÍSTICO

Como abordamos no Capítulo 2 deste trabalho, Austin (1990) propõe a construção de cinco classes de verbos ilocucionários, sendo que os verbos de cada classe compartilham uma força ilocucionária semelhante, capaz de realizar ações e produzir efeitos quando utilizados pelos falantes. No entanto, o próprio autor questiona a validade desta classificação e aponta sua incompletude, dando a entender que os limites entre as categorias não são tão rígidos quanto se espera de uma taxonomia no campo científico. “[...] há famílias mais gerais de atos de fala relacionadas e sobrepostas parcialmente [...]” (AUSTIN, 1990, p. 122). Rajagopalan (2010b) afirma que o próprio ato ilocucionário carrega características que impedem que sejam criadas classificações. “[...] considerar a possibilidade de os atos se agruparem em “famílias” é admitir que o máximo que se pode afirmar é uma vaga semelhança entre certos elementos do conjunto

[...] subvertendo, dessa forma, qualquer esforço taxonômico mais criterioso e definitivo” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 60).

Neste trabalho, não pretendemos construir uma nova classificação de verbos ou forças ilocucionárias. Tampouco pretendemos utilizar as classes de verbos ilocucionários descritas por Austin (1990) como único instrumento de análise, limitando nosso esforço reflexivo a identificar as forças ilocucionárias presentes nos relatos jornalísticos. Nosso objetivo é compreender, em cada situação de uso, por meio do contexto de enunciação, as ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, bem como as crenças e valores que expressam. Entendemos que toda enunciação realizada por uma voz no relato jornalístico é uma ação, e como ação, possui uma força, que pode ou não corresponder àquelas descritas pelo filósofo inglês. Assim, as reflexões sobre as classes de verbos ilocucionários de Austin (1990) aparecem em nossa análise, como um argumento-instrumento, uma ferramenta a mais, que nos ajudará a interpretar e compreender o objeto empírico de nossa pesquisa, como mostramos abaixo.

4.3.1 Atos de fala com força ilocucionária veriditiva

Nas palavras de Austin (1990), consistem em

emitir um juízo, oficial ou extra-oficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que estes são passíveis de distinção. [...] Os veriditivos têm conexões óbvias com a verdade e falsidade com relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça (AUSTIN, 1990, p. 124).

É consenso entre profissionais e acadêmicos do campo jornalístico que, em teoria, um bom texto jornalístico está isento de julgamentos de valor. Ao jornalista, cabe relatar, da forma mais objetiva possível⁴⁹, fatos e aspectos da realidade, a fim de dar condições para que o leitor possa, a partir do texto, criar as suas próprias inferências e conclusões sobre o acontecimento. Isso, no entanto, mostra-se como uma visão romantizada sobre o fazer jornalístico. Mesmo que não de uma forma direta, o jornalista pode, em certos momentos, emitir julgamentos, apreciações, constatações, interpretações, entre outros, que vão se constituir como um ato de

⁴⁹ Neste trabalho, partimos da compreensão de que as notícias e reportagens são uma instância de produção de sentidos sobre a realidade. Muito mais que uma descrição fiel dos fatos do mundo, são textos capazes de produzir sentidos sobre aspectos destes fatos – já que apresentam apenas um recorte sobre eles. A maneira como uma notícia aborda determinado assunto, as imagens que ela utiliza, as palavras escolhidas, as fontes de informação que falam (e o que elas falam) armam uma teia complexa, que vai depender da interação com o leitor para que produzam sentidos – e a cada nova leitura, um novo sentido será produzido.

fala com força ilocucionária veriditativa. Quanto às enunciações nas vozes das fontes de informação, é possível afirmar que este é o tipo preferencial de ato de fala realizado por elas, até mesmo porque elas são procuradas pelos jornalistas para realizar justamente este tipo de ação: avaliações sobre os fatos, análises sobre conjunturas, opiniões sobre todo e qualquer assunto.

4.3.2 Atos de fala com forças ilocucionárias exercitativas

Um ato de fala com força ilocucionária exercitativa consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação e advogá-la. “É decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim. É advogar que seja assim, em oposição a uma estimativa que seja assim” (AUSTIN, 1990, p. 126). Austin caracteriza este como um ato de fala muito presente em atos legislativos e executivos, como a execução da sentença emitida por um juiz (em oposição ao veredito emanado por ele), nomeações de funcionários ou empregados, petições, admissões e pedidos de demissão. Parece pouco provável que possamos encontrá-lo no texto jornalístico, mas eles podem se fazer presentes quando, por meio de suas enunciações, jornalistas e fontes de informação dão ordens, aconselhamentos, orientações, recomendações, indicações; defendem um ponto de vista, situação ou pessoa; falam em nome de outrem, suplicando ou rogando por ele; fazem pedidos, escolhas, reclamações ou anúncios; invalidam, revogam ou anulam determinadas situações ou posições; entre outros.

4.3.3 Atos de fala com forças ilocucionárias comissivas

Um ato de fala com força ilocucionária comissiva é aquele que compromete o enunciador a uma determinada linha de ação, que faz com que ele assuma um compromisso. Austin (1990, p. 128) faz uma distinção entre estes atos de fala e as declarações de intenção. “Da mesma forma que distinguimos entre instar e ordenar, também distinguimos entre ter a intenção e prometer [...] Em um caso extremo, posso, *simplesmente*, declarar que tenho uma intenção, mas também posso declarar ou expressar ou anunciar minha intenção ou resolução”. No texto jornalístico, estas ações podem ser verificadas quando jornalistas e fontes, por meio de suas enunciações, fazem promessas; compactuam com uma posição, ideia ou pessoa; se comprometem a realizar algo; manifestam intenções ou propósitos; fazem planos para o futuro,

juras ou apostas; tomam partido, defendem ou abraçam uma causa; demonstram sua oposição ou apoio a uma causa, fato, ideia ou pessoa, entre outros.

4.3.4 Atos de fala com forças ilocucionárias comportamentais

Os atos ilocucionários comportamentais expressam a “reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo” (AUSTIN, 1990, p. 129). Austin nos alerta, no entanto, sobre a diferença entre a realização destes atos e a ação de descrevê-los ou expressá-los. “Existem conexões óbvias entre declarar e descrever quais são nossos sentimentos, e também expressá-los, no sentido de dar-lhes uma válvula de escape, embora os comportamentais sejam distintos de ambas as coisas” (AUSTIN, 1990, p. 129). No texto jornalístico, podemos identificá-los como quando são realizadas enunciações no sentido de realizar um pedido de desculpas ou de agradecimento; expressar solidariedade; mostrar-se ofendido; demonstrar menosprezo; prestar tributo; realizar críticas, queixas; expressar desejos, entre outros.

4.3.5 Atos de fala com forças ilocucionárias expositivas

De acordo com Austin, os atos de fala expositivos “consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referências” (AUSTIN, 1990, p. 130). O próprio idealizador desta categoria não se mostra seguro quanto à sua constituição.

Já dissemos repetidas vezes que estamos abertos a discussão quanto a estes atos serem tanto veriditivos, exercitivos, comportamentais, quanto comissivos [...] Podemos discutir também se não são descrições simples e diretas de nossos sentimentos, práticas, *etc.*, especialmente em relação a situações em que se trata de ajustar a palavra à ação [...] (AUSTIN, 1990, p.130).

Estes parecem ser os tipos de atos ilocucionários mais comuns na linguagem jornalística. Talvez porque estejam ligados à característica de apoiar o desenvolvimento de uma argumentação, a exposição de novas ideias e fatos em uma enunciação, até mesmo a introdução de novas vozes dentro de um texto como o jornalístico. De certa forma, parece ser o “ato ilocucionário primeiro” da enunciação jornalística, aquele que o jornalista faz ao iniciar um *lead*⁵⁰ ou um novo parágrafo. Realiza as ações de afirmar, declarar, descrever, classificar,

⁵⁰ É o primeiro parágrafo da notícia no jornalismo impresso. Contém as principais informações do fato ou assunto retratado, situando-a no texto e espaço (LAGE, 2005).

identificar, mencionar, informar, responder, dar testemunho, deduzir, argumentar, interpretar, analisar etc. De certa forma, a utilização dos verbos *dicendi* são também um ato de fala expositivo, pois eles nos dizem de que forma aquela enunciação se encaixa na narrativa jornalística e esclarecem como devemos interpretá-las.

5 ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS (REL)ATOS JORNALÍSTICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

É redesempenhando os dramas relatados e falando através das ‘máscaras’ adotadas em cada ocasião que se chega aonde a ação está. Isto constitui um exercício pragmático à medida em que evidencia quais são os jogos empregados, os propósitos envolvidos, de quem é a linguagem em uso (ou, finalmente, quem dá o tom para os relatos) (OLIVEIRA, 1999, p. 99).

O *corpus* desta pesquisa é composto pelo texto principal de 13 matérias jornalísticas⁵¹, publicadas entre os anos de 2008 e 2014 pelo jornal Gazeta do Povo. Para fins de análise, serão apresentadas em 5 grupos, definidos⁵² de acordo com o eixo temático a que pertencem os textos analisados: Expansão; Ensino Médio, Técnico e Profissional; Processos de Seleção e Concursos Públicos; Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; Eventos Institucionais. Primeiramente, apresentaremos um panorama geral do universo estudado, que auxiliará na análise pragmática que faremos das notas, notícias e reportagens que compõem o *corpus* de nossa pesquisa.

5.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O IFPR

Antes de procedermos à análise do *corpus* desta pesquisa, consideramos importante evidenciar alguns aspectos sobre o universo estudado, que vão auxiliar na contextualização da cobertura jornalística do Instituto Federal do Paraná pela Gazeta do Povo no período analisado. São dois os pontos que pretendemos destacar: o número de reportagens e eixos temáticos publicados por ano, bem como o gênero jornalístico⁵³ predominante em cada eixo temático.

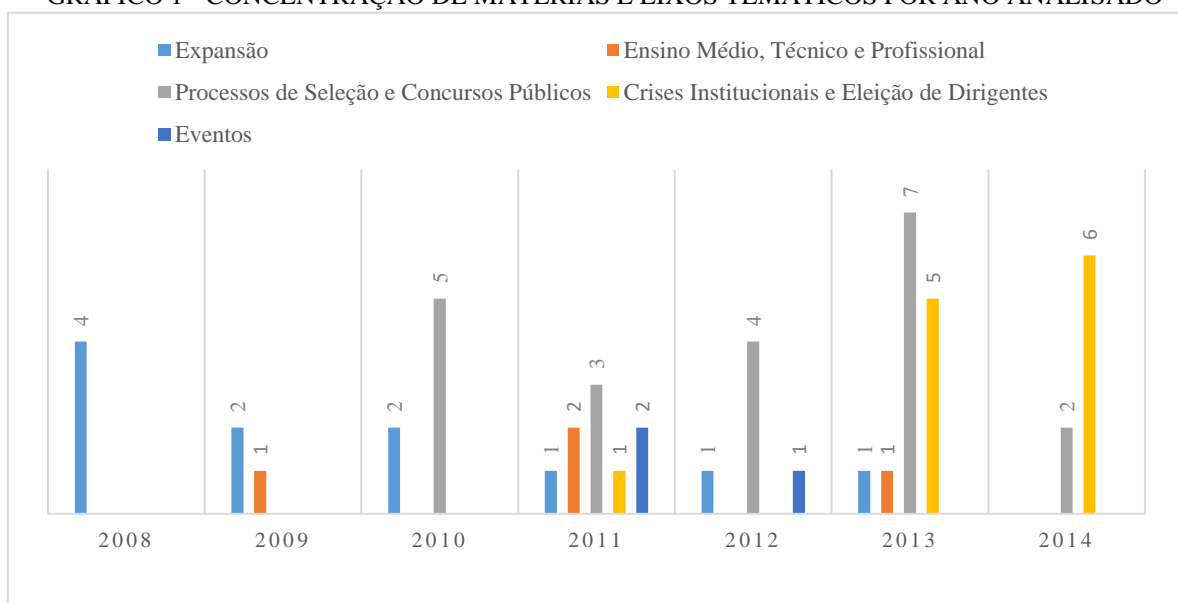
⁵¹ O processo de seleção das notícias e reportagens analisadas foi descrito no Capítulo 1 deste trabalho.

⁵² A nomenclatura dos eixos temáticos foi adaptada para esta análise. Desta forma, os cinco eixos temáticos 1) Expansão; 2) Ensino Médio, Técnico e Profissional; 6) Processos de Seleção e Concursos Públicos; 7) Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; e 10) Eventos Institucionais passam a ser os eixos temáticos “Expansão”, “Ensino Médio, Técnico e Profissional”, “Processos de Seleção e Concursos Públicos”, “Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes” e “Eventos Institucionais”. Note-se que o eixo temático “Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes” perdeu o termo “greves” porque, no Grupo 1, que reúne as matérias que têm o IFPR como assunto principal, não foram registradas matérias jornalísticas tratando de greves no IFPR, assim como foram nos outros dois grupos.

⁵³ O universo e o *corpus* desta pesquisa são compostos por notas, notícias e reportagens. A classificação dos textos em cada um dos gêneros baseou-se em aspectos formais e também de conteúdo, definidos pela pesquisadora com base em seu conhecimento empírico sobre a estrutura e a função dos diferentes gêneros de textos jornalísticos. Neste estudo, consideramos **notas** os textos curtos, compostos em geral por um único parágrafo, que apresentam apenas os principais aspectos do fato retratado. As **notícias** são os textos que abordam os fatos que despertam o interesse por apresentarem características como atualidade, novidade, relevância ou curiosidade (os valores-notícia) e trazem, além das principais informações de um fato, informações complementares, que auxiliam na composição do relato; apresentam, em geral, título e gravata (subtítulo que explica ou complementa o título) e contam com a contribuição de fontes de informação. Já, as **reportagens**, são os textos que tratam de temas que

A análise do universo nos permite concluir que a cobertura jornalística do IFPR pelo veículo objeto deste estudo teve nos anos de 2011, 2012 e 2013 a maior concentração de matérias jornalísticas publicadas. Das 51 notas, notícias e reportagens coletadas, 29 foram levadas ao público neste período, o que corresponde a 56,8% das reportagens. Além disso, nos anos de 2011, 2012 e 2013 podemos observar que houve a publicação de ao menos uma matéria pertencente a cada eixo temático. O ano de 2013 foi o que mais registrou matérias publicadas, com 14 ocorrências que correspondem a 27,4% do total de matérias. A concentração de eixos temáticos por ano analisado está representada no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 - CONCENTRAÇÃO DE MATÉRIAS E EIXOS TEMÁTICOS POR ANO ANALISADO



FONTE: A autora (2016)

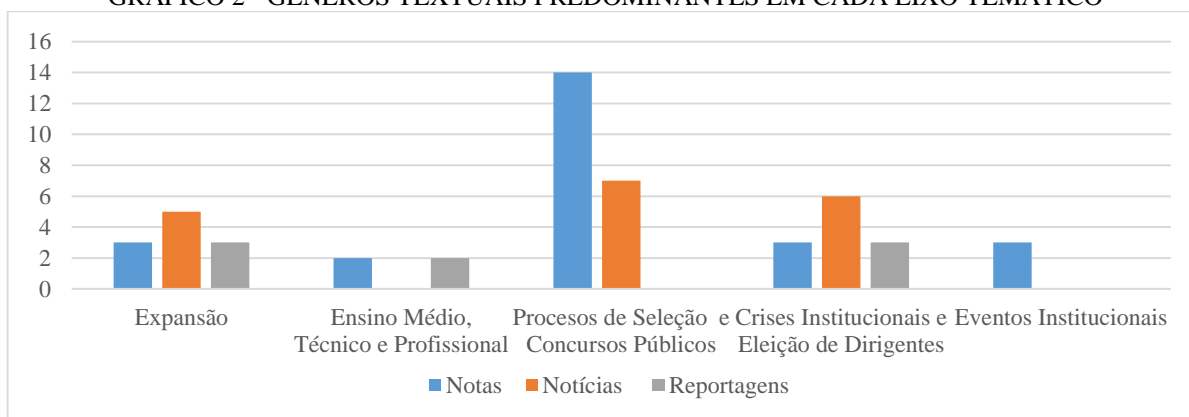
Além do crescimento da cobertura, em número de matérias, entre os anos de 2009 e 2013, é possível perceber, também, que houve uma evolução no que concerne aos temas retratados. No primeiro ano de nossa análise, a cobertura centrou-se exclusivamente nos temas que abordam a expansão da rede profissional e tecnológica (eixo temático Expansão). Aos poucos, novos temas foram sendo incorporados, como os concursos públicos e processos de seleção (fato que não surpreende, visto que uma instituição de ensino no início de suas

não correspondem, necessariamente, ao valor-notícia da atualidade, apesar de sempre terem como gancho um aspecto da realidade social ou assuntos retratados nas próprias notícias. Os assuntos são abordados de forma contextualizada e em geral contam com informações, avaliações ou opiniões de uma ou mais fontes de informação. São os textos mais longos, divididos em várias seções por intertítulos ou então textos auxiliares. “A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e TV. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 65).

atividades vai realizar concursos públicos com números de vagas expressivos, já que é necessário compor seus quadros funcionais de professores e técnicos-administrativos e também admitir, periodicamente, novas turmas de estudantes), problemas enfrentados pela instituição e eleição de dirigentes. Já os assuntos relacionados aos eixos temáticos “Ensino Médio, Técnico e Profissional” e “Eventos Institucionais” são retratados ocasionalmente, de forma isolada.

O eixo temático que mais concentra matérias jornalísticas é o “Processos de Seleção e Concursos Públicos”, com 21 textos, que representam 41,2% do universo analisado, seguido de “Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes”, com 12 textos, que correspondem a 23,5% do total de textos coletados; Expansão, com 11 textos, 21,6% do conjunto; “Ensino Médio, Técnico e Profissional”, com 4 textos, 7,8% dos textos coletados e, por fim, “Eventos Institucionais”, com 3 textos, que representam 5,9% do total de textos coletados. Podemos perceber que o gênero nota é predominante nos eixos “Processos de Seleção e Concursos Públicos” e o único no eixo “Eventos Institucionais”. Já o gênero notícia é maioria nos eixos temáticos “Crises Institucionais e Concursos Públicos” e “Expansão”. No eixo “Ensino Médio, Técnico e Profissional”, registrou-se um mesmo número de notas e reportagens. É importante registrar que em todos os outros eixos as reportagens foram o gênero em menor número.

GRÁFICO 2 - GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTES EM CADA EIXO TEMÁTICO



FONTE: A autora (2016)

Duas considerações podem ser realizadas sobre este cenário. Os temas mais abundantes são também os que despertam maior interesse do ponto de vista jornalístico e também do ponto de vista do leitor. As notas, notícias e reportagens que tratam de vagas de emprego em concursos públicos e também das vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior do IFPR ganham espaço por serem informações relevantes a uma parcela da população interessada em conquistar um cargo público (e todos os benefícios comumente a ele atrelados, como melhores salários e a estabilidade) ou então em obter formação técnica de nível médio ou

superior em uma instituição pública de ensino. Os problemas enfrentados pelo IFPR também são destaque. Todos são assuntos que possuem a “trepidação jornalística” (CRIPA, 2007, p. 107) necessária para estarem nas páginas de um jornal. Por outro lado, temas relacionados à educação profissional e tecnológica são pouco abordados pelo veículo em questão. É interessante notar que todas as matérias inseridas nesta temática se referem aos cursos profissionalizantes ou técnicos de nível médio, sendo que a instituição também oferece cursos de graduação e, ocasionalmente, de pós-graduação, que não são em momento algum abordados. Os eventos institucionais também são pouco explorados, em sua totalidade em textos em formato de nota, não trazendo mais que informações de serviço, faltando muito mais que o mínimo de informação necessária para a contextualização do evento abordado.

Outra observação pertinente diz respeito aos gêneros jornalísticos em cada um dos eixos temáticos analisados. No universo desta pesquisa, as notas representam 49% dos textos, enquanto notícias e reportagens representam 35,3% e 15,7%, respectivamente. Não temos a intenção, aqui, de estabelecer uma hierarquia entre os gêneros jornalísticos, apenas chamar a atenção para o fato de que a ocorrência de um grande número de textos em um dos eixos temáticos não significa que este tenha tido uma cobertura exaustiva ou exemplar, como é o caso do eixo temático Processos de Seleção e Concursos Públicos. Apesar de concentrar o maior número de matérias jornalísticas do universo pesquisado, é também o que apresenta o maior número de notas: 66% dos textos dentro deste grupo são neste formato. Elas trazem as informações essenciais do fato ou evento retratado sem, no entanto, darem um contexto maior sobre eles – como, por exemplo, o que significa, para o Estado do Paraná, ou para as cidades de pequeno e médio porte do interior do estado, a abertura de vagas em cursos técnicos de nível médio ou superiores ou se a contratação de mais professores e técnicos-administrativos em concursos públicos significa, efetivamente, que o governo federal esteja investindo nas novas instituições que oferecem educação técnica e profissionalizante no país.

5.2 A HISTÓRIA DO IFPR NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO

No eixo temático Expansão, classificam-se as matérias que tratam da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Paraná. Basicamente, tratam da criação e inauguração de novas unidades do IFPR nas fases 2 e 3 do plano de expansão da Rede Federal de EPT, entre os anos de 2008 a 2014. Das 11 notas, notícias e reportagens pertencentes ao eixo temático Expansão, três foram selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa.

QUADRO 5 - “DE SEIS ESCOLAS PREVISTAS, QUATRO SÓ OFERTARÃO AULAS EM 2010”

Data de publicação: 17 de novembro de 2008 Editoria: Vida e Cidadania Retranca: Instituto Federal de Educação Gênero: reportagem Repórter: Marco Martins, correspondente em Santo Antônio da Platina	
Texto Principal Título: De seis escolas previstas, quatro só ofertarão aulas em 2010 Gravata: Cumprimento de requisitos exigidos pelo MEC e espera pela doação de terrenos, imóveis e infra-estrutura básica devem atrasar a abertura de cursos	
1	O cronograma de implantação das seis escolas técnicas federais no Paraná deve demorar até 2010 para ser cumprido. Das seis unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) previstas inicialmente para serem construídas no interior do Paraná, apenas duas já iniciaram seu ano letivo. As outras quatro aguardam o cumprimento de requisitos
5	exigidos pelo Ministério da Educação (MEC) ou a doação por parte das prefeituras de terrenos, imóveis e infra-estrutura básica.
10	A unidade de Paranaguá, no litoral do estado, foi a primeira escola a iniciar as suas atividades, em julho deste ano. Segundo o professor Irapuru Flório, diretor da unidade, a agilidade na adaptação de um imóvel que fica no bairro Porto Seguro, doado pela Fundação Educacional, Cultural e Tecnológica de Paranaguá (Funtec), foi fundamental para que a escola pudesse iniciar suas atividades ainda neste ano. Em Paranaguá são oferecidos os cursos de Aqüicultura, Logística e Informática. Em cada um dos cursos estão matriculados 40 alunos.
15	A segunda unidade pronta e com o ano letivo iniciado desde setembro fica em Foz do Iguaçu, onde uma parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu garantiu a instalação do curso de Aqüicultura, com 40 alunos.
20	No papel
25	A realidade das outras quatro unidades anunciadas em julho de 2007 em Telêmaco Borba, Jacarezinho, Umuarama e Paranaíba ainda não passa de um projeto. Segundo o diretor da Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Paraná, professor Alípio Leal Neto, nessas cidades a implantação das unidades ainda aguarda a cessão de terrenos para a construção ou de imóveis para a instalação dos Ifets. “A previsão é de que essas unidades fiquem prontas dentro de 11 meses, mas o início das aulas vai ficar somente para 2010”, afirma o diretor.
30	A sétima unidade do Ifet fica em Londrina e já está pronta para receber os alunos a partir de 2009. Serão oferecidos cursos ligados à área de saúde. A escola terá capacidade para atender mil alunos nos cursos de Prótese Dentária, Higiene Dental, Enfermagem, Massoterapia e Radiologia.
35	Também para o ano que vem, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do governo federal, prevê a implantação da oitava unidade do Ifet em Curitiba, que iria absorver os alunos da escola técnica da UFPR e atender cerca de 4, 5 mil alunos.
40	De acordo com o professor Alípio Leal, a proposta para 2010 também é expandir as unidades pelo interior do estado, com a criação de campus integrados a outras escolas que gradativamente possam ser tornar institutos autônomos. A intenção é a implantar um campus na região Central do estado, provavelmente em Ivaiporã ou Pitanga, e outro em Irati, no Centro-Sul. O mesmo pode acontecer com Santo Antônio da Platina, que inicialmente abrigaria a escola técnica no Norte Pioneiro, mas foi preterida por Jacarezinho.

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

A reportagem “De seis escolas previstas, quatro só ofertarão aulas em 2010” (Quadro 5), publicada no dia 17 de outubro de 2008 no caderno Vida e Cidadania, foi o primeiro registro que tivemos de matéria sobre o Instituto Federal do Paraná no período analisado nesta pesquisa. O texto trata do atraso no cronograma de implantação de seis unidades do IFPR no Paraná. Destas, que já deveriam estar em funcionamento, apenas duas atendem aos estudantes, sendo que a previsão é que as outras iniciem suas atividades em 2010. Após apresentar essas informações, o repórter traz a primeira fonte da matéria, Irapuru Flório, diretor da Unidade da ET/UFPR⁵⁴ em Paranaguá. A voz da personagem é apresentada em discurso indireto: “Segundo o professor Irapuru Flório, diretor da unidade, a agilidade na adaptação de um imóvel que fica no bairro Porto Seguro, doado pela Fundação Educacional, Cultural e Tecnológica de Paranaguá (Funtec), foi fundamental para que a escola pudesse iniciar suas atividades ainda neste ano” (linhas 9 a 12). A esta fala, já na voz do repórter, segue-se a informação de que a outra unidade em funcionamento se localiza no município de Foz do Iguaçu. Em ambas, é reforçado, seja pela voz da fonte ou pela voz do repórter, que a entrada em funcionamento só foi possível graças a parcerias com outras entidades (a Fundação Educacional, Cultural e Tecnológica de Paranaguá – Funtec e o Parque Tecnológico de Itaipu). Nesta primeira parte do texto, percebemos que a voz do repórter, predominantemente, realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, já que a enunciação toda tem como objetivo expor, ou descrever, uma situação pertencente à realidade social – o fato de que quatro das seis escolas técnicas previstas para o Paraná em 2008 só entrarão em funcionamento em 2010. Quando a voz do repórter abre espaço para a voz do diretor de uma das unidades da ET-UFPR, percebemos que há uma mudança no tom desse texto. O que temos agora é uma enunciação que dá uma explicação sobre o fato retratado – mesmo que isso continue a se configurar como um ato de fala com força ilocucionária expositiva, percebemos que há uma mudança no caráter e nos efeitos que a ação pode gerar: passa-se da descrição de uma situação para uma possível explicação sobre ela.

Na segunda parte do texto, iniciada pelo entretítulo “No papel”, o repórter trata das unidades que ainda estão em construção. “A realidade das outras quatro unidades anunciadas em julho de 2007 em Telêmaco Borba, Jacarezinho, Umuarama e Paranaíba ainda não passa de um projeto” (linhas 21 e 22), critica. Em seguida, abre aspas para que a voz do diretor da ET-UFPR possa dar explicações sobre a situação. “Segundo o diretor da Escola Técnica Federal da

⁵⁴ À época da reportagem, a unidade ainda pertencia à Escola Técnica da UFPR, que seria transformada em Instituto Federal do Paraná no mês de dezembro do mesmo ano. No entanto, na matéria, o repórter já se refere às unidades do “Instituto Federal de Educação”, que é, inclusive, a retranscrição da reportagem.

Universidade Federal do Paraná, professor Alípio Leal Neto, nessas cidades a implantação das unidades ainda aguarda a cessão de terrenos para a construção ou de imóveis para a instalação dos Ifets”. “ ‘A previsão é de que essas unidades fiquem prontas dentro de 11 meses, mas o início das aulas vai ficar somente para 2010’, afirma o diretor” (linhas 23 a 28). Aqui, é possível perceber uma mudança no tom da enunciação do repórter, que deixa a ação de descrever a situação e passa a julgá-la. Na voz do diretor da ET-UFPR, percebe-se uma tentativa de defesa da instituição – atitude bastante comum a um dirigente em uma situação em que a eficiência, imagem pública ou até mesmo a idoneidade da organização é ameaçada – um claro ato de fala com força ilocucionária exercitiva. O texto segue apresentando a situação de duas outras unidades – Londrina e Curitiba, cuja previsão de entrada em funcionamento se daria em 2009.

O texto termina com a voz do diretor Alípio Leal, citada de forma indireta. “De acordo com o professor Alípio Leal, a proposta para 2010 também é expandir as unidades pelo interior do estado, com a criação de campus integrados a outras escolas que gradativamente possam se tornar institutos autônomos. A intenção é a de implantar um campus na região Central do estado, provavelmente em Ivaiporã ou Pitanga, e outro em Irati, no Centro-Sul. O mesmo pode acontecer com Santo Antônio da Platina, que inicialmente abrigaria a escola técnica no Norte Pioneiro, mas foi preterida por Jacarezinho” (linhas 39 a 44). Aqui, é possível perceber que o jornalista acata a versão e as informações dadas pela fonte de informação, assumindo, de certa forma, as promessas que a fonte faz sobre a entrada em funcionamento de novas unidades – um ato de fala com força ilocucionária comissiva.

Nesta reportagem, é possível perceber um tom generalizado de crítica à forma como o Instituto Federal do Paraná e o governo federal conduzem o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no estado. Sempre que pode, o repórter faz menção ao atraso, com o uso de palavras que destacam essa situação como “o cronograma **deve demorar**” (linha 1) e “Das seis unidades [...] **apenas duas já iniciaram** seu ano letivo” (linhas 2 a 4). É sabido que o jornalismo possui como um de seus deveres acompanhar as ações do poder público, no sentido de fiscalizar o seu funcionamento e a prestação de serviços à comunidade, denunciando e cobrando medidas de correção quando um destes serviços falha. Neste caso o que verificamos é uma matéria que não fiscaliza, nem denuncia, apenas aponta o atraso na implantação de novas unidades do IFPR. Falta a contextualização e o esclarecimento de situações importantes, como quando o texto se refere a um “cronograma de implantação” (linha 1) sem fornecer maiores explicações sobre a pessoa ou entidade que o estipulou e deveria estar cumprindo. É também importante destacar que esta foi a primeira matéria que fez menção ao IFPR (à época, ainda conhecido como Ifet) no ano de 2008, no mês de novembro. Ou seja, nem

mesmo o leitor assíduo do jornal teria condições de resgatar as informações que permitissem a contextualização da situação retratada.

A matéria foi redigida por um repórter correspondente, situado em Santo Antônio da Platina, município localizado no norte do Paraná e próximo a uma das cidades que foram anunciadas em 2007, como as que receberiam uma unidade do Instituto Federal do Paraná. Nas últimas linhas do texto, o redator faz questão de lembrar: “De acordo com o professor Alípio Leal, a proposta para 2010 também é expandir as unidades pelo interior do estado [...]. A intenção é implantar um campus na região Central do estado, provavelmente em Ivaiporã ou Pitanga, e outro em Irati, no Centro-Sul. O mesmo pode acontecer com Santo Antônio da Platina, que inicialmente abrigaria a escola técnica no Norte Pioneiro, **mas foi preterida por Jacarezinho**” (linhas 39 a 44). A última linha sugere que repórter e jornal tomam partido da comunidade platinense, que poderia ser beneficiada por uma unidade do Instituto Federal do Paraná caso a vizinha Jacarezinho não tivesse sido a escolhida. Sobre este ponto, é necessária uma explicação: a escolha dos municípios que receberiam uma unidade do IFPR baseou-se em um estudo técnico, desenvolvido por uma comissão de servidores ligados à então ET-UFPR, que avaliou a viabilidade de instalação de uma unidade do IFPR na região, bem como no comprometimento das prefeituras municipais em doarem um terreno ou imóvel para a instalação da unidade do IFPR. Muitos governos municipais demonstraram o interesse em ter uma escola do IFPR no local, seja pensando no bem-estar da população, seja porque esta seria uma ótima plataforma para a próxima campanha eleitoral – de fato, ainda hoje, candidatos e ocupantes dos cargos de vereadores, prefeitos e deputados ufanam-se de terem sido os responsáveis por levarem uma unidade do Instituto Federal a determinada localidade. Também é importante lembrar que esta matéria foi publicada cerca de um mês e meio antes da criação, por força de lei, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como veremos adiante. Mais que uma preocupação com o bom funcionamento das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Paraná, esta matéria pode ter sido originada no contexto da insatisfação de uma comunidade ou então de uma esfera de poder em não ter sido a escolhida para abrigar um *campus* de Instituto Federal do Paraná.

QUADRO 6 - INSTITUTO FEDERAL TERÁ CAMPUS EM SETE CIDADES PARANAENSES

Data de publicação: 8 de janeiro de 2009 Editoria: Vida e Cidadania Retranca: Educação Tecnológica Gênero: notícia Repórter: Gladson Angeli, da Gazeta do Povo Online	
Texto Principal Título: Instituto Federal terá câmpus em sete cidades paranaenses Gravata:	
1	O Ministério da Educação divulgou ontem a relação das escolas técnicas que integrarão cada um dos 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet). O Ifet do Paraná terá sete câmpus, localizados em Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba e Umuarama. Hoje está prevista a definição dos reitores dos institutos em cada estado do Brasil.
5	
	Presentes em todos os estados, os Ifets comporão a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De acordo com a portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, Minas, com cinco institutos, é o estado mais contemplado.
10	
	O cronograma de implementação prevê a inauguração de 30 escolas técnicas até março em todo país. Desde o início da expansão do ensino profissionalizante, em 2005, foram entregues 75 unidades. Até 2010, serão 214.
15	No Paraná
	Três unidades do Ifet do Paraná já estão funcionando em Curitiba, Foz e Paranaguá. Trata-se das Escolas técnicas da Universidade Federal do Paraná que se tornaram instituto com a nova determinação do MEC. De acordo com o professor Irapuru Flório, da Escola Técnica da UFPR, de Curitiba, as unidades de Jacarezinho, Paranaíba, Telêmaco Borba e Umuarama, estão em processo licitatório. “Estamos abrindo as propostas esta semana e até o fim do ano essas unidades devem estar prontas”, declarou o professor que integra a comissão de licitação. Conforme Flório, cada unidade deve oferecer entre mil e 1,5 mil vagas. Em Curitiba o número de vagas é maior: 4,5 mil.
20	
25	A relação publicada no Diário Oficial indica todos os municípios que receberão escolas técnicas. Serão 312 câmpus em todo o território nacional, com atuação no ensino médio integrado ao técnico (50% das vagas). Neles serão oferecidos cursos de licenciaturas (20%) e cursos superiores de tecnologia ou de bacharelado tecnológico (30%), além de especializações, mestrado e doutorado profissionais.
30	
	A lei que criou os Ifets foi sancionada em 29 de dezembro do ano passado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 28 de dezembro de 2008⁵⁵, foi sancionada a Lei 11892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o Instituto Federal do Paraná,

⁵⁵ A Lei foi sancionada no dia 28 de dezembro de 2008 e publicada no dia 29 de dezembro de 2008 no Diário Oficial da União. No texto analisado, podemos perceber que o jornalista faz uma confusão entre os termos sancionado e publicado, afirmando que “A lei que criou os Ifets foi sancionada em 29 de dezembro do ano passado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva” (Quadro 6, linhas 31 e 32).

mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) em Instituto Federal. No dia 7 de janeiro de 2009, o Ministério da Educação divulgou quais seriam as 312 unidades, em todo o Brasil, ligadas aos Institutos Federais. Assim, oficialmente, o IFPR passou a ser constituído por sete unidades: Curitiba, Paranaguá e Foz do Iguaçu, que pertenciam à extinta Escola Técnica da UFPR, e outras quatro, que ainda seriam construídas: Jacarezinho, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama. O fato deu origem à notícia “Instituto Federal terá câmpus em sete cidades paranaenses” (Quadro 6), publicada no dia 8 de janeiro de 2009, no Caderno Vida e Cidadania. O texto tem início na voz do repórter, que traz a informação principal – e oficial, já que se refere a uma decisão de um órgão do governo federal, publicizada no Diário Oficial da União⁵⁶ – já nas primeiras linhas do texto. “O Ministério da Educação divulgou ontem a relação das escolas técnicas que integrarão cada um dos 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet).” (linhas 1 e 2). No segundo período do texto, a voz do repórter traz a informação que aproxima o fato da realidade paranaense: “O Ifet do Paraná terá sete câmpus, localizados em Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama” (linhas 2 a 4). Nos dois períodos, os atos de fala realizam a ação de informar ao leitor mais um avanço no processo de criação dos Institutos Federais. Na definição de Austin (1990), possuem força ilocucionária expositiva e correspondem exatamente à força ilocucionária que se espera de um texto jornalístico: a de informar, asseverar com certeza (CHAPARRO, 2007).

O parágrafo se encerra com um terceiro período, em que a voz do repórter informa que a previsão é a de que, naquele mesmo dia, se dará a definição dos reitores de cada Instituto Federal, sem, no entanto, esclarecer a origem desta informação – teria sido ela publicada no DOU? Repassada ao repórter por alguma fonte ligada ao Ministério da Educação? Ao Instituto Federal do Paraná? Também não há mais detalhes se esta definição seria uma primeira sondagem de nomes ou se dela já resultaria o ato oficial que definiria, por força de lei, a nomeação dos primeiros reitores do IFPR. Percebemos aqui que este ato de fala, da forma como foi colocado no texto, pode ter duas consequências: a primeira delas, induzir o leitor a uma situação de dúvida, aquilo que Chaparro (2007) definiu como o “poder de (des)informar” que jornalistas e veículos de comunicação possuem; a segunda, gerar uma expectativa nos leitores, a de conhecerem em breve os novos reitores. Pode-se afirmar que ambas são decorrência de uma força ilocucionária que realiza uma promessa baseada em um possível cenário futuro, que

⁵⁶ O Diário Oficial da União é uma publicação de responsabilidade da Imprensa Oficial, que tem como objetivo dar publicidade aos atos oficiais do Governo Federal. Mais informações sobre a publicação podem ser acessadas na página www.impresanacional.gov.br.

pode ou não se realizar, gerando a situação de incerteza e expectativa, comprometendo o repórter a, no mínimo, trazer novas informações, em um novo texto, sobre os desdobramentos desta nova etapa da constituição dos Institutos Federais. Ao aproximá-lo das classes de verbos ilocucionários desenvolvidos por Austin, pode-se afirmar que este foi um ato de fala com força ilocucionária comissiva, pois compromete o jornalista e o veículo de comunicação a adotar um novo comportamento ou posição – trazer novas informações sobre o fato retratado, em matérias posteriores.

O segundo parágrafo do texto (linhas 7 a 9), constituído por um único período, é um ato ilocucionário que realiza a ação de apresentar novas informações sobre o fato retratado – esclarece que os Institutos Federais estão presentes em todos os estados brasileiros e que Minas Gerais é o que possui mais instituições desta natureza. É um ato de fala que informa e ao mesmo tempo conduz a narrativa. No terceiro parágrafo, mais uma vez, verificamos a realização de um ato de fala que realiza uma promessa que depende, para sua concretização, de um sucesso em um cenário futuro: “O cronograma de implementação prevê a inauguração de 30 escolas técnicas até março em todo país” (linhas 11 e 12). Assim como na reportagem analisada anteriormente, este texto cita um cronograma de implantação, sem esclarecer qual é a entidade responsável pelo controle deste cronograma – nesta notícia, ao contrário da matéria jornalística anterior, é possível inferir que o cronograma é de autoria do órgão responsável pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – o Ministério da Educação. O parágrafo termina com um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que apresenta novas informações que auxiliam na contextualização e esclarecimento do assunto retratado. “Desde o início da expansão do ensino profissionalizante, em 2005, foram entregues 75 unidades” (linhas 12 e 13) e um novo ato de fala com força ilocucionária comissiva, quando o repórter afirma, baseado nas informações oficiais, desta vez com certeza e não apenas como uma possibilidade, que “Até 2010, serão 214” (linha 13) as unidades do IFPR em funcionamento.

A segunda parte do texto inicia-se com o intertítulo “No Paraná”, em que o repórter traz informações referentes às unidades do IFPR que já estão em funcionamento e que ainda vão ser construídas e, também, informações gerais sobre os Institutos Federais, que fecham o texto. O quarto parágrafo se inicia com um ato de fala com força ilocucionária expositiva, já que realiza a ação de acrescentar novas informações sobre um dos aspectos do assunto retratado – as unidades do IFPR que já estão em funcionamento porque pertenciam à ET-UFPR (linhas 17 a 19) – dando continuidade à narrativa e ampliando o contexto para a compreensão do assunto. “Três unidades do Ifet do Paraná já estão funcionando em Curitiba, Foz e Paranaguá. Trata-se das Escolas Técnicas da Universidade Federal do Paraná que se tornaram instituto com

a nova determinação do MEC”. Ainda no mesmo parágrafo, a voz do repórter apresenta a única fonte de informação da matéria, o professor Irapuru Flório, da ET-UFPR, que explica que as novas unidades de Jacarezinho, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama estão em processo licitatório. “Estamos abrindo as propostas esta semana e até o fim do ano essas unidades devem estar prontas” (linhas 21 e 22). Este ato de fala, descrito pela voz do repórter como uma declaração por meio do verbo *dicendi* “declara” (linha 22), realiza uma nova promessa, desta vez sobre a previsão da conclusão das obras (que no momento de realização do ato de fala não tinham sido sequer licitadas) e a entrada em funcionamento das novas unidades do IFPR. O texto volta para a voz do repórter, que continua a citar Flório em discurso indireto, desta vez realizando uma afirmação sobre o número de vagas que serão oferecidas em cada unidade. “Conforme Flório, cada unidade deve oferecer entre mil e 1,5 mil vagas. Em Curitiba o número de vagas é maior: 4,5 mil”. O texto se encerra com dois parágrafos que realizam a ação de informar (linhas 26 a 33), ao apresentar o número de *campi* de Institutos Federais que serão criados em todo o país e a distribuição de vagas entre os diferentes cursos que a instituição oferece, além de relembrar, no último período do texto (linhas 32 e 33) a data em que foi publicada (e não sancionada, como afirma o repórter) a lei que criou os Ifets.

A análise do texto permite afirmar que o repórter se baseou estritamente em informações oficiais – a publicação das informações no DOU e as informações cedidas por uma fonte de informação ligada ao Instituto Federal do Paraná – para a construção da notícia. O tom oficial que assumem as reportagens sobre a temática da educação já havia sido apontado por Cripa (2007) no estudo sobre a cobertura da Educação no jornal Folha de S. Paulo nos anos de 1973 e 2002. Segundo o autor, esta dependência da versão oficial seria consequência de um problema de ordem estrutural no contexto da produção das notícias e reportagens, em que o fazer jornalístico é encarado como um “esquema pré-fabricado”, que prescinde da apuração de informações fora dos limites da redação. “Não estaria a *FSP* produzindo matérias que se repetem ano após ano sem criatividade e sem que o jornalista precise sair da redação para pesquisar e levantar dados?” (CRIPA, 2007, p. 116), questiona-se. Em nosso objeto de pesquisa e aproximando estas reflexões da análise pragmática, podemos afirmar que o veículo de comunicação estudado, ao aceitar e fazer seu o discurso institucional do Ministério da Educação e do Instituto Federal do Paraná, reproduz e endossa todas as promessas realizadas por estas instituições, como as previsões de datas para nomeação de gestores, de início e conclusão de obras, de aberturas de vagas em cursos técnicos ou de graduação.

QUADRO 7 - ATRASO NAS AULAS ATRAPALHA ALUNOS

Data de publicação: 12 de abril de 2010 Editoria: Vida e Cidadania Retranca: IFPR Gênero: reportagem Repórter: Marco Martins, correspondente em Santo Antônio da Platina	
Texto Principal Título: Atraso nas aulas atrapalha alunos Gravata: Dois mil estudantes terão a formatura adiada em um semestre por causa das obras inacabadas	
1	Jacarezinho - Boa parte dos dois mil alunos do Instituto Federal Tecnológico do Paraná (IFPR) terá de aguardar até maio pelo início das aulas em pelo menos seis dos seus 13 campus espalhados pelo estado. As aulas, previstas para iniciar em março, terão atraso de dois meses por causa da demora do Ministério da Educação em liberar as vagas para contratação de
5	professores e técnicos administrativos. Com a mudança, a previsão é que os cursos, que têm duração de dois anos, sejam concluídos apenas em abril de 2012 e não mais no final de 2011, como estava previsto.
10	De acordo com a Reitoria do instituto, a demora do MEC fez com que a liberação das vagas fosse publicada no Diário Oficial da União somente no dia 1.º de fevereiro, e só depois disso a pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assuntos Estudantis pôde iniciar o processo de lançamento do edital para os concursos públicos. Apesar disso, o IFPR explica que não haverá prejuízos para os estudantes. Conforme a pró-reitora de Ensino, Edilomar Leonart, os cursos ofertados não são contados por dia letivo e sim por carga horária.
15	“Faremos ajustes na carga horária para não permitir que os nossos alunos sejam prejudicados”, explica. De acordo com ela, a diferença de dois meses era prevista pela instituição, que considerava a possibilidade de o MEC não liberar as vagas para professores em tempo hábil. “Nós já considerávamos essa janela de tempo porque sabíamos que
20	difficilmente o MEC liberaria novas vagas sem que as anteriores tivessem sido preenchidas”. Segundo a pró-reitora, o ministério faz uma avaliação única da necessidade de contratação nas mais de 30 unidades do instituto espalhados pelo Brasil. Só depois disso os campus são autorizados a iniciar o processo. Porém ainda haviam vagas não preenchidas para o exercício 2008/09 em várias cidades do país.
25	Inicialmente, serão contratados 200 professores e outros 100 técnicos de nível médio e superior. As provas, que são descentralizadas, já estão sendo aplicadas em cada uma das 13 unidades no Paraná. As aulas deste ano letivo nos campus de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Paranaguá, abertos no ano passado, já foram iniciadas em março porque parte do
30	quadro de professores e técnicos já havia sido preenchida no ano passado.
	Obras
35	Dos nove novos campus construídos neste ano pelo IFPR, apenas as unidades Jacarezinho, no Norte Pioneiro, Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, e Assis Chateaubriand, no Oeste, ainda não estão prontas para receber os alunos. Mesmo assim, a Reitoria não considera que as obras estejam atrasadas. Para o IFPR, em todas essas localidades as construtoras estão dentro do prazo de contrato e as obras, obedecendo ao cronograma.
40	Segundo a assessoria de comunicação do IFPR, se até 24 de maio essas unidades não estiverem prontas, já há um acordo firmado com as prefeituras que prevê a cessão de um espaço provisório para que as primeiras aulas do ano letivo sejam aplicadas, sem que o cronograma atrase ainda mais.
45	

	Em Umuarama e Paranavaí, no Noroeste, as obras foram concluídas semana passada. Em Palmas, no Sul, o IFPR aproveitou a estrutura das Faculdades Integradas Católicas de Palmas (Facipal) para instalar seu campus. As obras do campus de Telêmaco Borba, nos Campos Gerais, foram concluídas e o ano letivo já foi iniciado, assim como em Irati, no Centro Sul, e Ivaiporã, na região Central.
--	---

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 9 de abril de 2010, o jornal Gazeta do Povo publicou na editoria Vida e Cidadania a reportagem “Atraso nas aulas atrapalha alunos” (Quadro 7), mais uma vez um texto produzido pelo correspondente do jornal em Santo Antônio da Platina. O texto refere-se ao atraso no início das aulas nas novas unidades do IFPR, causado pela demora, por parte do Ministério da Educação, em liberar as vagas para contratação de servidores docentes e técnico-administrativos para as novas unidades, não apenas as do Paraná, mas de todo o Brasil. O primeiro parágrafo da reportagem tem início na voz do jornalista, que abre o texto contrariando uma das mais importantes convenções sobre o relato jornalístico: a exatidão das informações veiculadas. “**Boa parte** dos dois mil alunos do Instituto Federal Tecnológico do Paraná (IFPR) terá de aguardar até maio pelo início das aulas em **pelo menos** seis dos seus 13 campus espalhados pelo estado” (linhas 1 a 3, destaque nosso). O ato de fala, que possui força ilocucionária expositiva, realiza a ação de afirmar que uma parcela dos estudantes do IFPR terá o início de suas aulas atrasadas em dois meses. Mesmo demonstrando tanta certeza, o entendimento do leitor é colocado em risco, já que o repórter não consegue, no texto, especificar quantos são os estudantes que vão ficar sem aulas nem mesmo quantas são, ao certo, as unidades afetadas pela situação. É válido notar que o nome da instituição também é apresentado de forma equivocada, já que, na data da publicação da reportagem, o nome Instituto Federal do Paraná, com sigla IFPR, já era o utilizado de forma corrente pelo Ministério da Educação, pela instituição e por outras entidades em geral. O tom de assertividade continua no segundo período do parágrafo: “As aulas, previstas para iniciar em março, terão atraso de dois meses por causa da demora do Ministério da Educação em liberar as vagas para contratação de professores e técnicos administrativos” (linhas 3 a 5). Aqui, além de informar, percebe-se que o ato de fala oferece uma explicação para o problema: a demora do Ministério da Educação em liberar as vagas para contratação de professores e outros profissionais, que ocuparão os cargos na área administrativa das unidades, que expressa novamente uma força ilocucionária expositiva. O parágrafo termina com um ato de fala que, ao expressar uma previsão sobre uma situação ou acontecimento futuro, realiza uma promessa, que pode ou não vir a se realizar. “Com a mudança, a previsão é que os cursos, que têm duração de dois anos, sejam concluídos apenas em abril de 2012 e não mais no final de 2011, como estava previsto” (linhas 5 a 7).

O segundo parágrafo apresenta a explicação oficial, na voz da Reitoria do IFPR, citada de forma indireta, para a situação de atraso. “De acordo com a Reitoria do instituto, a demora do MEC fez com que a liberação das vagas fosse publicada no Diário Oficial da União somente no dia 1.º de fevereiro, e só depois disso a pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assuntos Estudantis pôde iniciar o processo de lançamento do edital para os concursos públicos” (linhas 9 a 12). O ato de fala realizado pela voz do repórter relata a explicação oficial, constituindo-se como um ato de fala com força ilocucionária expositiva, sendo que a voz da Reitoria, ao dar a explicação, realiza um ato de fala com força ilocucionária veriditativa – por meio do uso da linguagem, a organização busca atribuir ao que afirma o valor de verdade – e também com força ilocucionária exercitativa, já que busca convencer o leitor e a comunidade em geral de que aquele é o ponto de vista oficial e verdadeiro. O parágrafo continua a trazer a versão do IFPR na forma de discurso indireto: “Apesar disso, o IFPR explica que não haverá prejuízos para os estudantes” (linhas 12 e 13), uma promessa a todos aqueles que, aprovados em um processo de seleção e matriculados nos cursos oferecidos pelo IFPR, aguardam o início das aulas. O parágrafo se encerra com a introdução da primeira voz de uma fonte de informação: “Conforme a pró-reitora de Ensino, Edilomar Leonart, os cursos ofertados não são contados por dia letivo e sim por carga horária” (linhas 13 e 14), um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que traz novas informações e dá continuidade ao texto.

O terceiro parágrafo inicia com a voz da professora Edilomar Leonart, pró-reitora de Ensino do IFPR. “‘Faremos ajustes na carga horária para não permitir que os nossos alunos sejam prejudicados’, explica” (linhas 16 e 17). Apesar de ser apresentada como uma explicação pela voz do repórter, por meio do verbo *dicendi* “explica”, podemos perceber que a voz da fonte de informação ligada ao IFPR realiza uma promessa. O texto segue trazendo novas informações na voz da fonte de informação, primeiramente em discurso indireto e, posteriormente, como uma citação, evidenciando que a instituição já estava preparada para a possibilidade do atraso no início das aulas. “De acordo com ela, a diferença de dois meses era prevista pela instituição, que considerava a possibilidade de o MEC não liberar as vagas para professores em tempo hábil. ‘Nós já considerávamos essa janela de tempo porque sabíamos que dificilmente o MEC liberaria novas vagas sem que as anteriores tivessem sido preenchidas’” (linhas 17 a 20). No período, a voz do repórter realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, já que adiciona novas informações ao texto e abre espaço para a voz da fonte de informação. Esta, por meio do ato de fala, dá uma explicação acerca dos procedimentos adotados pela instituição para contornar o atraso nas aulas, que já era esperado. Novamente, é um ato de fala que busca convencer os leitores sobre a seriedade do trabalho da instituição, além de apresentar este como

o ponto de vista mais correto sobre os assuntos retratados, com força ilocucionária comissiva e veriditiva. O parágrafo se encerra com informações atribuídas à fonte de informação, citada de forma indireta. “Segundo a pró-reitora, o ministério faz uma avaliação única da necessidade de contratação nas mais de 30 unidades do instituto espalhados pelo Brasil. Só depois disso os campus são autorizados a iniciar o processo. Porém ainda haviam vagas não preenchidas para o exercício 2008/09 em várias cidades do país” (linhas 21 a 24). Todo o ato de fala possui uma força ilocucionária expositiva, pois busca trazer novas informações que auxiliam a contextualizar o assunto discutido.

No quarto parágrafo, o texto retorna para a voz do repórter, que realiza ato de fala com força ilocucionária comissiva, já que ao informar o número de professores e técnicos administrativos que serão contratados, com base nas informações repassadas pela instituição, acaba por comprometer-se com a realização desse cenário no futuro. “Inicialmente, serão contratados 200 professores e outros 100 técnicos de nível médio e superior” (linhas 26 e 27). Nos períodos seguintes (linhas 27 a 30), traz novas informações sobre a realização das provas para contratação de novos servidores e esclarece que as aulas nos *campi* de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Paranaguá já se iniciaram, pois estas unidades contam com a estrutura e corpo docente da extinta Escola Técnica da UFPR, um ato de fala com força ilocucionária expositiva, portanto.

A segunda parte do texto é iniciada pelo intertítulo “Obras”, que faz um panorama sobre o estágio em que se encontra a construção das edificações que vão abrigar os nove novos *campi* do IFPR. O quinto parágrafo inicia-se com um ato de fala expositivo, em que a voz do repórter realiza a ação de afirmar: “Dos nove novos campus construídos neste ano pelo IFPR, apenas as unidades Jacarezinho, no Norte Pioneiro, Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, e Assis Chateaubriand, no Oeste, ainda não estão prontas para receber os alunos” (linhas 34 a 36). Em seguida, dispara: “**Mesmo assim**, a Reitoria não considera que as obras estejam atrasadas. **Para o IFPR**, em todas essas localidades as construtoras estão dentro do prazo de contrato e as obras, obedecendo ao cronograma” (linhas 36 a 38, grifo nosso). Neste período, é possível perceber que a voz do repórter realiza um ato de fala com força ilocucionária veriditiva, pois, ao utilizar a expressão “mesmo assim”, realiza um julgamento sobre a atitude do IFPR, que não avalia as obras que ainda não foram concluídas como um atraso, como se faltasse aos gestores da instituição a capacidade de compreender a gravidade da situação. A expressão “para o IFPR”, que inicia a segunda frase do período, reforça o tom de crítica, como se afirmasse “apenas eles não conseguem enxergar o atraso”, mesmo quando a organização afirma que as obras estão dentro do cronograma.

O sexto parágrafo traz a voz de uma nova fonte de informação, a Assessoria de Comunicação do IFPR, que, citada em discurso indireto, realiza a ação de esclarecer que, caso as obras não sejam concluídas até o fim de maio, já existem acordos para que o IFPR possa utilizar locais provisórios para o início das atividades letivas. “Segundo a assessoria de comunicação do IFPR, se até 24 de maio essas unidades não estiverem prontas, já há um acordo firmado com as prefeituras que prevê a cessão de um espaço provisório para que as primeiras aulas do ano letivo sejam aplicadas, sem que o cronograma atrase ainda mais” (linhas 40 a 43). O texto se encerra no sexto parágrafo (linhas 45 a 49), no qual a voz do repórter realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, ao trazer informações sobre os *campi* cujas obras já foram concluídas.

É correto afirmar que este texto, assim como o primeiro analisado neste eixo temático, assume um tom de crítica em relação ao atraso no início das aulas e, na segunda parte do texto, ao atraso na conclusão das obras em quatro novas unidades do IFPR. A fim de concretizar essa crítica, o texto é construído de tal forma que pode levar o leitor desatento ao erro. Em uma única parte, e na voz da fonte de informação que fala em nome do IFPR, é dado espaço para a informação de que a demora no início das aulas não é uma exclusividade da instituição: todas as novas unidades de Institutos Federais, que dependiam da contratação de professores e técnicos-administrativos para o início de suas atividades, foram afetadas pela demora do Ministério da Educação em liberar as vagas para a contratação dos profissionais. Também mostra, especialmente no primeiro parágrafo, o descuido com a apuração das informações e redação, ao veicular imprecisões inadmissíveis em um texto jornalístico, como a expressão “Boa parte dos dois mil alunos” (linha 1) e “em pelo menos seis dos seus 13 campus” (linha 2) e o nome errado da instituição.

É importante lembrar, no entanto, que este texto, assim como todos os outros que analisamos nesta pesquisa, não é fruto exclusivo do trabalho do repórter. Assim como mostramos no Capítulo 3, o relato jornalístico é resultado de uma intrincada rede de processos, que mobiliza atores hierarquizados em diferentes instâncias, os quais possuem maior ou menor poder de moldar o texto jornalístico conforme a posição que ocupam. Certas instâncias, como aquela em que acontece a edição dos textos jornalísticos, possuem maior poder nesta cadeia. De acordo com Chaparro (2007), todo este sistema de produção demonstra sintomas de uma “patologia generalizada de princípios”:

Os próprios jornais, que deviam exigir de seus profissionais comportamentos morais rigorosos, no que diz respeito à veracidade dos relatos jornalísticos, dão frequentemente demonstrações de que os discursos éticos dos editoriais, sempre

exaltadores dos compromissos com a verdade, não passam de retórica hipócrita (CHAPARRO, 2007, p. 132).

Os erros de apuração e as imprecisões no texto analisado passaram por, pelo menos, mais uma pessoa – certamente o responsável pela editoria – e foram aceitos por ela antes de serem publicados.

5.3 A IRRELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

As reportagens do eixo temático Ensino Médio, Técnico e Profissional tratam das iniciativas ligadas a estes níveis de ensino, como a criação de novos cursos, promovidas pelo IFPR ou por outras instituições ou então por outros órgãos ligados à Administração Pública, que tenham o IFPR como parceiro. No universo estudado, foi um dos Eixos Temáticos que menos apresentou registros – quatro, sendo que dois deles são reportagens e dois são textos no formato de nota, ficando à frente apenas do eixo temático Eventos Institucionais, com três registros. Para o *corpus* desta pesquisa, foram dois os textos selecionados, como mostramos agora.

QUADRO 8 - CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS

Data de publicação: 20 de novembro de 2011	
Editoria: Vida e Cidadania	
Retranca: Curitiba	
Gênero: nota	
Repórter:	
Texto Principal	
Título: Curso de Cuidador de Idosos	
Gravata:	
1	O câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná ofertará cursos gratuitos de cuidadora de idosos e de cuidadora de crianças, com 160 horas de duração cada (quatro meses). As interessadas precisam ter mais de 18 anos e ensino fundamental completo. A iniciativa faz parte do Programa Mulheres Mil, promovido pelo governo federal com o objetivo de melhorar a renda e elevar a escolaridade das brasileiras em situação de vulnerabilidade social. A inscrição deve ser feita presencialmente na próxima quarta-feira, das 13h30 às 17h30, na Rua João Negrão, 1.285. É necessário levar fotocópias simples do documento de identidade e do CPF, além do histórico escolar do fundamental.
5	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 20 de novembro de 2011, o jornal Gazeta do Povo publicou a nota “Curso de Cuidador de Idosos” (Quadro 8), na editoria Vida e Cidadania. O texto trata das inscrições nos cursos de Cuidadora de Idosos e de Cuidadora de Crianças, oferecidos pelo IFPR no âmbito do

Programa Mulheres Mil⁵⁷, de iniciativa do Governo Federal. O título refere-se apenas a um dos cursos oferecidos – o de cuidadora de idosos; além disso, é possível perceber que não apresenta as características de um título jornalístico, tais como a presença de um agente e de um verbo ou então a força necessária para chamar a atenção do leitor.

O texto é composto por um único parágrafo. Tem início com um ato de fala com força ilocucionária expositiva e realiza a ação de apresentar ao leitor as principais informações sobre os cursos – são gratuitos, com 160 horas de duração – e as estudantes aptas a cursá-lo: mulheres acima dos 18 anos, com ensino fundamental completo. “O câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná ofertará cursos gratuitos de cuidadora de idosos e de cuidadora de crianças, com 160 horas de duração cada (quatro meses). As interessadas precisam ter mais de 18 anos e ensino fundamental completo” (linhas 1 a 3). A este ato de fala segue-se outro, que realiza a ação de dar mais informações sobre os cursos, contextualizando o leitor sobre a iniciativa da qual fazem parte: “A iniciativa faz parte do Programa Mulheres Mil, promovido pelo governo federal com o objetivo de melhorar a renda e elevar a escolaridade das brasileiras em situação de vulnerabilidade social” (linhas 3 a 5), outro ato de fala com força ilocucionária expositiva. O texto termina com orientações às interessadas em realizar a inscrição: informa endereço e horários, além dos documentos necessários para o procedimento. “A inscrição deve ser feita presencialmente na próxima quarta-feira, das 13h30 às 17h30, na Rua João Negrão, 1.285. É necessário levar fotocópias simples do documento de identidade e do CPF, além do histórico escolar do fundamental” (linhas 5 a 8), mais um ato de fala com força ilocucionária expositiva.

Todo o texto analisado constitui-se como um grande ato de fala com força ilocucionária expositiva. Do ponto de vista jornalístico – excluindo-se o título, obviamente – apresenta-se de forma correta, contendo as informações mais importantes, que permitem às interessadas, ao menos, saber onde encontrar mais informações sobre o curso ofertado. O texto poderia, no entanto, ter-se alongado em aspectos que consideramos importantes, como explicar, de forma mais completa, o que é o programa Mulheres Mil e qual é o perfil considerado como de “vulnerabilidade social”. Como já mostramos anteriormente, o formato de nota corresponde a 49% dos textos no universo analisado. Podemos afirmar que este tipo de texto é o espaço

⁵⁷ Os cursos do Programa Mulheres Mil são oferecidos pelas instituições que conformam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O programa teve início em 2007, oferecido inicialmente em 12 estados das regiões Norte e Nordeste do país. Visava promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade. Em 2011, o Ministério da Educação (MEC) ampliou a abrangência da ação para todo o país, oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas. Em 2013, o Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Mais informações sobre o programa podem ser encontradas na página: www.portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil.

preferencial reservado, pelo jornal, ao IFPR e seus cursos, especialmente quando tratam dos cursos técnicos de nível médio e aqueles destinados à capacitação profissional. Vale a pena registrar que não foi encontrada uma única matéria, no grupo de reportagens que têm o IFPR como assunto principal, que tratasse da oferta de cursos superiores pela instituição – que aconteceram desde a entrada em funcionamento do IFPR, em 2009, na unidade de Curitiba.

QUADRO 9 - CURSOS TÉCNICOS E DIVERTIDOS, PARA TODOS OS GOSTOS

Data de publicação: 14 de abril de 2013 Editoria: Vida e Cidadania Retranca: Educação Gênero: reportagem Repórter: Derek Kubaski, especial para Gazeta do Povo	
Texto Principal Título: Cursos técnicos e divertidos, para todos os gostos Gravata: Instituto Federal do Paraná oferece opções menos tradicionais, como programação de Jogos Digitais	
1	Em vez de só se divertir com o videogame, que tal desenvolver um jogo? Ou subir da plateia para o palco em uma peça de teatro? O primeiro passo pode ser dado logo depois da conclusão do ensino fundamental, por meio de um curso técnico. Programação de Jogos Digitais, Arte Dramática e Orientação Comunitária são algumas das opções não muito “tradicionais”
5	oferecidas pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Só em 2013, foram abertos 68 cursos gratuitos de nível técnico presenciais – em diversas áreas do conhecimento – nos 14 câmpus espalhados pelo Paraná e mais 17 na modalidade de Educação a Distância (EAD). Em todos eles, o candidato precisa passar por um processo seletivo e, obtendo a vaga, terá de desenvolver um projeto útil à sociedade até o fim do curso.
10	Formado em Jogos Digitais no ano passado pelo IFPR de Curitiba, Antônio Henrique Bastos Cordeiro, 17 anos, já está trabalhando como técnico de programação numa empresa especializada em organização de banco de dados situada na capital. Ele conta que, quando ainda era criança, em Araucária, já sonhava em fazer algo ligado à produção de jogos. “Eu brincava, mas também já tinha uma vontade de saber como se fazia aquilo”, relata. Cordeiro integrou a primeira turma do curso de Jogos Digitais, em 2010.
15	
20	O curso é ofertado na modalidade integrada ao ensino médio, ou seja, os alunos fazem todas as disciplinas regulares no próprio IFPR, junto com as disciplinas específicas da produção de jogos, como Modelagem 3D, Programação e Design. O coordenador do curso, professor Marlon Vaz, acredita que a integração é muito positiva. “No projeto final, eles têm de apresentar um game que, além da viabilidade, seja educativo e estimule a colaboração entre as pessoas”, afirma.
25	Foi pensando na necessidade de juntar o prazer ao estímulo do hábito da leitura que Antônio e o colega Wilson Roberto Vitorino Junior – sob orientação da professora Vanessa Lopes Ribeiro – desenvolveram um game educativo chamado “Meu jogo de Maupassant”. Por meio do game, o jogador interage numa história construída com base em contos de terror clássicos, como os do próprio escritor francês Guy de Maupassant – que empresta o sobrenome ao projeto – e os do norte-americano Edgar Allan Poe.
30	
	Conhecer primeiro, para ajudar depois
35	O câmpus de Assis Chateaubriand, no Oeste do estado, é um dos que oferta o curso técnico de Orientação Comunitária para quem já concluiu o ensino médio. Com um ano e meio de

40	duração, o currículo enfatiza uma formação que permite ao aluno entender a sociedade à sua volta. “Temos empresas, ONGs e cooperativas que demandam profissionais especializados em desenvolvimento de projetos sociais. Para que haja uma boa execução desse tipo de projeto, a pessoa que o desenvolve precisa aliar a vontade de fazer a alguns conhecimentos de Filosofia e Sociologia, por exemplo”, explica o coordenador, professor Daniel Salésio Vandresen.
45	A pedagoga Raquel Fragoso, 45 anos, está no terceiro e último semestre da segunda turma do curso em Assis Chateaubriand. Quando trabalhou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da cidade, por seis anos, ela se deparou com diversas situações difíceis associadas à violência contra a mulher. “Isso me inspirou e o meu projeto de conclusão de curso será uma palestra, para um público estimado em cerca de 150 pessoas, sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. Esta palestra deve ocorrer em meados de junho deste ano”, diz Raquel.
50	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 14 de abril de 2013, o jornal Gazeta do Povo publicou a reportagem “Cursos técnicos e divertidos, para todos os gostos” na editoria Vida e Cidadania. O texto apresenta os cursos técnicos nas formas de oferta integrado⁵⁸ e subsequente⁵⁹ do IFPR que fogem das tradicionais opções oferecidas pelas instituições especializadas na educação profissionalizante. O texto inicia com a voz do repórter que realiza perguntas diretamente ao leitor. “Em vez de só se divertir com o videogame, que tal desenvolver um jogo? Ou subir da plateia para o palco em uma peça de teatro?” (linhas 1 e 2). Mais do que uma pergunta, o período realiza um convite para que o leitor se aproxime da temática retratada ao se imaginar nas situações sugeridas – um ato de fala com força ilocucionária exercitiva – e também é uma estratégia para reter a atenção do leitor – um ato de fala com força ilocucionária expositiva. O período serve como introdução para o parágrafo, que traz informações sobre os cursos técnicos do IFPR: “O primeiro passo pode ser dado logo depois da conclusão do ensino fundamental, por meio de um curso técnico. Programação de Jogos Digitais, Arte Dramática e Orientação Comunitária são algumas das opções não muito ‘tradicionais’ oferecidas pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Só em 2013, foram abertos 68 cursos gratuitos de nível técnico presenciais – em diversas áreas do conhecimento – nos 14 câmpus espalhados pelo Paraná e mais 17 na modalidade de Educação a Distância (EAD). Em todos eles, o candidato precisa passar por um processo seletivo e, obtendo a vaga, terá de desenvolver um projeto útil à sociedade até o fim do curso” (linhas 2 a

⁵⁸ Segundo informações disponibilizadas no Portal do IFPR, os cursos técnicos de nível médio na forma de oferta integrado são planejados “de modo que o aluno conclua o Ensino Médio juntamente com uma habilitação profissional técnica de nível médio. Esta modalidade é oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental” (IFPR, 2016).

⁵⁹ Segundo informações disponibilizadas no Portal do IFPR, os cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente “são oferecidos somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Após concluído o curso, o aluno receberá diploma de profissionalização em nível técnico” (IFPR, 2016).

9). Todo o parágrafo realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva: a ação de informar, trazer novos dados que permitem a compreensão do assunto retratado.

O segundo parágrafo traz a primeira fonte de informação da reportagem, o técnico em Programação de Jogos Digitais Antônio Henrique Bastos Cordeiro, formado pelo IFPR. O primeiro período do texto apresenta o profissional e revela que o desejo em trabalhar na área nasceu ainda na infância. “Formado em Jogos Digitais no ano passado pelo IFPR de Curitiba, Antônio Henrique Bastos Cordeiro, 17 anos, já está trabalhando como técnico de programação numa empresa especializada em organização de banco de dados situada na capital. Ele conta que, quando ainda era criança, em Araucária, já sonhava em fazer algo ligado à produção de jogos” (linhas 11 a 14). Em seguida, segue-se a voz do técnico – ““Eu brincava, mas também já tinha uma vontade de saber como se fazia aquilo”, relata” (linhas 14 e 15) – que dá um testemunho sobre a experiência ou história de vida que o levou a buscar um curso técnico em uma área considerada tão inovadora quanto a dos jogos digitais, realizando um ato de fala com força ilocucionária expositiva. O parágrafo termina com a voz do repórter, que encerra esta parte do texto realizando a ação de adicionar uma nova informação: “Cordeiro integrou a primeira turma do curso de Jogos Digitais, em 2010” (linhas 15 e 16), um ato de fala com força ilocucionária expositiva.

No terceiro parágrafo, a voz do repórter apresenta mais informações sobre o curso: “O curso é ofertado na modalidade integrada ao ensino médio, ou seja, os alunos fazem todas as disciplinas regulares no próprio IFPR, junto com as disciplinas específicas da produção de jogos, como Modelagem 3D, Programação e Design” (linhas 18 a 20), mais um ato de fala com força ilocucionária expositiva. A este ato segue-se outro, com mesma força ilocucionária, que realiza a ação de apresentar a voz de uma nova fonte de informação: “O coordenador do curso, professor Marlon Vaz, acredita que a integração é muito positiva” (linhas 20 e 21). Já a voz da fonte de informação realiza a ação de explicar o que é o projeto final do curso e a sua importância. ““No projeto final, eles têm de apresentar um game que, além da viabilidade, seja educativo e estimule a colaboração entre as pessoas”, afirma” (linhas 21 a 23).

É possível perceber que há um descompasso entre o que afirma a voz do jornalista sobre a ação que realiza a voz da fonte de informação. A voz do jornalista refere-se à “integração” (linha 21), julgada como positiva pelo coordenador de curso, segundo texto do repórter. O professor, por sua vez, dá explicações sobre o projeto final do curso. Quem conhece um pouco do funcionamento do IFPR sabe que os estudantes desenvolvem “projetos integradores”, nos quais articulam os conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas para a realização de um projeto de conclusão de curso. Isso, no entanto, não fica claro da forma como

foi colocado no texto, podendo levar à confusão com a expressão “modalidade **integrada** ao ensino médio”, citada na linha 18.

O quarto e último parágrafo desta primeira parte do texto apresenta novamente o técnico em Programação de Jogos Digitais Antônio, primeira fonte de informação do texto, e outro colega, Wilson, que, agora, são apresentados como *cases*⁶⁰ de estudantes que desenvolveram um projeto de conclusão de curso que tem a integração como característica. “Foi pensando na necessidade de juntar o prazer ao estímulo do hábito da leitura que Antônio e o colega Wilson Roberto Vitorino Junior – sob orientação da professora Vanessa Lopes Ribeiro – desenvolveram um game educativo chamado ‘Meu jogo de Maupassant’” (linhas 25 a 28). A este ato de fala, que realiza a ação de apresentar as motivações que levaram os estudantes a realizar semelhante projeto, segue-se outro, que realiza a ação de descrever o funcionamento do jogo. “Por meio do game, o jogador interage numa história construída com base em contos de terror clássicos, como os do próprio escritor francês Guy de Maupassant – que empresta o sobrenome ao projeto – e os do norte-americano Edgar Allan Poe” (linhas 27 a 30). Ambos são atos de fala com força ilocucionária expositiva.

A segunda parte do texto tem início com o intertítulo “Conhecer primeiro, para ajudar depois”, e traz mais informações sobre um segundo curso técnico oferecido pelo IFPR, considerado “menos tradicional”, assim como o repórter especificou na gravata do título principal: o curso técnico em Orientação Comunitária, oferecido pelo *campus* localizado no município de Assis Chateaubriand, no Oeste do Paraná. O parágrafo inicia com um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de dar mais informações sobre o curso. “O câmpus de Assis Chateaubriand, no Oeste do estado, é um dos que oferta o curso técnico de Orientação Comunitária para quem já concluiu o ensino médio. Com um ano e meio de duração, o currículo enfatiza uma formação que permite ao aluno entender a sociedade à sua volta” (linhas 34 a 37). Em seguida, apresenta a voz do coordenador do curso, que realiza a ação de esclarecer o campo de atuação dos futuros profissionais. “‘Temos empresas, ONGs e cooperativas que demandam profissionais especializados em desenvolvimento de projetos sociais. Para que haja uma boa execução desse tipo de projeto, a pessoa que o desenvolve precisa aliar a vontade de fazer a alguns conhecimentos de Filosofia e Sociologia, por exemplo’, explica o professor Daniel Salésio Vandresen” (linhas 38 a 42).

⁶⁰ De acordo com o jargão jornalístico, os *cases* são os indivíduos apresentados como “personagens” ou “ilustrações” dos fatos retratados em uma notícia ou reportagem e diferenciam-se das fontes de informação justamente pelo teor das suas contribuições nos relatos jornalísticos: não prestam novas informações ou dão um testemunho sobre o assunto, mas servem como exemplo, auxiliando a contar a história pretendida pelo repórter.

O sexto parágrafo apresenta a terceira fonte de informação do texto, a estudante Raquel Fragoso, que conclui o curso técnico em questão. O parágrafo inicia com um ato de fala com força ilocucionária expositiva, em que a voz do repórter apresenta a estudante e o que a levou a desenvolver uma palestra como projeto de conclusão de curso. “A pedagoga Raquel Fragoso, 45 anos, está no terceiro e último semestre da segunda turma do curso em Assis Chateaubriand. Quando trabalhou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da cidade, por seis anos, ela se deparou com diversas situações difíceis associadas à violência contra a mulher” (linhas 44 a 47). A voz da fonte de informação realiza a ação de dar mais explicações sobre o projeto. “‘Isso me inspirou e o meu projeto de conclusão de curso será uma palestra, para um público estimado em cerca de 150 pessoas, sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. Esta palestra deve ocorrer em meados de junho deste ano’, diz Raquel” (linhas 47 a 50). Ambas as vozes realizam atos de fala com força ilocucionária expositiva.

Esta é uma das poucas reportagens do *corpus* analisado que possuem um tom positivo sobre a instituição, que valoriza a atividade-fim a que se destina o IFPR – a oferta de cursos de formação profissional, científica e tecnológica –, mesmo que tenha focalizado apenas os cursos técnicos de nível médio dentro de um escopo bastante limitado, como discutiremos adiante. Vale a pena ressaltar o contexto em que o texto foi produzido: é fruto de uma ação de assessoria de imprensa⁶¹, que buscou reverter o impacto negativo causado por outra matéria, que analisaremos em seguida no eixo temático Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes, que tratava da alta taxa de evasão nos cursos oferecidos pelos Institutos Federais, apontada por um relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), publicado no mês de abril de 2013. Aqui, notamos um exemplo claro do fenômeno descrito por Chaparro (2007) como a “revolução das fontes”, em que as organizações, por meio de departamentos de comunicação cada vez mais profissionalizados e ações de assessoria de imprensa, pautam a mídia e interferem no processo de seleção e construção das notícias.

As assessorias de imprensa – estruturadas profissionalmente em departamentos importantes nos organogramas das organizações, ou atuando, como empresas prestadoras de serviços, pela via da terceirização – formam hoje, nas principais cidades brasileiras, redes de grande porte e enorme poder de influência nos sistemas e processos jornalísticos. Elas situam-se nas empresas e instituições geradoras de fatos e atos de significação política, social, econômica, cultural ou científica. Estão nas entidades representativas de segmentos sociais, profissionais, ideológicos, culturais e religiosos. Invadiram o serviço público, a economia privada, os partidos políticos, as entidades classistas, as organizações culturais, os centros de ensino e pesquisa, as igrejas e seitas religiosas, os empreendimentos artísticos. Enfim, atuam em todas as

⁶¹ Esta informação é decorrente da observação da pesquisadora como servidora ligada à Assessoria de Comunicação do IFPR.

fontes detentoras de informações, opiniões e explicações que interessam à sociedade – atrás de quem a imprensa anda dia e noite (CHAPARRO, 2007, p. 85).

O jornal comprou⁶² a pauta sugerida pela Assessoria de Comunicação do IFPR, assumindo um tom propagandístico. Não realizou muito mais do que as ações de apresentar e descrever cursos técnicos e experiências pessoais de algumas das fontes de informação. Até mesmo as vozes mais qualificadas para falar das carreiras em foco, os coordenadores dos cursos técnicos, realizam estas ações, quando poderiam ter sido chamados a prestar contribuições mais importantes para o texto, tais como avaliações ou análises dos cenários que levam as instituições a investirem em cursos inovadores ou diferenciados, que vão além de formar mão de obra para o mercado de trabalho tradicional. Certamente, a criação de cursos que estão voltados a atender as áreas de tecnologia ou do terceiro setor, como são os casos dos cursos técnicos em Programação de Jogos Digitais e Orientação Comunitária, visam satisfazer novas conformações sociais e econômicas, que demandam por profissionais especializados e acarretam o surgimento de novas áreas de atuação. Se colocada em um horizonte mais amplo, a pauta poderia ser um ótimo espaço para a discussão de assuntos mais importantes e de maior impacto junto ao público-leitor e à sociedade. Da forma como foi tratada pela Gazeta do Povo, apenas informou sobre os cursos técnicos “divertidos” oferecidos pelo IFPR.

5.4 A ATRAÇÃO PELOS NÚMEROS E A DEPENDÊNCIA DO DISCURSO INSTITUCIONAL

No eixo temático Processos de Seleção e Concursos Públicos estão reunidas as matérias jornalísticas que tratam dos processos seletivos para admissão de novos servidores ou ingresso de novos estudantes promovidos pelo IFPR. Este é o eixo temático mais numeroso do universo pesquisado, com 21 textos nos gêneros nota e notícia. O que mais chama a atenção neste eixo temático é a atração que os números parecem exercer sobre jornalistas e editores, que não hesitam em utilizá-los nos títulos e nos textos, como se estes fossem anúncios publicitários. É interessante notar, também, que os textos analisados carregam as características do discurso que o próprio IFPR utiliza para a divulgação dos seus concursos públicos e processos seletivos, que é aceito e reproduzido pelo veículo de comunicação objeto desta

⁶² Conforme o jargão jornalístico, “comprar a pauta” significa veicular, integralmente ou em parte, as sugestões de pauta realizadas por uma organização, seja publicando o conteúdo jornalístico elaborado pela organização na íntegra, seja utilizando a sugestão de pauta para a produção de novos textos, contextualizando as informações ou o assunto sugerido de acordo com os princípios editoriais do veículo de comunicação em questão.

pesquisa. Para o *corpus* desta pesquisa, foram selecionados cinco textos pertencentes a este eixo temático dentro do universo estudado.

QUADRO 10 - IFPR LANÇA 2 CONCURSOS PARA 305 VAGAS

Data de publicação: 07 de março de 2010 Editoria: Economia Retranca: Educação Gênero: notícia Repórter:	
Texto Principal Título: IFPR lança 2 concursos para 305 vagas Gravata:	
1	O Instituto Federal do Paraná (IFPR) acaba de lançar o edital para dois concursos [sic] O primeiro vai contratar professores para as cidades de Curitiba, Campo Largo, Irati, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, Paranaíba, Jacarezinho Palmas, Telêmaco Borba, Ivaiporã, Umuarama e Assis Chateaubriand.
5	Serão oferecidas 200 vagas e as inscrições ficam abertas até o dia 19 de março. As provas serão em abril, em todas as cidades que estão com vagas abertas, e a previsão é que os aprovados sejam nomeados ainda no primeiro semestre.
10	Áreas
15	As vagas são para diversas áreas do conhecimento, como letras português, letras inglês, contabilidade, administração, arquitetura, secretariado executivo, física, saúde bucal, comunicação e jornalismo, engenharia mecânica, engenharia elétrica, enfermagem, prótese dentária, história, informática, química e cociologia (<i>sic</i>).
	Servidor
20	O outro concurso, com 105 vagas, é para a contratação de servidores para preenchimento de diversos cargos técnico-administrativos para os câmpus nas cidades de Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, Jacarezinho, Umuarama, Paranaíba, Palmas, Telêmaco Borba e nos Núcleos Avançados de Irati, Campo largo, Ivaiporã e Assis Chateaubriand.
25	As inscrições estarão abertas por 30 dias a partir de hoje e serão realizadas somente através da internet. A prova está marcada para o dia 09 de maio. As vagas ofertadas exigem desde formação de nível superior (graduação) até nível intermediário (ensino fundamental). O Edital de Abertura do Concurso está disponível na página da internet do instituto: www.ifpr.edu.br .

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 7 de março de 2010, o jornal Gazeta do Povo publicou a notícia “IFPR lança 2 concursos para 305 vagas” na editoria de Economia. Este foi o primeiro registro de texto sobre concursos públicos do IFPR no período analisado. Trata do lançamento de dois editais para contratação de servidores docentes e técnicos administrativos para as 13 unidades da instituição e não traz mais que as principais informações sobre os concursos públicos em questão. No primeiro parágrafo, anuncia: “O Instituto Federal do Paraná (IFPR) acaba de lançar o edital para dois concursos [sic] O primeiro vai contratar professores para as cidades de Curitiba,

Campo Largo, Irati, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, Paranavaí, Jacarezinho Palmas, Telêmaco Borba, Ivaiporã, Umuarama e Assis Chateaubriand” (linhas 1 a 4). É um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de informar ao leitor quantos são os concursos abertos e qual é a lotação das vagas disponíveis em cada certame. O segundo parágrafo é uma continuação do primeiro na força ilocucionária que possui e na ação que realiza: “Serão oferecidas 200 vagas e as inscrições ficam abertas até o dia 19 de março. As provas serão em abril, em todas as cidades que estão com vagas abertas, e a previsão é que os aprovados sejam nomeados ainda no primeiro semestre” (linhas 6 a 8).

O terceiro parágrafo do texto é antecedido pelo intertítulo “Áreas” e especifica quais são algumas das áreas do conhecimento em que serão contratados professores. “As vagas são para diversas áreas do conhecimento, como letras português, letras inglês, contabilidade, administração, arquitetura, secretariado executivo, física, saúde bucal, comunicação e jornalismo, engenharia mecânica, engenharia elétrica, enfermagem, prótese dentária, história, informática, química e sociologia (*sic*)” (linhas 12 a 15). Neste trecho, o texto não realiza mais que a ação de transmitir, com pouquíssimas alterações, as informações contidas nos editais, mais uma vez um ato com força ilocucionária expositiva.

O quarto parágrafo é precedido do intertítulo “Servidor” e traz informações sobre o segundo concurso público, que oferece 105 vagas para os cargos da carreira de técnico-administrativo nas mesmas 13 unidades. Esta parte do texto revela e reforça uma crença bastante comum nas instituições de ensino, em especial nas públicas como o IFPR: a distinção que se faz entre docentes e técnicos-administrativos no ambiente escolar, na qual os ocupantes dos cargos que não estão diretamente relacionados com as atividades de ensino são identificados como “servidores” (quando os docentes também o são), como se houvesse uma hierarquia entre os que ensinam e os que realizam as funções técnicas e administrativas que permitem que a atividade escolar aconteça. “O outro concurso, com 105 vagas, é para a contratação de **servidores** para preenchimento de diversos cargos técnico-administrativos para os câmpus nas cidades de Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, Jacarezinho, Umuarama, Paranavaí, Palmas, Telêmaco Borba e nos Núcleos Avançados de Irati, Campo Largo, Ivaiporã e Assis Chateaubriand” (linhas 19 a 22). O ato de fala realiza a ação de descrever características desse segundo concurso. Mais uma vez, percebemos uma força ilocucionária expositiva.

O quinto parágrafo, assim como os anteriores, realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, ao informar o prazo para inscrição, data de realização da prova e onde pode ser encontrado o edital. “As inscrições estarão abertas por 30 dias a partir de hoje e serão

realizadas somente através da internet. A prova está marcada para o dia 09 de maio. As vagas ofertadas exigem desde formação de nível superior (graduação) até nível intermediário (ensino fundamental). O Edital de Abertura do Concurso está disponível na página da internet do instituto: www.ifpr.edu.br” (linhas 24 a 27).

QUADRO 11 - TRÊS MIL VAGAS PARA SECRETARIADO E ADMINISTRAÇÃO

Data de publicação: 27 de julho de 2010 Editoria: Educação Retranca: A distância Gênero: nota Repórter:	
Texto Principal Título: Três mil vagas para secretariado e administração Gravata:	
1	O Setor de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná (IFPR) oferece 3.275 vagas de cursos técnicos gratuitos de Secretariado e Administração na modalidade de educação a distância. As vagas estão disponíveis para 70 cidades do Paraná. As inscrições são gratuitas e ficam abertas até 30 de julho. Os cursos têm duração de dois anos e são voltados para quem já terminou o ensino médio (antigo 2.º grau). O estudante será selecionado por meio de uma prova a ser realizada na cidade em que fará o curso. O conteúdo programático das provas está disponível no site www.ifpr.edu.br e www.ead.ifpr.edu.br . Mais informações pelo fone (41) 3595-8821.
5	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

Na nota “Três mil vagas para Secretariado e Administração” (Quadro 11), publicada no dia 27 de julho de 2010 na editoria de Educação, mais uma vez podemos verificar o destaque que é dado aos números dos processos de seleção do IFPR. O título enfatiza o quantitativo de vagas – mais de três mil – oferecidas pela instituição nos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância. O número é repetido no primeiro período do texto, que também abre espaço para uma das características do ensino oferecido pelo IFPR: a gratuidade. “O Setor de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná (IFPR) oferece **3.275 vagas de cursos técnicos gratuitos** de Secretariado e Administração na modalidade de educação a distância” (linhas 1 a 3, grifo nosso). Todo o relato jornalístico, composto por um único parágrafo, é um grande ato de fala com força ilocucionária expositiva: realiza a ação de informar o número de vagas e os cursos técnicos oferecidos no processo de seleção em questão pelo Setor de Educação a Distância do IFPR, o número de municípios paranaenses que serão beneficiados, o custo e a data de realização de inscrição – “As vagas estão disponíveis para 70 cidades do Paraná. As inscrições são gratuitas e ficam abertas até 30 de julho” (linhas 3 e 4) –; também realiza a ação de explicar qual é o público-alvo do processo seletivo e a forma como se dará a escolha dos candidatos. “Os cursos têm duração de dois anos e são voltados para quem já terminou o ensino

médio (antigo 2.º grau). O estudante será selecionado por meio de uma prova a ser realizada na cidade em que fará o curso. O conteúdo programático das provas está disponível no site www.ifpr.edu.br e www.ead.ifpr.edu.br” (linhas 4 a 7). O texto traz as informações mais importantes sobre o processo seletivo em questão. Apesar da estrutura enxuta, percebemos que, assim como o primeiro texto analisado neste eixo temático, está profundamente baseado no discurso institucional. Mais que as oportunidades de emprego ou capacitação oferecidas pelo IFPR e as chances de melhoria de vida que elas podem significar a centenas de pessoas a cada processo de seleção aberto, o que importa é o impacto causado pelos números de vagas. O mesmo pode ser verificado na nota abaixo:

QUADRO 12 - IFPR TEM MAIS DE 18 MIL INSCRITOS

Data de publicação: 18 de novembro de 2011	
Editoria: Vida e Cidadania	
Retranca: Seleção	
Gênero: nota	
Repórter:	
Texto Principal	
Título: IFPR tem mais de 18 mil inscritos	
Gravata:	
1	Cerca de 18,3 mil candidatos se inscreveram para o processo seletivo do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O prazo de inscrições se encerrou no último domingo, dia 13 de novembro. As provas, realizadas simultaneamente nas 14 unidades do IFPR (Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Paranaguá, Palmas, Paranaíba, Umuarama e Telêmaco Borba), serão no dia 11 de dezembro, a partir das 14 h. O processo tem etapa única e termina às 17h30. As portas de acesso aos locais de prova serão fechadas às 13h45. Para o ano de 2012, os câmpus do IFPR ofertam 3.005 vagas para 70 cursos técnicos presenciais em diversas áreas do conhecimento.
5	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

Na nota “IFPR tem mais de 18 mil inscritos”, publicada no dia 18 de novembro de 2011 na editoria Vida e Cidadania, podemos perceber que um número, desta vez o quantitativo de inscritos no Processo Seletivo para os cursos técnicos com início no ano de 2012, ganha destaque no título e já na primeira linha do texto. A nota é composta por um único parágrafo, que traz as principais informações sobre as provas: data, local e instruções sobre a realização do exame, como o horário de fechamento dos portões – um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de informar. “**Cerca de 18,3 mil candidatos** se inscreveram para o processo seletivo do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O prazo de inscrições se encerrou no último domingo, dia 13 de novembro. As provas, realizadas simultaneamente nas 14 unidades do IFPR (Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Paranaguá, Palmas, Paranaíba, Umuarama e Telêmaco Borba),

serão no dia 11 de dezembro, a partir das 14 h. O processo tem etapa única e termina às 17h30. As portas de acesso aos locais de prova serão fechadas às 13h45” (linhas 1 a 7, grifo nosso). O texto se encerra dando destaque a novos números. “Para o ano de 2012, os câmpus do IFPR ofertam **3.005 vagas para 70 cursos técnicos presenciais** em diversas áreas do conhecimento” (linhas 7 e 8, grifo nosso).

Os textos apresentados nos Quadros 11 e 12 atêm-se às informações divulgadas pela instituição sobre seus processos de seleção. Reproduzem os impressionantes números de vagas constantes nos editais, mas não vão além disso. Mais uma vez, assim como detectamos na análise dos textos do eixo temático Ensino Médio, Técnico e Profissional, percebemos que falta aprofundamento quando a Gazeta do Povo trata do Instituto Federal do Paraná e de sua atividade-fim. Não há uma real discussão sobre a importância da instituição para a sociedade paranaense ou os diferentes aspectos que envolvem a oferta de cursos voltados para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no estado.

Se nos atermos apenas ao que concerne aos processos de seleção, percebemos que nem mesmo nesta esfera, um assunto que tem o potencial de despertar o interesse de uma expressiva parcela da sociedade, temos uma cobertura jornalística que possa ser comparada a de outras instituições de ensino que também realizam provas para o ingresso de novos estudantes, sejam elas públicas ou privadas. No caso específico do texto apresentado no Quadro 12, a nota analisada foi o primeiro registro, no universo deste estudo, de conteúdo publicado no jornal impresso sobre o processo de seleção para os cursos técnicos – uma nota que se referia ao período pós-inscrições e antes da realização das provas. Não foram detectados textos que se referiam ao lançamento do edital e ao período de inscrições, o que nos leva a concluir que o jornal considera que o seu público não está interessado em receber instruções e demais detalhes de um processo de seleção para cursos técnicos. Neste contexto, apresentar uma nota que trata do número de inscritos parece responder muito mais à curiosidade e ao ineditismo, como se o jornal afirmasse “vejam: uma instituição pública que oferece cursos técnicos na capital e em outras 13 cidades do interior do estado consegue reunir 18 mil interessados em concorrer a uma vaga”. Vale a pena registrar que, a partir do processo de seleção realizado em 2012, as provas para os cursos técnicos e superiores passam a ser unificadas, ou seja, são realizadas no mesmo certame. Apenas em 2013, encontramos o primeiro registro, no universo estudado, de nota tratando das inscrições do processo seletivo do IFPR para cursos técnicos e superiores.

QUADRO 13 - INSCRIÇÕES PARA CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES DO IFPR VÃO ATÉ DOMINGO

Data de publicação: 27 de agosto de 2013 Editoria: Educação Retranca: Concurso Gênero: nota Repórter:	
Texto Principal Título: Inscrições para cursos técnicos e superiores do IFPR vão até domingo Gravata:	
1	As inscrições para cursos técnicos e superiores do Instituto Federal do Paraná (IFPR) seguem até o próximo domingo. Ao todo, 3.856 vagas são ofertadas em 77 cursos técnicos e 22 superiores distribuídos em 15 cidades do estado – Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Coronel Vivida, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama. A taxa de inscrição é de R\$ 35 e o pagamento pode ser feito até 9 de setembro. As provas serão aplicadas no dia 6 de outubro e os candidatos deverão fazer a prova na cidade onde o curso é oferecido. As provas cobrarão conhecimentos relacionados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, conforme o curso pretendido. As inscrições devem ser feitas pelo site www.naps.ifpr.edu.br .
5	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

A nota “Inscrições para cursos técnicos e superiores do IFPR vão até domingo” (Quadro 13) foi publicada no dia 27 de agosto de 2013, na editoria Educação. O texto, formado por um único parágrafo, é todo um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de informar sobre o processo seletivo para os cursos técnicos e superiores do IFPR. Ao contrário dos textos apresentados nos Quadros 11 e 12, dá ênfase ao término das inscrições no processo de seleção e traz as principais informações como número de vagas, cursos ofertados, municípios atendidos, inscrições e realização das provas. “As inscrições para cursos técnicos e superiores do Instituto Federal do Paraná (IFPR) seguem até o próximo domingo. Ao todo, 3.856 vagas são ofertadas em 77 cursos técnicos e 22 superiores distribuídos em 15 cidades do estado – Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Coronel Vivida, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama. A taxa de inscrição é de R\$ 35 e o pagamento pode ser feito até 9 de setembro. As provas serão aplicadas no dia 6 de outubro e os candidatos deverão fazer a prova na cidade onde o curso é oferecido. As provas cobrarão conhecimentos relacionados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, conforme o curso pretendido. As inscrições devem ser feitas pelo site www.naps.ifpr.edu.br” (linhas 1 a 9). Mais uma vez, a nota limita-se às informações contidas no edital e divulgadas pela instituição, não aprofundando o assunto.

QUADRO 14 - IFPR CONTRATA PROFESSORES E TÉCNICOS EM MAIOR CONCURSO DA HISTÓRIA

Data de publicação: 28 de setembro de 2014 Editoria: Economia / Pós e Carreira Retranca: Ensino Gênero: notícia Repórter: Da redação	
Texto Principal Título: IFPR contrata professores e técnicos em maior concurso da história Gravata:	
1	O Instituto Federal do Paraná (IFPR) abriu inscrições para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para Técnicos-Administrativos em Educação (TAE). São 362 vagas ao todo. As provas objetivas e discursivas acontecem no dia 2 de novembro em Curitiba, Cascavel e Londrina. As inscrições podem ser feitas até o dia 13 de outubro.
5	Os municípios de lotação para todos os cargos são Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória, com exceção de Palmas, que possui vagas somente para TAE.
10	Professores São 234 vagas para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com remuneração que pode chegar a R\$ 3.804,29, em dedicação exclusiva. A taxa de inscrição é de R\$ 90. Os candidatos farão provas objetiva, discursiva, de desempenho didático e de títulos.
15	Técnicos Administrativos em Educação (TAE) terão 128 vagas para cargos de nível fundamental, médio e superior e podem receber até R\$ 3.392,42. O valor da taxa de inscrição é definido de acordo com o nível do cargo pretendido e varia de R\$ 40 a R\$ 70.
20	As inscrições devem ser feitas no site www.cetroconcursos.org.br . Os locais e horários das provas serão comunicados no Edital de Convocação no site.

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 28 de setembro de 2014, a Gazeta do Povo publicou a notícia “IFPR contrata professores e técnicos em maior concurso da história” (Quadro 14), na editoria de Economia. Este foi o último texto pertencente ao eixo temático Processos de Seleção e Concursos Públicos encontrado dentro do universo estudado. Refere-se à abertura de dois concursos públicos que, juntos, vão contratar 362 servidores docentes e técnicos-administrativos para o quadro funcional dos *campi*⁶³ do IFPR. O texto todo é um ato de fala com força ilocucionária expositiva. No primeiro parágrafo, realiza a ação de informar o número de vagas, a data e

⁶³ No concurso público em questão, a instituição oferecia vagas para docentes e técnicos-administrativos para os *campi* – Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Irati, Ivaiporã, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama –, novos *campi* – Capanema, Colombo, Jaguariaíva, Pinhais, Pitanga e União da Vitória, que correspondem à terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica –, e *campi* avançados – Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu – do IFPR. São 25 unidades, que correspondem à atual conformação do Instituto Federal do Paraná.

cidades de realização das provas e o prazo máximo para efetuar a inscrição. “O Instituto Federal do Paraná (IFPR) abriu inscrições para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para Técnicos-Administrativos em Educação (TAE). São 362 vagas ao todo. As provas objetivas e discursivas acontecem no dia 2 de novembro em Curitiba, Cascavel e Londrina. As inscrições podem ser feitas até o dia 13 de outubro” (linhas 1 a 4). No segundo parágrafo, realiza a ação de listar as 24 unidades que abrem vagas para contratação de novos servidores. “Os municípios de lotação para todos os cargos são Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória, com exceção de Palmas, que possui vagas somente para TAE” (linhas 6 a 10).

A segunda parte do texto é iniciada pelo intertítulo “Professores” (linha 12). Apesar do título, refere-se tanto aos cargos de professores quanto aos de técnicos-administrativos. O terceiro parágrafo apresenta, além do quantitativo de vagas para o cargo de docente, a remuneração e o valor da taxa de inscrição e descreve os tipos de prova que serão aplicadas aos candidatos. “São 234 vagas para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com remuneração que pode chegar a R\$ 3.804,29, em dedicação exclusiva. A taxa de inscrição é de R\$ 90. Os candidatos farão provas objetiva, discursiva, de desempenho didático e de títulos” (linhas 14 a 16). O quarto parágrafo apresenta informações sobre o número de vagas oferecidas para cargos de natureza técnico-administrativa, a remuneração e o valor da taxa de inscrição. “Técnicos Administrativos em Educação (TAE) terão 128 vagas para cargos de nível fundamental, médio e superior e podem receber até R\$ 3.392,42. O valor da taxa de inscrição é definido de acordo com o nível do cargo pretendido e varia de R\$ 40 a R\$ 70” (linhas 18 a 20). O texto se encerra com orientações quanto à realização das inscrições. “As inscrições devem ser feitas no site www.cetroconcursos.org.br. Os locais e horários das provas serão comunicados no Edital de Convocação no site” (linhas 22 e 23).

Quatro anos separam este texto do primeiro analisado neste eixo temático. Ambos tratam dos concursos públicos para admissão de novos servidores para os quadros funcionais do IFPR. Apesar do tempo decorrido, pode-se perceber que o texto em questão mantém o mesmo tom e estrutura: limita-se às fronteiras do discurso institucional, não fazendo mais que informar sobre a realização do certame. Isto pode ser percebido especialmente no título do relato jornalístico analisado, no qual jornal aceita e reproduz a valoração de que este é o maior concurso da história do IFPR, construção de sentidos elaborada pelos gestores da instituição e

utilizada pela Assessoria de Comunicação do IFPR para a divulgação do concurso⁶⁴. A ideia se faz presente no título, como chamariz, mas não é desenvolvida no texto. Vale a pena destacar que o número elevado de vagas visa suprir a necessidade de profissionais nas novas unidades do IFPR: os *campi* de Capanema, Colombo, Jaguariaíva, Pinhais, Pitanga e União da Vitória e os *campi* avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu, unidades que entraram em funcionamento em 2015. Esta importante informação, no entanto, não é sequer citada, quando mais contextualizada.

5.5 CRISES INSTITUCIONAIS E ELEIÇÕES DE DIRIGENTES

No eixo temático Crises Institucionais e Eleições de Dirigentes, estão reunidas todas as notas, notícias e reportagens que tratam dos processos de escolha dos dirigentes do IFPR ou então dos textos que tratam dos assuntos que trouxeram impactos negativos para a instituição, seja pela natureza dos assuntos retratados, seja porque a forma como foram abordados pela imprensa acarretou uma visibilidade negativa para a instituição. Foram 12 as matérias dentro deste eixo temático registradas no universo deste estudo. Destas, duas foram selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa.

QUADRO 15 - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ EMPOSSA AMANHÃ NOVO REITOR

Data de publicação: 19 de junho de 2011	
Editoria: Vida e Cidadania	
Retranca: Mudanças	
Gênero: nota	
Repórter:	
Texto Principal	
Título: Instituto Federal do Paraná empossa amanhã novo reitor	
Gravata:	
1	A posse do reitor do Instituto Federal do Paraná, professor Irineu Mário Colombo, está marcada para amanhã, às 11 horas. O ministro da Educação, Fernando Haddad, irá empossá-lo em cerimônia no Salão de Atos do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília.
5	Em março deste ano, Colombo foi eleito reitor pela comunidade acadêmica do IFPR com 8.074 votos, cerca de 77% dos votos válidos.
10	Em janeiro, o ex-reitor Alipio Leal deixou o cargo de reitor do IFPR para assumir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
	Na segunda-feira (27) será realizada a transmissão de cargo do atual reitor Luiz Gonzaga Araújo para o professor Irineu Colombo.

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

⁶⁴ Informação obtida a partir da observação da pesquisadora enquanto servidora ligada à Assessoria de Comunicação do IFPR.

No dia 19 de junho de 2011, o jornal Gazeta do Povo publicou a nota “Instituto Federal do Paraná empossa amanhã novo reitor” (Quadro 15), no caderno Vida e Cidadania. A nota é composta por alguns poucos períodos, dispostos como se fossem parágrafos, e informa a data, a hora e o local da realização da cerimônia de posse do novo reitor do IFPR – “A posse do reitor do Instituto Federal do Paraná, professor Irineu Mário Colombo, está marcada para amanhã, às 11 horas. O ministro da Educação, Fernando Haddad, irá empossá-lo em cerimônia no Salão de Atos do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília” (linhas 1 a 3) –, além de trazer alguns dados em retrospectiva, como a porcentagem de votos que elegeu o professor Irineu Mario Colombo no mês de março de 2011 e os motivos que levaram o ocupante anterior do cargo, Alípio Leal, a deixá-lo em janeiro – “Em março deste ano, Colombo foi eleito reitor pela comunidade acadêmica do IFPR com 8.074 votos, cerca de 77% dos votos válidos. Em janeiro, o ex-reitor Alípio Leal deixou o cargo de reitor do IFPR para assumir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior” (linhas 5 a 9). O texto termina com um esclarecimento sobre como se dará a transmissão dos cargos entre o atual ocupante, Luiz Gonzaga de Araújo, que esteve à frente do IFPR durante todo o processo de escolha, e o novo reitor. “Na segunda-feira (27) será realizada a transmissão de cargo do atual reitor Luiz Gonzaga Araújo para o professor Irineu Colombo” (linhas 11 e 12).

Todo o texto é um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de informar o leitor sobre a posse, trazendo alguns elementos para uma maior contextualização do assunto. Apesar de não conseguirmos identificar a origem do texto, é possível perceber que houve ao menos uma fonte, cuja voz permaneceu oculta no texto, que repassou as informações à redação ou ao jornalista que o redigiu. O texto assume o tom de comunicado, com a voz do próprio jornal assumindo o discurso de um sujeito ou entidade interessado na divulgação do fato, como se o próprio veículo realizasse o convite para a solenidade oficial de posse.

QUADRO 16 - IFPR FORMA APENAS METADE DOS ALUNOS

Data de publicação: 9 de abril de 2013	
Editoria: Educação	
Retranca: Instrução	
Gênero: reportagem	
Repórter: Bruna Komarchesqui	
Texto Principal	
Título: IFPR forma apenas metade dos alunos	
Gravata: Em alguns câmpus do instituto, a taxa não chega a 10%. Meta é elevar o índice a 70% até o fim do ano	
1	De cada 100 alunos que ingressam em algum curso do Instituto Federal do Paraná (IFPR), apenas 53 concluem. O dado é uma média do índice de eficiência acadêmica – ou taxa de sucesso – dos 108 cursos técnicos, superiores e de pós-graduação presenciais e a distância

5	oferecidos nos 14 câmpus do instituto. Em algumas unidades, a situação é ainda pior. Em Londrina, por exemplo, a taxa é de 11,5% e, em Irati, 9,7%. O câmpus de Campo Largo tem a pior taxa de sucesso do estado: apenas 6,7% dos alunos concluem o curso. Na outra ponta do ranking, Foz do Iguaçu e Palmas têm quase 90% de eficiência acadêmica.
10	Voltados para a educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades e níveis de ensino, os 38 institutos federais brasileiros passaram por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) entre agosto de 2011 e abril de 2012.
15	O diagnóstico apontou problemas infraestruturais, déficit de professores e técnicos, evasão e baixos índices de conclusão. Segundo o relatório, as taxas nacionais de conclusão são de 47% para o médio integrado, 25% para a Licenciatura, 27% para o Bacharelado e 43% para os cursos de tecnólogo. A auditoria indicou a carência de 7.966 professores (quase 20% dos cargos) e de 5.702 técnicos (25% do total).
20	Contratações
25	Segundo a assessoria de imprensa do IFPR, o instituto conta hoje com 631 docentes e deve contratar mais 410 professores até o final do ano, o que deve suprir o déficit. Já o número de técnicos administrativos deve mais que dobrar – de 312 para 673 até o fim de 2013. O reitor do IFPR, Irineu Mário Colombo, explica que novos professores são concursados à medida que a demanda aumenta. “Já tenho 1,5 mil vagas à disposição, mas vou concursando conforme preciso. Não posso contratar professor para ficar à toa”.
30	Colombo conta que a taxa de sucesso ideal é de 70%. “Temos de conseguir isso para o final de 2013. Já o índice de eficácia, que é o aluno em sala de aula, precisa ser de 75%. Isso quer dizer que, em uma sala de 40 alunos, precisamos ter 30 frequentando o curso. Hoje, temos 27, 28 alunos.”
35	Segundo o reitor, o baixo índice de Campo Largo está ligado ao desconhecimento da população a respeito dos cursos, já que o câmpus foi implantado recentemente. “O aluno entra em um curso de Informática achando que vai brincar e acaba tendo aula de Matemática Aplicada.” Procurado pela reportagem, o diretor-geral do IFPR de Campo Largo, João Cláudio Madureira, não quis se manifestar sobre os dados.
40	Reitor critica análise do TCU
45	O reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Irineu Mário Colombo, considera o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) parcial, uma vez que apenas cinco dos 38 institutos nacionais foram ouvidos. “O Paraná não foi ouvido. A amostra é fraca. Alguns institutos tinham defasagem de 10, 15 anos de professores. Se tivessem ouvido o Paraná, teria melhorado o resultado final.”
50	Outra crítica diz respeito à comparação dos institutos com universidades públicas, que selecionam os melhores alunos, por meio de vestibular concorrido. “Nossa missão é a inclusão social; 75% dos nossos alunos são provenientes de cotas sociais. Estamos em cidades onde é preciso alavancar o desenvolvimento.”
55	Por meio de nota, o TCU justificou que a auditoria foi feita a partir de censo com os pró-reitores de Ensino e Pesquisa dos 38 institutos federais, com taxa de resposta de 70%. A pesquisa feita com os professores, por e-mail, obteve 3.719 respostas (17% do universo). Dez institutos tiveram de quatro a seis câmpus visitados, onde foram feitos trabalhos com grupos focais formados por professores, diretores e alunos. Segundo o TCU, a auditoria também considerou pesquisas bibliográficas e documentais e consultas a sistemas informatizados e bases de dados de órgãos oficiais.

60	Ainda de acordo com a nota, a análise comparativa não se restringiu a universidades públicas, mas a todas as modalidades de ensino superior, público ou privado. Conforme o relatório, a taxa de conclusão de curso de 90% em universidades públicas poderia ser replicada nos institutos federais.
----	---

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 9 de abril de 2013, o jornal Gazeta do Povo publicou o texto “IFPR forma apenas metade dos alunos” (Quadro 16), na editoria de Educação. O texto faz referência ao relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir de uma auditoria realizada entre os meses de agosto de 2011 e abril de 2012 nos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país. O texto tem início com um ato de fala que realiza uma afirmação – “De cada 100 alunos que ingressam em algum curso do Instituto Federal do Paraná (IFPR), apenas 53 concluem” (linhas 1 e 2) – apresentada como um “dado” pela voz da repórter. Nesta parte do texto, o leitor ainda não conhece a origem desta afirmação: o já citado relatório. Desta forma, a voz da jornalista, ao utilizar a informação, acaba por fazer seu o discurso do órgão oficial de controle. O parágrafo segue, realizando uma explicação sobre o dado. “O dado é uma média do índice de eficiência acadêmica – ou taxa de sucesso – dos 108 cursos técnicos, superiores e de pós-graduação presenciais e a distância oferecidos nos 14 câmpus do instituto” (linhas 2 a 4). Até aqui, o que temos são atos de fala com força ilocucionária expositiva: apresentam informações e explicações. Também servem como recurso para prender a atenção do leitor, com uma informação impactante já no primeiro período, conduzindo a interação deste com o texto pelos parágrafos seguintes.

Ainda no primeiro parágrafo, a voz da repórter realiza um ato de fala com força ilocucionária veriditativa, ao emitir um juízo sobre a situação que os dados descrevem. “Em algumas unidades, a situação é ainda pior” (linha 4). E segue apresentando novos dados, que sustentam a sua avaliação. “Em Londrina, por exemplo, a taxa é de 11,5% e, em Irati, 9,7%. O câmpus de Campo Largo tem a pior taxa de sucesso do estado: apenas 6,7% dos alunos concluem o curso” (linhas 4 a 6). No último período do texto, apresenta informações sobre as unidades que apresentam desempenho acima da média. “Na outra ponta do ranking, Foz do Iguaçu e Palmas têm quase 90% de eficiência acadêmica” (linhas 6 e 7). Os dois últimos períodos analisados voltam a realizar atos de fala com força ilocucionária expositiva, já que apresentam informações que apoiam a argumentação e as valorações que a voz da repórter tem intenção de realizar. É importante ressaltar que a voz da jornalista pode levar o leitor a uma interpretação errônea do cenário descrito na matéria: apresenta a média de eficiência acadêmica de alguns dos *campi*, mas não leva em conta que as unidades possuem diferentes cursos, sendo

que cada qual possui sua própria taxa de eficiência. Quando a voz da jornalista se refere ao Câmpus Campo Largo, afirma que “apenas 6,7% dos alunos concluem o curso” (linha 6), levando o leitor a acreditar que a unidade oferece apenas um curso técnico – à época da publicação do relatório, eram quatro as opções oferecidas pela unidade, entre cursos técnicos de nível médio nas formas de oferta integrado e subsequente.

O segundo parágrafo é composto por um único período, que finalmente contextualiza ao leitor a origem das informações apresentadas: “Voltados para a educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades e níveis de ensino, os 38 institutos federais brasileiros passaram por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) entre agosto de 2011 e abril de 2012” (linhas 11 a 13). É um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que apresenta ao leitor os institutos federais, ao descrever a natureza do ensino que oferecem, o número de instituições com essa vocação no país e a origem dos números apresentados no primeiro parágrafo. O terceiro parágrafo mantém a mesma força ilocucionária e o mesmo tom do anterior e realiza a ação de descrever os resultados do relatório. “O diagnóstico apontou problemas infraestruturais, déficit de professores e técnicos, evasão e baixos índices de conclusão. Segundo o relatório, as taxas nacionais de conclusão são de 47% para o médio integrado, 25% para a Licenciatura, 27% para o Bacharelado e 43% para os cursos de tecnólogo. A auditoria indicou a carência de 7.966 professores (quase 20% dos cargos) e de 5.702 técnicos (25% do total)” (linhas 15 a 19).

O intertítulo “Contratações” (linha 21) dá início à segunda parte do texto, que apresenta a versão do Instituto Federal do Paraná para os índices insatisfatórios de eficiência acadêmica. O quarto parágrafo inicia com a voz da repórter que cita, de forma indireta, a Assessoria de Comunicação do Instituto Federal do Paraná, que dá explicações sobre o número de docentes e técnicos-administrativos que fazem parte do quadro funcional e, também, das intenções de expansão do mesmo. “Segundo a assessoria de imprensa do IFPR, o instituto conta hoje com 631 docentes e deve contratar mais 410 professores até o final do ano, o que deve suprir o déficit. Já o número de técnicos administrativos deve mais que dobrar – de 312 para 673 até o fim de 2013” (linhas 23 a 25). Da parte da voz da repórter, pode-se afirmar que é um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que relata o que a instituição afirma, por meio da sua Assessoria de Imprensa, sobre um dos pontos indicados como deficientes pelo relatório: a falta de professores e demais servidores nos Institutos Federais. Da parte da Assessoria de Comunicação do IFPR, o departamento realiza um ato de fala com força ilocucionária exercitiva, ao defender o ponto de vista da organização sobre o assunto discutido, e comissiva, ao comprometer a instituição, por meio do ato de fala realizado, a contratar novos servidores –

o que “**deve** suprir o déficit” (linha 24, grifo nosso) de professores e “**deve** mais que dobrar” (linha 25, grifo nosso) o número de técnicos-administrativos”. Em seguida, a voz da repórter apresenta a voz do gestor máximo da instituição, o reitor Irineu Mário Colombo, em um ato de fala com força ilocucionária expositiva. “O reitor do IFPR, Irineu Mário Colombo, explica que novos professores são concursados à medida que a demanda aumenta” (linhas 25 a 27). Em seguida, é a voz do próprio gestor que explica como isso será feito: “Já tenho 1,5 mil vagas à disposição, mas vou concursando conforme preciso. Não posso contratar professor para ficar à toa” (linhas 27 e 28), um ato de fala que possui forças ilocucionárias expositiva e executiva, que realiza a ação de dar explicações que complementam o posicionamento da Assessoria de Comunicação do IFPR sobre o quadro funcional da instituição e sobre novas contratações ao afirmar que estas vagas para contratação já existem e que, também, faz uma defesa das políticas e estratégias implementadas pelos gestores da instituição no que toca à formação e manutenção deste quadro de servidores.

O quinto parágrafo dá continuidade ao anterior, com a voz da repórter, mais uma vez, fazendo uma breve introdução à voz do reitor do IFPR – “Colombo conta que a taxa de sucesso ideal é de 70%” (linha 30), um ato de fala com força ilocucionária expositiva – que, agora, trata da “taxa de sucesso ideal” para os cursos oferecidos pela instituição. “Temos de conseguir isso [a taxa de sucesso ideal] para o final de 2013. Já o índice de eficácia, que é o aluno em sala de aula, precisa ser de 75%. Isso quer dizer que, em uma sala de 40 alunos, precisamos ter 30 frequentando o curso. Hoje, temos 27, 28 alunos” (linhas 30 a 33). A voz do reitor do IFPR realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, ao afirmar que a instituição busca atingir as taxas ideais de sucesso e também de eficácia, mas que, ainda não as alcançou.

O sexto parágrafo trata especificamente do desempenho do *campus* localizado no município de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba. Mais uma vez, o reitor do IFPR é a fonte de informação para o assunto. O parágrafo tem início com a voz da jornalista, que realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, ao apresentar a voz do reitor do IFPR. “Segundo o reitor, o baixo índice de Campo Largo está ligado ao desconhecimento da população a respeito dos cursos, já que o câmpus foi implantado recentemente” (linhas 35 e 36). A este período segue-se a voz do reitor do IFPR, que realiza um ato de fala com força ilocucionária expositiva, ao tentar explicar os motivos que levam a unidade a registrar elevadas taxas de evasão de cursos. “O aluno entra em um curso de Informática achando que vai brincar e acaba tendo aula de Matemática Aplicada” (linhas 36 a 38). O parágrafo termina com a voz da repórter, afirmando que tentou entrar em contato com o Diretor-Geral do Campus Campo Largo, mas que não obteve respostas: “Procurado pela reportagem, o diretor-geral do IFPR de

Campo Largo, João Cláudio Madureira, não quis se manifestar sobre os dados” (linhas 38 e 39) – um ato de fala com força ilocucionária expositiva.

A terceira parte do texto inicia com o intertítulo “Reitor critica análise do TCU” (linha 41), em que a jornalista apresenta as críticas realizadas pelo reitor do IFPR ao relatório que mediu a eficiência acadêmica dos Institutos Federais e também traz as explicações do órgão de controle sobre a metodologia adotada para realizar a pesquisa. No sétimo parágrafo, a voz da jornalista descreve o que pensa o reitor do IFPR sobre o conteúdo do relatório, antes de dar espaço para que a voz da fonte de informação o faça. “O reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Irineu Mário Colombo, considera o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) parcial, uma vez que apenas cinco dos 38 institutos nacionais foram ouvidos” (linhas 43 a 45). É um ato de fala com força ilocucionária expositiva, que apresenta as considerações do reitor e também as razões – apenas cinco dos 38 Institutos Federais foram ouvidos (linhas 44 a 45) – para que ele julgue o documento desta forma. Em seguida, o texto dá espaço para que a fonte de informação dê continuidade à sua análise. “O Paraná não foi ouvido. A amostra é fraca. Alguns institutos tinham defasagem de 10, 15 anos de professores. Se tivessem ouvido o Paraná, teria melhorado o resultado final” (linhas 45 a 47). Aqui, o reitor do IFPR realiza um ato de fala com força ilocucionária veriditativa, já que apresenta os argumentos que sustentam o seu julgamento sobre o relatório, explicitada no ato de fala da jornalista. A fala do reitor apresenta um tom desafiador, ao sugerir que o IFPR teria condições de melhorar os resultados, caso a instituição tivesse feito parte da amostragem.

O oitavo parágrafo dá continuidade ao anterior e segue apresentando o que pensa o reitor do IFPR sobre o relatório. “Outra crítica diz respeito à comparação dos institutos com universidades públicas, que selecionam os melhores alunos, por meio de vestibular concorrido” (linhas 49 e 50). O ato de fala, realizado pela voz da jornalista, possui força ilocucionária expositiva, ao apresentar um novo aspecto da argumentação da fonte de informação ao leitor. “Nossa missão é a inclusão social; 75% dos nossos alunos são provenientes de cotas sociais. Estamos em cidades onde é preciso alavancar o desenvolvimento” (linhas 51 e 52). O ato de fala, realizado pela voz da fonte de informação, possui força ilocucionária exercitiva, pois com ela o reitor busca proteger a reputação da instituição, utilizando, para isso, o argumento de que a missão do IFPR é a inclusão social. O ato de fala reveste-se de um tom defensivo, em que a fala do reitor busca demarcar o espaço ocupado pelo IFPR dentro da sociedade, diferenciando-o das universidades, em especial as públicas, com seus concorridos sistemas de seleção, como se coubesse ao IFPR acolher todos aqueles que não ingressam nestas instituições superiores de ensino. Ao evocar a missão do IFPR, o gestor reproduz um discurso mais amplo, que está

disseminado por toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que remonta à época de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909⁶⁵. É certo que a missão dos Institutos Federais vai além de promover a inclusão, não apenas dos estudantes que ingressam na instituição por cotas sociais, como cita o reitor, mas também de outras parcelas da população, bem como dos adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio, trabalhadores que não possuem certificação ou em situação de desemprego, mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre outros. Ao utilizar esse argumento, o reitor do IFPR pode levar ao entendimento de que, por ter como missão a inclusão, a instituição não deve, ou não está preocupada em, garantir a qualidade de ensino e a permanência e êxito dos estudantes, quando esta busca exatamente o contrário.

No nono parágrafo, a voz da jornalista apresenta a posição do Tribunal de Contas da União, que explica a metodologia utilizada para a coleta dos dados que permitiu a redação do relatório. As informações foram repassadas por meio de nota à jornalista, que as reproduz na sua voz. “Por meio de nota, o TCU justificou que a auditoria foi feita a partir de censo com os pró-reitores de Ensino e Pesquisa dos 38 institutos federais, com taxa de resposta de 70%. A pesquisa feita com os professores, por e-mail, obteve 3.719 respostas (17% do universo). Dez institutos tiveram de quatro a seis câmpus visitados, onde foram feitos trabalhos com grupos focais formados por professores, diretores e alunos” (linhas 54 a 58). Após este parágrafo, segue-se outro, em que a jornalista cita o tribunal de forma indireta: “Segundo o TCU, a auditoria também considerou pesquisas bibliográficas e documentais e consultas a sistemas informatizados e bases de dados de órgãos oficiais” (linhas 58 a 60). Ambos atos de fala possuem força ilocucionária expositiva, já que descrevem as informações repassadas pelo órgão de controle à jornalista.

O primeiro período do parágrafo 10 mantém a mesma força ilocucionária, bem como continua a realizar a mesma ação: descrever as informações repassadas pelo TCU. “Ainda de acordo com a nota, a análise comparativa não se restringiu a universidades públicas, mas a todas as modalidades de ensino superior, público ou privado” (linhas 62 e 63). No segundo período do parágrafo, no entanto, a jornalista, ao utilizar-se de mais uma informação contida no relatório, realiza um ato de fala com força ilocucionária veriditativa. “Conforme o relatório, a taxa de conclusão de curso de 90% em universidades públicas poderia ser replicada nos institutos federais” (linhas 63 a 65). Apesar de citar o relatório como a origem da análise, dando a entender que apenas reporta uma informação contida no documento, podemos perceber que a

⁶⁵ A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é abordada no Capítulo 1 deste trabalho.

voz da jornalista faz, neste último período do texto principal, uma afirmação – a de que a instituição tem condições de atingir índices satisfatórios no que tange ao quesito da eficiência acadêmica – que carrega, também, um julgamento: o IFPR poderia estar fazendo algo a mais para atingir este patamar, mas não o faz. A pergunta que fica em aberto na mente do leitor é: por quê?

De todas as matérias jornalísticas analisadas nesta pesquisa, esta foi a que melhor contextualizou o assunto discutido. Apesar de estar circunscrita ao discurso institucional do Tribunal de Contas da União e do Instituto Federal do Paraná, foi capaz de trazer todas as informações para o entendimento da situação retratada. Apesar de ser uma matéria negativa para a imagem da instituição, foi a que melhor apresentou o Instituto Federal do Paraná e suas diferentes unidades espalhadas pelo estado do Paraná. Foi, também, o texto que apresentou maior riqueza de atos de fala e forças ilocucionárias, tanto na voz da repórter, que não se atém aos atos de fala clássicos do jornalismo – informar e afirmar, asseverar com certeza – quanto na voz das fontes de informação, que fazem muito mais que ilustrar o assunto em pauta.

5.6 A INEXPRESSIVIDADE DOS EVENTOS INSTITUCIONAIS

No eixo temático Eventos Institucionais estão reunidas todas as matérias que tratam dos eventos culturais, científicos e de ensino promovidos pelo IFPR. Este foi o grupo com menor número de notas, notícias e reportagens registradas: foram apenas três matérias jornalísticas, todas no formato de nota, publicadas nos anos de 2011 e 2012. Para este corpus, selecionamos uma delas, como mostraremos a seguir.

QUADRO 17 - MOSTRA DE CURSOS COMEÇA NA SEXTA

Data de publicação: 27 de outubro de 2011	
Editoria: Vida e Cidadania	
Retranca: IFPR	
Gênero: nota	
Repórter:	
Texto Principal	
Título: Mostra de cursos começa na sexta	
Gravata:	
1	A Mostra de Cursos 2011 do câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná (IFPR) será realizada na sexta-feira e no sábado (Rua João Negrão, 1285 – Rebouças). Além de apresentar os cursos técnicos e superiores que terão vagas disponíveis para ingresso em 2012, o evento trará palestras com profissionais e professores. A intenção é tirar dúvidas sobre as profissões e auxiliar na escolha dos candidatos, que poderão fazer a inscrição para o processo seletivo da instituição no próprio evento. Para 2012, o câmpus Curitiba traz duas novidades: os cursos técnicos de Administração e Eletrônica também poderão ser cursados de forma integrada ao ensino médio.
5	

FONTE: Transcrito na íntegra da página www.gazetadopovo.com.br (2016).

No dia 27 de outubro de 2011 o jornal Gazeta do Povo publicou a nota “Mostra de Cursos começa na sexta” (Quadro 17), na editoria Vida e Cidadania. O texto trata da Mostra de Cursos, o maior evento institucional realizado pelo Instituto Federal do Paraná à época. Trata-se de um evento aberto ao público, que visa divulgar os cursos e os *campi* do IFPR. Além disso, as unidades da instituição têm liberdade para desenvolver programações paralelas, como apresentações culturais ou palestras, para divulgação de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. As mostras são realizadas todos os anos, anteriormente ou durante o período de inscrições para o processo seletivo⁶⁶. No caso da nota que analisamos, o texto trata da Mostra de Cursos realizada pela unidade de Curitiba no ano de 2011.

A nota constitui um grande ato de fala com força ilocucionária expositiva, que realiza a ação de informar ao leitor sobre a realização e a programação do evento. “A Mostra de Cursos 2011 do câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná (IFPR) será realizada na sexta-feira e no sábado (Rua João Negrão, 1285 – Rebouças). Além de apresentar os cursos técnicos e superiores que terão vagas disponíveis para ingresso em 2012, o evento trará palestras com profissionais e professores. A intenção é tirar dúvidas sobre as profissões e auxiliar na escolha dos candidatos, que poderão fazer a inscrição para o processo seletivo da instituição no próprio evento” (linhas 1 a 6). No último período do texto, apresenta uma novidade: “Para 2012, o câmpus Curitiba traz duas novidades: os cursos técnicos de Administração e Eletrônica também poderão ser cursados de forma integrada ao ensino médio” (linhas 6 a 8). O texto segue a mesma estrutura e assume o mesmo tom institucional já identificado nas notas dos eixos temáticos anteriores.

⁶⁶ Informações obtidas pela pesquisadora enquanto servidora ligada à Assessoria de Comunicação do IFPR.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos compreender as intenções, propósitos e o tom assumido pelos (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná, revelados pelas ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizaram nas notas, notícias e reportagens sobre a instituição, produzidas e veiculadas pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014. Para tanto, com o auxílio do nosso referencial teórico, partimos do entendimento dos usos linguísticos como uma ação social, cujo sentido só pode ser depreendido se levado em conta o contexto em que estas ações foram realizadas. Utilizamos-nos, também, das reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores que se dedicaram a observar o fazer jornalístico pelo prisma da pragmática, que nos permitiram vislumbrar e compreender o contexto de produção das matérias jornalísticas e todas as convenções que fazem com que as observemos como um relato asseverador, ao qual se relacionam os conceitos de verdade e objetividade comumente atribuídos ao discurso jornalístico. O caráter performativo da linguagem, embora não tenha se convertido em um método ou categoria de análise, esteve sempre presente em nosso entendimento dos usos linguísticos como movimento. É esta a característica que permite que os atos de fala sejam compreendidos e que adquiram novos sentidos a cada enunciação. É por esta característica que passa a construção dos conceitos de ato de fala e força ilocucionária descritos por Austin (1990), que foram centrais no estudo que realizamos e a partir dos quais pudemos desvendar as intenções, propósitos e o tom dos (rel)atos jornalísticos analisados.

Por meio da análise pragmática, vislumbramos uma cobertura jornalística dependente do discurso institucional, carente de contextualização e superficial no que toca à abordagem e às informações divulgadas sobre a instituição e seus fatos. Foi uma cobertura que se deu, em sua maioria, por meio de notas – 49% dos textos que compunham o universo desta pesquisa eram neste formato –, que continham apenas as informações mais relevantes sobre o fato retratado. Os concursos públicos e processos de seleção promovidos pelo IFPR foram a principal temática coberta. Matérias jornalísticas sobre uma das finalidades da instituição – a oferta de cursos profissionalizantes em diferentes níveis de ensino – são ocasionais, bem como aquelas que tratam dos eventos promovidos pelo IFPR. É importante destacar que apenas os cursos técnicos de nível médio ganharam as páginas do jornal, sendo que a instituição oferece cursos em outros níveis de ensino, como o superior e de pós-graduação, que não são mencionados.

Além do tom institucional, predominante nas notas e notícias, as matérias jornalísticas analisadas tendem a se revestir de um tom crítico ou negativo. São poucos os momentos em

que os textos deixam de lado as pautas nascidas no seio da instituição e abordam o IFPR por outros ângulos, o que confere à cobertura um panorama geral de superficialidade e não colabora para a ampliação do debate sobre a Educação Profissional e o Instituto Federal do Paraná nas páginas da Gazeta do Povo e, conseqüentemente, entre os leitores e a sociedade paranaense. Podemos afirmar que as notas, notícias e reportagens analisadas revelam crenças e valores que remetem à crítica ao ensino público ou então às instituições que deveriam promovê-lo, destacando a falta de qualidade e a inabilidade destas organizações em executar suas ações; ao preconceito que ainda cerca a Educação Profissional, em especial os cursos técnicos de nível médio, vistos como o tipo de ensino destinado aos cidadãos que não puderam ir a uma universidade por falta de condições financeiras ou intelectuais; ao estranhamento que algumas ações que obtiveram êxito parecem causar naqueles que não esperam resultados positivos vindos das instituições públicas de Educação Profissional; ao deslumbramento que os números de vagas em processos de seleção e concursos públicos podem causar, sem uma reflexão maior do que significa a oferta de tais oportunidades de emprego e formação na capital e nas cidades do interior do estado; à falta de relevância relacionada às ações de ensino ligadas à Educação Básica como um todo.

Nos textos analisados, detectamos que as vozes dos jornalistas, ao aceitarem e fazerem seu o discurso institucional, realizam promessas ao darem como certas as projeções e intenções de ações futuras do Instituto Federal do Paraná. Previsões de conclusão de obras, de contratação de novos servidores para o quadro funcional e até mesmo aquelas que afetam diretamente a vida dos estudantes, como a afirmação de que eles não serão prejudicados pelo atraso no início das aulas, transformam-se em atos de fala que comprometem o jornalista e o jornal a responsabilizarem-se futuramente por estas informações – seja porque, ao ser noticiado, o fato passa a ser encarado pela sociedade como verdadeiro; seja porque faz com que o veículo de comunicação tenha a obrigação de trazer o assunto à tona novamente, como uma forma de dar à sociedade uma resposta sobre os cenários que apresentou como passíveis de ocorrerem.

Apontamos, também, a grande diferença que existe entre as ações realizadas por jornalistas quando informam e afirmam. Em teoria, as duas são identificadas como detentoras de uma força ilocucionária expositiva. É certo, no entanto, que possuem intenções e propósitos diferenciados, o que reforça a argumentação de que é impossível compreender as forças ilocucionárias e ações realizadas por um ato de fala excluindo-se o contexto em que ele foi realizado. No caso em questão, a maior parte das ações realizadas pelas vozes dos jornalistas corresponde à ação de informar. Em alguns momentos, no entanto, percebe-se que a voz do profissional vai além: afirma com veemência, certeza, como se expressasse a sua – ou do

veículo de comunicação? – opinião por meio daquelas palavras. No caso das matérias analisadas, esta afirmação atesta o que afirma o discurso institucional. São menos frequentes os momentos em que as vozes dos jornalistas expressam um juízo de valor sobre a situação retratada, mas elas o fazem.

No que toca às vozes das fontes de informação, percebemos que o jornalista, personagem-narrador do (rel)ato jornalístico, não permite que elas realizem ações que vão muito além de dar opiniões ou então testemunhos sobre os fatos relatados, especialmente quando estas fontes não são os “representantes oficiais” que falam em nome do IFPR. Quando se trata das fontes oficiais, como o reitor, os diretores de *campi* ou a assessoria de comunicação, realizam ações com um maior grau de importância, em geral dando mais informações sobre o assunto retratado ou então defendendo um ponto de vista ou a própria instituição, quando esta é de alguma forma criticada ou sua performance é questionada pelo veículo de comunicação. Sobre as ações de defesa de um ponto de vista ou da própria instituição realizadas pelas fontes oficiais, entendemos ser este o ato de fala preferencial destas vozes. É interessante notar que, em suas respostas à imprensa, as instituições buscam sempre manter um tom solene e prestativo, buscando proteger sua imagem ou então construir outra de correção e eficiência, de controle sobre a situação problema discutida pelo veículo de comunicação. São os atos de fala que afirmam, explicam, defendem, protegem, tentam convencer o leitor e a sociedade e que buscam manter intacta a imagem da instituição. Podemos dizer que é o ato de fala padrão das ações de assessoria de imprensa e de comunicação organizacional em geral. Novamente, o que vemos é o discurso institucional se manifestando, desta vez na voz das fontes de informação, nos (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná.

Como relatamos no primeiro parágrafo deste trabalho, esta pesquisa nasceu de uma necessidade profissional da pesquisadora – compreender a cobertura jornalística sobre o Instituto Federal do Paraná – aliada à oportunidade oferecida pelo curso de mestrado de conhecer e aprofundar os estudos na área da pragmática social. Os resultados a que chegamos, mais do que revelar aspectos do processo de produção de sentidos sobre o Instituto Federal do Paraná pelo jornal *Gazeta do Povo*, nos levaram a repensar a própria prática profissional em um departamento responsável pelos processos comunicativos de uma instituição pública de ensino – afinal, eles também são realizados por meio de usos linguísticos, e podem ser observados e questionados a partir das lentes teóricas da pragmática. Entendemos que não cabe apenas aos veículos de comunicação ampliar a cobertura jornalística e o debate sobre as instituições que oferecem a Educação Profissional ou então, assim como o IFPR, estão ligadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dado que a cobertura jornalística

dispensada ao IFPR pelo jornal Gazeta do Povo possui um caráter eminentemente institucional, baseada nas informações geradas dentro da própria instituição e por ela repassadas aos veículos, cabe à própria instituição o planejamento de ações de comunicação mais contundentes, que (in)formem os profissionais nas redações sobre a Educação Profissional, o IFPR e a importância de se abordar os assuntos a eles relacionados, que despertem o interesse dos veículos de comunicação por esses assuntos – que vão além das tradicionais técnicas de assessoria de imprensa, em suma. Por outro lado, cabe, também, ao veículo de comunicação desenvolver um olhar sensível à temática da Educação Profissional e ao Instituto Federal do Paraná, tornando-se menos reativo às sugestões de pauta que chegam até a sua redação, buscando tratar essa forma de ensino e as ações do IFPR no estado de forma mais aprofundada e esclarecedora.

Por fim, acreditamos que se faz urgente o fortalecimento da reflexão sobre os usos de linguagem pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, as linguagens que os meios de comunicação criam, cotidianamente, quando tratam da Educação Profissional em geral, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e das instituições que a integram. Em nosso entendimento, é necessário que se busque – tanto na esfera dos produtores dos fatos que podem ser transformados em notícias, neste caso conformada pelas instituições de ensino, quanto na esfera de construção dos (rel)atos jornalísticos, território dos veículos de comunicação – construir novos usos linguísticos e novas abordagens para tratar da Educação Profissional e das instituições a ela ligadas. Não se trata de apenas levar aos leitores uma linguagem livre dos tradicionais valores e crenças comumente associados à Educação Profissional e Tecnológica, em parte demonstrados nesse estudo, mas, sim, substituí-los, no sentido de antecipar novos olhares sobre o tema, preparando a sociedade para um real debate sobre o papel dessas instituições em diferentes setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. F. Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão. In: HOHFELDT, A.; BARBOSA, M. (org.). **Jornalismo no século XXI - A cidadania**. Porto Alegre: Intercom/Mercado Aberto, 2002.
- ARMENGAUD, F. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores Jornais do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BONIN, J. A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. E. et al. **Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. rev. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- _____. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia – teoria e técnica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CRIPA, M. L. **A cobertura da Educação no jornal Folha de S. Paulo: Uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002**. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FONSECA, A. P. A. **A construção da educação na revista Veja**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. ed. 6. reimp. São Paulo: Atlas, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). Portal de Informações do IFPR. **Dados Gerais IFPR**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=alunos>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- LAGE, N. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- _____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LOXLEY, J. **Performativity**. Oxon: Routledge, 2007.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINI, S. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.

MEY, J. **Vozes da sociedade**: seminários de pragmática. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____. **When voices clash** - a study in literary pragmatics. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. pp. 3-12; 172-229.

_____. **Pragmatics** – an introduction. Massachusetts: Cambridge, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

OLIVEIRA, J. A. A linguagem performativa do jornalismo (contra fatos há argumentos). **Líbero**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 119-125, 2012.

_____. Pragmática e Comunicação. **Linguagem em Foco**, v. 2, n. 2, p. 53-67, 2010.

_____. **Comunicação e educação**: uma visão pragmática. Curitiba: Protexito, 2002.

_____. **As dimensões pragmáticas da cooperação jornalística**. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OTTONI, P. R. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PEREIRA, F. H.; MOURA, D. de O.; ADGHIRNI, Z. L. (Orgs.) **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

PINTO, M. **Fontes jornalísticas**: contributos para o mapeamento de campo. 1999. Disponível em: <<http://www.ics.uminho.pt/dcc/mpinto/fontes.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

RAJAGOPALAN, K. Aspectos sociais da pragmática. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática** – fazes e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática** – fazes e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

_____. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, Unicamp, v. 30, p. 105-116, 1996.

_____. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs). **Nova pragmática** – modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014. 1 E-book.

SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hackers Editores, 2001.

SEABRA, R. Produção da notícia: a redação e o jornalista. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia** – teoria e técnica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo – a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VAL, G. M. **A chamada da educação**: sobre a governamentalização pedagógica nos textos jornalísticos. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VAL, G. M. AQUINO, J. G. A ordem do discurso jornalístico sobre a educação: uma análise das matérias da Folha de S. Paulo de 1996 a 2006. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 93-120, 2013.

**APÊNDICE 1 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS EM QUE O IFPR É O PRINCIPAL
ASSUNTO RETRATADO**

Nº	DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	CADERNO / EDITORIA	EIXO TEMÁTICO	VOZES
1	17/11/2008	De seis escolas previstas, quatro só ofertarão aulas em 2010	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Marco Martins, repórter 2 – Irapuru Flório, diretor da Unidade da ET/UFPR em Paranaguá 3 – Alípio Leal Neto, diretor da ET-UFPR
2	27/12/2008	Governo cria mais 38 escolas técnicas	Vida Pública	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado, Agência O Globo
3	27/12/2008	Lula cria mais 38 Ifets na 2ª	Educação	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado, Agência O Globo
4	30/12/2008	Lula sanciona lei que muda o Ensino Técnico	Educação	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado, Agência Estado
5	08/01/2009	Instituto Federal terá câmpus em sete cidades paranaenses	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Gladson Angeli, repórter 2 – Irapuru Flório, Escola Técnica da UFPR em Curitiba
6	07/10/2009	Instituto Federal terá novo câmpus	Educação	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado
7	04/11/2009	Carpinteiros na sala de aula Profissionais esperam alta no salário	Economia / Pós e Carreira	2 – Ensino Médio, Técnico e Profissional	1 – Rodrigo Kwiatkowski, repórter 2 – Zita Castro Machado, pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Graduação do IFPR 3 – Fábio Miquelão, engenheiro e construtor 4 – Sérgio Ubiratã de Freitas, secretário de governo de Telêmaco Borba 5 – Manoel dos Santos, Mestre de Obras

					6 - João Aparecido Monteiro, carpinteiro
8	01/02/2010	Inauguradas 78 escolas de ensino técnico	Educação	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado
9	07/03/2010	IFPR lança 2 concursos para 305 vagas	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
10	14/03/2010	IFPR tem 105 vagas em todo o Paraná	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
11	28/03/2010	IFPR tem 105 vagas para técnicos	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
12	12/04/2010	Atraso das aulas atrapalha alunos	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Marco Martins, repórter 2 – Reitoria do IFPR 3 – Edilomar Leonart, pró-reitora de ensino 4 – Assessoria de Comunicação do IFPR
13	27/07/2010	Três mil vagas para Secretariado e Administração	Educação	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
14	31/10/2010	IFPR busca 16 assistentes de alunos	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
15	19/06/2011	Instituto Federal do Paraná empossa amanhã novo reitor	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Repórter não identificado
16	06/07/2011	IFPR oferece 594 vagas em 10 câmpus	Vida na Universidade / Vestibular	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
17	17/08/2011	Instituto Federal terá sete novos câmpus no Paraná Seleção	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado, Da Redação, com agências 2 – Irineu Colombo, reitor do IFPR
18	15/10/2011	IFPR promove a 1ª Semana de História	Vida e Cidadania	10 – Eventos Institucionais	1 – Repórter não identificado
19	27/10/2011	Mostra de cursos começa na sexta	Vida e Cidadania	10 – Eventos Institucionais	1 – Repórter não identificado
20	05/11/2011	IFPR abre teste para 177 docentes	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e	1 – Repórter não identificado

				Concursos Públicos	
21	15/11/2011	Trabalhador terá acesso à capacitação	Educação	2 – Ensino Médio, Técnico e Profissional	1 – Repórter não identificado
22	18/11/2011	IFPR tem mais de 18 mil inscritos	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
23	20/11/2011	Curso de cuidador de idosos	Vida e Cidadania	2 – Ensino Médio, Técnico e Profissional	1 – Repórter não identificado
24	03/01/2012	IFPR abre inscrições gratuitas	Educação	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado, Da Redação
25	05/01/2012	Sai hoje resultado do IFPR	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
26	20/01/2012	IFPR abre seleção para vagas remanescentes	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
27	12/07/2012	Quedas do Iguaçu ganhará sede do IFPR	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Emanoelle Beltran, repórter 2 – Luiz Carlos Eckstein, diretor do Câmpus Cascavel do IFPR
28	17/10/2012	IFPR abre concurso para selecionar 56 professores	Economia	6 – Processos de seleção e concursos públicos	1 – Repórter não identificado
29	20/10/2012	Mostra de cursos do IFPR termina hoje	Vida e Cidadania	10 – Eventos institucionais	1 – Repórter não identificado
30	16/03/2013	Primeira fase do câmpus da IFPR em Pinhais deve ficar pronta em 2014	Vida e Cidadania	1 - Expansão	1 – Repórter não identificado
31	09/04/2013	IFPR forma apenas metade dos alunos	Educação	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Bruna Komarchesqui 2 – Assessoria de Imprensa do IFPR 3 – Irineu Mário Colombo, reitor do IFPR 4 – TCU 5 – Renato Casagrande, especialista em Gestão Educacional
32	14/04/2013	Cursos técnicos e divertidos, para todos os gostos	Vida e Cidadania	2 – Ensino Médio, Técnico e Profissional	1 – Derek Kubaski, repórter 2 – Antônio Henrique Bastos

					Cordeiro, técnico em Jogos Digitais 3 – Marlon Vaz, coordenador do curso técnico em Jogos Digitais 4 – Daniel Salésio Vandressen, coordenador do curso técnico em orientação comunitária 5 – Raquel Fragoso, estudante do curso técnico em orientação comunitária 6 – Jorge Francisco Quaresma Soares, coordenador do curso técnico em artes dramáticas 7 – Gabriel Monteiro, estudante do curso técnico em artes dramáticas
33	29/05/2013	Processo seletivo do IFPR recebe inscrições até o próximo dia 31	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
34	21/07/2013	IFPR lança edital para contratar 36 professores	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado, Da Redação
35	23/07/2013	IFPR lança edital para contratação de 36 docentes	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
36	09/08/2013	Reitoria do IFPR é investigada por fraude Acusado	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Raphael Marchiori repórter 2 – Felipe Hideo Hayashi, delegado da Delegacia de Combate ao Crime Financeiro da PF 3 – Igor Romário de Paula, delegado da Delegacia de Crimes Fazendários da PF 4 – Irineu Colombo, reitor do IFPR 5 – Assessoria da Seti
37	14/08/2013	Novo reitor assume o Instituto Federal do PR após a operação da PF	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Repórter não identificado

38	27/08/2013	Inscrições para cursos técnicos e superiores do IFPR vão até domingo	Educação	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
39	11/09/2013	IFPR retoma parte das aulas de educação a distância em outubro	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Repórter não identificado
40	22/09/2013	IFPR abre concurso para 263 vagas em diversos níveis	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado, Da Redação
41	06/10/2013	Inscrições para o IFPR vão até o dia 9	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado, Da Redação
42	15/12/2013	23 mil candidatos prestam concurso para o IFPR neste domingo	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
43	15/12/2013	Fraude no IFPR já chega a 11 milhões	Vida Pública	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Repórter não identificado, Agência Estado 2 – Miguel Rasbold, advogado 3 – Alípio Leal Neto, ex-reitor do IFPR
44	14/01/2014	Professores estão envolvidos em fraude do Pronatec diz MP	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Tatiane Salvático, repórter 2 – Luiz Antônio Ximenes Cibir, procurador do Ministério Público Federal
45	11/03/2014	Protesto no IFPR pede a saída do reitor	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Antônio Senkovski e Amanda Audi, repórteres 2 – Nilton Brandão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná 3 – Irineu Mário Colombo, reitor do IFPR
46	07/05/2014	Justiça afasta reitor do IFPR e pede novas eleições Protesto pediu novas eleições ainda em março	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Repórter não identificado

47	10/05/2014	Reitor afastado reassume cargo no IFPR	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Sharon Abdalla, repórter 2 – Cândido Alfredo Silva Leal Junior, desembargador e relator da decisão 3 – Nilton Brandão, presidente do Sindiedutec 4 – Assessoria de Comunicação do IFPR
48	25/09/2014	IFPR abre inscrições para o maior concurso de sua história	Vida e Cidadania	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado
49	28/09/2014	IFPR contrata professores e técnicos em maior concurso da história	Economia / Pós e Carreira	6 – Processos de Seleção e Concursos Públicos	1 – Repórter não identificado, Da Redação
50	14/10/2014	Câmpus de Palmas do IFPR pode ir para a UFFS	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Daiane Martins, repórter 2 – IFPR 3 – Ivania Marini Piton
51	20/12/2014	Vestibular de dois cursos do Paraná estão proibidos	Vida e Cidadania	7 – Greves, Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes	1 – Luan Galani, repórter 2 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira